

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**JOAQUIM FERNANDES FILHO**

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO**  
**INDUSTRIAL EM MOGI DAS CRUZES**  
**1991 a 2007**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO**  
**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**JOAQUIM FERNANDES FILHO**

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO**  
**INDUSTRIAL EM MOGI DAS CRUZES**  
**1991 a 2007**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração Dinâmica Urbano-Regional, Planejamento e Políticas Públicas sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus

**SÃO PAULO**

**2010**

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

---



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Procedimentos Metodológicos	21
Processo de aproximação com o objeto de estudo	24
Cenário do Estudo	26
Levantamento de Campo	27
Visitas de Campo	27
Objetivo Geral	30
Objetivos Específicos	30
CAPÍTULO I – A CIDADE DE MOGI DAS CRUZES	33
Dados históricos da cidade	36
Proporção territorial de Mogi das Cruzes em relação à região metropolitana da Grande São Paulo	46
Evolução do Uso e Ocupação do solo mogiano	47
Demografia	51
CAPÍTULO II – DAS PERDAS À RECUPERAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO	68
Processo de análise das informações coletadas	73
Opinião dos Prefeitos	81
As Políticas Públicas	96
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
BIBLIOGRAFIA	126
ANEXOS	
ANEXO I – Lei 5928/2006 – Benefícios para formação de novas empresas	128
ANEXO II – Lei 5266/2001 – Benefícios para formação de novas empresas	134

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população	51
Tabela 1-A – Evolução da população dos municípios da região leste da Grande São Paulo	54
Tabela 1-B – Evolução da população das regiões da Grande São Paulo	56
Tabela 2 – Estimativa de habitantes e distribuição em 1997 por distritos	57
Tabela 3 – Percentual de domicílios por classe social/distritos	58
Tabela 4 – PIA e PEA segundo o tipo de ocupação	59
Tabela 5 – Distribuição PEA por faixa etária	60
Tabela 6 – Distribuição PEA por escolaridade/ramo de atividade	61
Tabela 7 – Empresas que encerraram atividades em Mogi das Cruzes	66
Tabela 8 – Evolução anual de empregos por categoria	70
Tabela 9 – Resposta da empresa “JBS” à Pesquisa de Campo	75
Tabela 10 – Resposta da empresa “Mul Tec” à Pesquisa de Campo	78
Tabela 11 – Empresas que receberam doação de áreas e encontram-se em funcionamento	102
Tabela 12 – Empresas que receberam doação de áreas e encontram-se em implantação	104
Tabela 13 – Empresas que abriram em Mogi das Cruzes nos últimos 20 anos sem doação de áreas	106
Tabela 14 – Lotes em reversão ou revertidos à Prefeitura	108

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Unidade fabril da General Motors – Distrito do Taboão	28
Figura 2 – Unidade fabril da Rinnai – V. S. Francisco – Distrito Braz Cubas	29
Figura 3 – Lote não construído – V. S. Francisco – Distrito Braz Cubas	29
Figura 4- Brasão do município	40
Figura 5 – Bandeira do município	41
Figura 6 – Ocupação irregular em Vila São Francisco	124

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – PIB per capita – 1956-2007	15
Gráfico 2 – Área em Km <sup>2</sup> das cidades da Grande São Paulo	47
Gráfico 3 – Crescimento da população x empregos na indústria	71
Gráfico 4 – Evolução dos empregos por tipo de atividades	72

## **ÍNDICE DE MAPAS**

Mapa 1 – Localização geográfica	34
Mapa 2 – Divisão administrativa	43
Mapa 3 – Densidade demográfica	49
Mapa 4 – Evolução da ocupação do solo	50
Mapa 5 – Meio ambiente	52
Mapa 6 – Visão ampliada do crescimento no sentido sul	53

## **AGRADECIMENTOS**

O desenvolvimento deste trabalho somente foi possível com a colaboração de diversas pessoas de diversos níveis de meu relacionamento.

Ao longo de todo este percurso sempre pude contar com a mão amiga, a orientação e o incentivo de Profa. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus a quem serei eternamente grato.

Pude contar ainda com a contribuição das Profas. Dras. Vera Lucia Michalany Chaya e Jouliana Jordan Nohara que muito me orientaram e estimularam no processo de qualificação para o presente trabalho.

No âmbito do poder público de Mogi das Cruzes deixo meus sinceros agradecimentos pela fundamental contribuição trazida pelos Srs. Junji Abe e Marco Aurélio Bertaioli, respectivamente Ex-prefeito e Prefeito, ao Sr. Renato Torquato Rissoni, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e um especial agradecimento ao Vice-Prefeito, Sr. José Antonio Cuco Pereira que intercedeu por mim junto aos demais.

Finalmente expresso aqui minha gratidão à minha família na pessoa de minha esposa Eliane e meu filho Fernando Henrique que sempre compreenderam a necessidade de privar-nos de momentos de família para poder dar seguimento aos meus estudos e meu trabalho na docência.

Muito obrigado a todos.

## RESUMO

O presente estudo tem como principal preocupação a questão do emprego para a população de uma cidade, no caso Mogi das Cruzes-SP, especialmente no segmento industrial. Esta inquietação deve-se a alguns fatores que demandam questões de gestão e de planejamento urbano e regional com ênfase no processo de industrialização e suas variações ao longo do período do estudo. A preocupação surgiu durante um período de evasão de indústrias que estava transformando a cidade naquilo que convencionou-se chamar de “Cidade Dormitório” quando a população reside num lugar, mas, tem que deslocar-se a outro distante para encontrar trabalho. É importante compreender o porque do foco na questão das oportunidades de trabalho na indústria tendo em vista que tomamos a indústria como elemento polarizador do desenvolvimento ao redor da qual estabelecem-se os demais segmentos de negócios tais como o comércio e a prestação de serviços. Nos municípios brasileiros o modelo histórico mais comum de se encontrar é aquele que tem origem nas atividades rurais voltadas à agricultura e à pecuária. Embora o município em estudo tenha mantido uma vasta área produtiva de agricultura denominada Cinturão Verde, a quantidade de ocupações neste segmento tornou-se cada vez menor e a exemplo da maioria dos municípios brasileiros a população rural gradativamente transferiu-se para a área urbana. Diante deste quadro o propósito do presente estudo foi o de verificar o papel e a eficácia das políticas públicas de âmbito municipal no fomento ao processo de industrialização, bem como de sua recuperação ao longo do período estudado.

## **ABSTRACT**

This study has as main concern the issue of employment for the population of a city, where Mogi das Cruzes-SP, especially in the industrial sector. This concern is due to some factors that demand management issues and urban and regional planning with an emphasis on industrialization and its variations during the study period. A concern arose during a period of avoidance of industries that were transforming the city into what it was called the "dormitory towns" where the population resides in one place, but have to travel to far to find another job. It is important to understand why the focus on the issue of job opportunities in the industry in order to take the industry as a driving force of development around which set out the other business segments such as trade and services. In the municipalities the historical model more common to find the one who comes from rural activities aimed at agriculture and livestock. Although the city under study has maintained a vast area of agricultural production known as the "Big Green Belt", the number of occupations in this segment has become less and less and like most of the Brazilian rural population gradually moved to the urban area. In such context the purpose of this study was to examine the role and effectiveness of public policies on the municipal level in promoting the industrialization process and its recovery over the study period.



## INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar a questão da industrialização e a desconcentração industrial no Município de Mogi das Cruzes no tocante ao posicionamento da indústria como geradora de postos de trabalho.

O foco na indústria ao invés do total de empregos deve-se ao fato de que a indústria mogiana pode ou não ter sofrido as influências do processo de industrialização no Brasil desde o período de busca de “substituição de importações” que levou o país a um processo mais amplo de industrialização. Estas referências à necessidade de industrializar para reduzir importações de uma forma simplista, ou seja, entender que cada item ou produto produzido internamente traz vantagem para o país é explicada por Tavares (1975, p.38) quando coloca que:

Na Realidade o termo “substituição de importações”, adotado para designar o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista poderia levar a crer que o objetivo “natural” seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarcia.

Nada está tão longe da realidade, porém, quanto a esse *desideratum*. Em primeiro lugar porque o processo de substituição não visa diminuir o *quantum* de importação global; essa diminuição quando ocorre é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas e relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento de demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar em maior dependência do exterior em comparação com as primeiras fases do processo de substituição.

Diante da premissa que a substituição das importações é algo mais complexo torna mais interessante a análise das reações da indústria nacional, regional e local aos fatores econômicos, pois trata-se de algo dinâmico que pode não apresentar crescimento constante nem estagnação prolongada.

A visão do emprego na indústria de outro lado representa um elemento polarizador para geração de emprego para outras categorias de trabalhadores como os do comércio e os da prestação de serviços.

Chama a atenção o fato de que o crescimento da indústria visto sob os dados históricos do PIB<sup>1</sup> não tem uma constância, ou pelo menos apresenta uma ruptura no nível de crescimento a partir dos anos 1980.

Furtado (1992) ao estudar a questão do modelo capitalista brasileiro entende que trata-se de uma “construção interrompida” e a industrialização enquanto fonte deste modelo de acumulação já não conseguia mais manter o dinamismo dos passados anos que o Brasil teve desde o período do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek que embasava o crescimento na nação na industrialização. Para este autor estaria o Brasil neste período entrando num processo de desindustrialização, período este que coincide com o período inicial proposto em nosso estudo.

De outra forma, embora não se possa adentrar por esse rumo o que fugiria do foco do estudo, não se pode imaginar o Brasil como nação isolada do mundo. Naturalmente conjunturas internacionais afetaram a economia mundial que, por conseguinte afetaram as condições brasileiras o que provocam efeitos maiores ou menores em cada região do país.

Ao analisar a questão da globalização nos anos 1990, Feijóo (2000, p. 74-98) constata que:

A globalização dos anos 90 gesta novas formas de dependência, altera o caráter da dependência, altera os mecanismos pelos quais se engendra e se sustenta o caráter dependente da economia nacional. A dependência identificada nos anos 60 como fruto da industrialização ancorada no capital estrangeiro que fez com que os interesses da burguesia nacional e do imperialismo se identificassem, transforma-se numa dependência financeira, onde o centro do processo de acumulação deixa de estar no setor industrial. O que novamente coloca em questão a viabilidade econômica da América Latina, como nos anos 60 surgem autores que defendem a tendência de estagnação das economias latino-americanas.

Esta análise procura demonstrar a força do capital financeiro nas relações internacionais de forma que a dependência, segundo ele deixaria de ser do nível industrial, tecnológico para ser do nível econômico e financeiro. Assim como no Brasil

---

<sup>1</sup> Produto Interno Bruto

pode haver vantagens diferenciadas para a localização de indústrias em diferentes estados e cidades, também no mundo, nesta fase, países perderam e países ganharam investimentos a depender dos seus atrativos como estabilidade política e formação e mão-de-obra.

Da mesma forma, Fiori (1995, p. 224) referindo-se ao mesmo período entendeu que:

As transformações recentes na economia mundial tornam extremamente atual este debate na medida em que trouxe novamente a discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento de periferia. O que se pode concluir desta visão sintética do processo de globalização é que mantém e se aprofunda as relações entre centros e periferias. E se não há dúvidas que estas relações mudam de forma com a relação dos tempos da internacionalização dos mercados internos da periferia tudo parece indicar que o núcleo duro e metodológico das preocupações dependentistas permanece vigente. Mais do que isto, aliás: os novos termos das relações econômicas e políticas internacionais autorizam, perfeitamente, a hipótese da existência de uma novíssima dependência na forma em que a América Latina vem se inserindo na nova ordem econômica globalizada.

O entendimento da área econômica da conta de que, o período dos anos 90 representou para os chamados países periféricos uma nova fase para o seu desenvolvimento no qual cada um teria e teve de administrar a melhor forma de obter o seu desenvolvimento e as formas de atração levaram em conta certamente as melhores possibilidades de retorno dos investimentos colocados em cada região do mundo e de outro lado os custos embutidos no processo de geração dos produtos. A tendência a partir de então provavelmente se deu a partir das melhores relações entre custo e benefício de forma que, a mesma holding<sup>2</sup> instalaria seus tentáculos através de suas subsidiárias nos mais diversos países e com isso poderia maximizar seus resultados.

O Estado de São Paulo como se sabe é o Estado que concentra o maior número de empresas multinacionais do país, ênfase esta trazida inicialmente pela vinda da indústria automobilística, mas, que se reflete da mesma forma em produtos

---

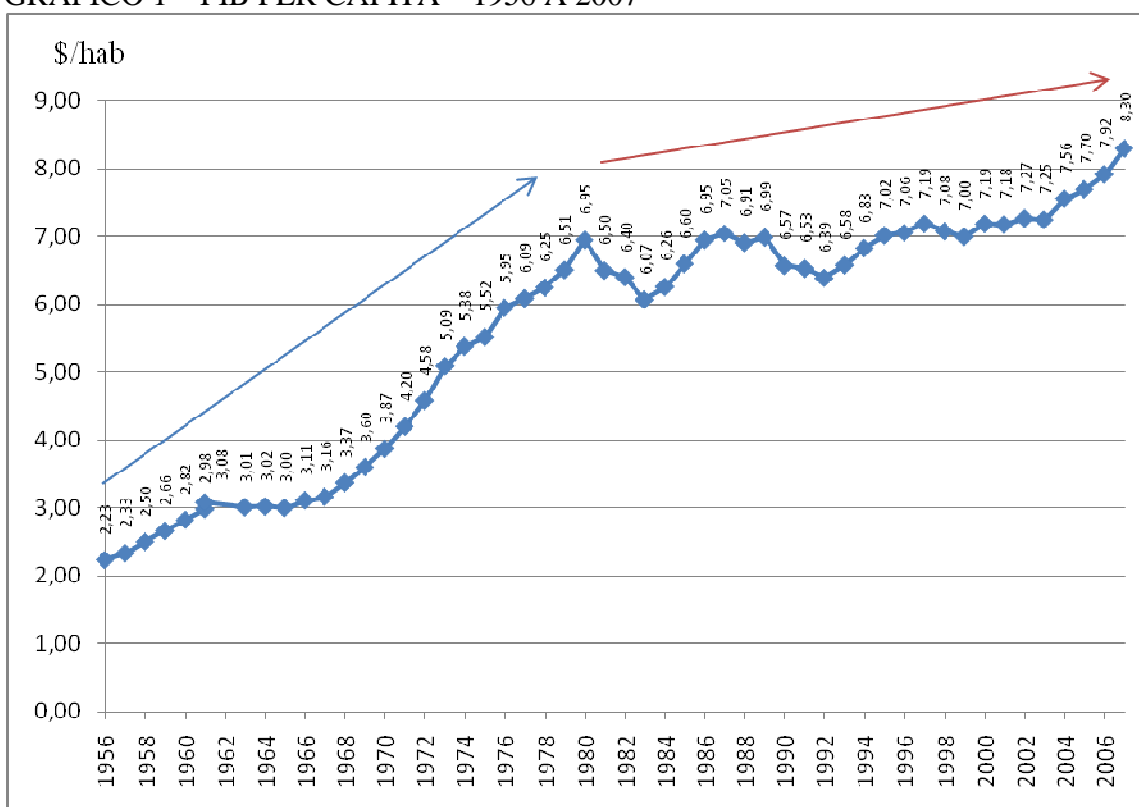
<sup>2</sup> O termo holding é utilizado para indicar uma união de empresas que juntas, formam uma única para administrar, gerenciar outras empresas que podem ou não ser de outro ramo de atividade diferente das formadoras desse grupo, mas que podem trabalhar dentro dela otimizando os custos e gastos.

farmacêuticos, químicos, gases industriais e outros segmentos.

Naturalmente estas entradas de capital estrangeiro vieram ao país trazendo tecnologia que ainda não se dispunha o que requereu novas formas de capacitação de pessoal o que foi desenvolvido com a existência do chamado sistema “S” (SENAI/SESI, SENAC/SESC)<sup>3</sup> que envolve instituições mantidas pela indústria<sup>4</sup> e pelo comércio visando treinar e capacitar pessoas e oferecer serviços sociais complementando os recursos que o governo oferece.

A verificação da evolução do PIB ao passar dos anos realmente demonstra a tendência de menor crescimento a partir dos anos 1980 conforme se pode observar no Gráfico 1 a seguir no qual se percebe uma queda no ritmo de crescimento:

GRÁFICO 1 – PIB PER CAPITA – 1956 A 2007



Fonte: IPEADATA, disponível em [HTTP://www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br), consulta em 21/01/2010

<sup>3</sup> SENAI = Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI = Serviço Social da Indústria, SENAC = Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e SESC = Serviço Social do Comércio.

Além dos aspectos citados anteriormente quanto à quebra no ritmo de crescimento, Tavares (1975, p.46) ressalta que:

... nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o “edifício” seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período.

Desta forma, não se poderia inferir que teria sido possível um processo de industrialização gradativo e uniformemente crescente, já que os vários segmentos apresentariam movimentação simultaneamente de forma que, as faixas da pirâmide de industrialização, atingissem o nível dos bens duráveis, em princípio se estabeleceria um processo de exploração do poder de compra das classes sociais mais elevadas enquanto que, quando se estabeleciam no nível dos produtos mais simples atingir-se-ia classes de menor poder aquisitivo. É bem verdade, sob a ótica de Tavares (1975) que a idéia de substituição das importações que daria o nascedouro da expansão industrial estaria a buscar a orientação do setor produtivo no sentido de atender a demanda insatisfeita por importações das classes de renda mais elevada.

Outros fatores de ordem interna podem e devem ter causado deformações no processo de industrialização tais como a dimensão e estrutura do mercado nacional, a natureza da evolução tecnológica então disponível e a existência no mercado nacional dos recursos produtivos.

Vale a pena lembrar que no caso do Estado de São Paulo o que permitiu a industrialização na primeira metade do século foi a acumulação de capital possibilitada pelo Café diante do que pode ser interessante colocar que a indústria se coloca num passo posterior a um considerável avanço da produção agrícola. Cano (1977, p.122)

---

<sup>4</sup> Juntamente com os recolhimentos da contribuições previdenciárias as empresas recolhem mensalmente um percentual sobre suas folhas de pagamento para manter em funcionamento as instituições SENAI/SESI (quando indústria) e, SENAC/SESC (quando comércio)

explica que:

O café como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante o período anterior à crise de 1929. Isso se não deveu, não s[ó] ao alto nível de renda por ele gerado, mas, principalmente por ser o elemento diretor e indutor da dinâmica de acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira no período.

Cano (1977) explica ainda que a renda oriunda do café, naturalmente sujeito a períodos de crise devido aos preços internacionais foi capaz de permitir a importação de bens de consumo e “bens de produção”. Estaria aí, a partir das duas últimas décadas do século XIX, segundo o autor a gênese do Capital Industrial Paulista. Isto associado às crises internacionais do café é tornou atraente a inversão de capitais na indústria paulista com alguma ênfase no ramo têxtil e em seguida de forma diversificada.

Pode-se compreender que ao longo do Século XX tivemos o período de industrialização restringida (1919-1949) e industrialização pesada (1949-1959) e mesmo assim, segundo Cano (1985, p. 116):

...dentre outras 26 unidades da federação, apenas 8 produziam em 1970 níveis superiores aos que São Paulo apresentara em 1919. Isto constitui fato óbvio demais para que se possa concluir pela pequena dimensão da indústria da maior parte das unidades federadas, o que implica na necessidade de maior reflexão sobre supostas políticas de descentralização industrial com o objetivo de desenvolvimento regional.

A constatação acima colocada chama a atenção dos pesquisadores para a necessidade de levar em conta as dimensões do parque industrial do estado e para a percepção de ações posteriores a 1970 para o fomento de atividades industriais em outros estados da federação.

Desta forma, voltando do pensamento de Tavares (1975) não se poderia esperar que os fabricantes dos mesmos produtos no passado trazidos de fora tivessem aqui mesmo porte e representatividade já que as dimensões de mercado e a distribuição de renda no caso brasileiro se estabeleceria de forma divergente de outras nações em outro estágio de desenvolvimento sócio-econômico.

Na ótica das questões estratégicas empresariais qualificam-se as barreiras aos chamados “entrantes”, ou seja, aos investidores que pretendem instalar-se em determinado segmento do mercado que envolvem, segundo Porter (1989), economias de escala, diferenciação de produtos patenteados e capital intensivo, e, induzem naturalmente a indústria a um nível tecnológico mais elevado para se garantir o necessário nível de sustentabilidade e competitividade.

Estas questões naturalmente fazem convergir para a indústria a mão-de-obra mais qualificada demandada pelas versões cada vez mais atualizadas das tecnológicas embarcadas nas plantas industriais.

De acordo com Tavares (1975) a tendência da indústria em requerer, sempre a mão-de-obra com melhor qualificação tende a determinar a permanência e até mesmo o aumento do desemprego estrutural da mão-de-obra não-qualificada<sup>5</sup>. Tais questões que fogem ao foco do presente estudo demandariam políticas nos vários níveis da gestão pública para promover a inclusão deste excedente de força de trabalho em atividades do setor de serviços ou de obras públicas.

Desta forma quando se observam as estatísticas de desemprego os dados se apresentam de forma generalizada, mas, compreendendo a questão do mercado pode-se inferir que é sempre mais penalizada com o desemprego a parte da população de menor qualificação profissional.

De outro lado, a quebra da aceleração do crescimento da indústria deveu-se de certa forma a uma transição do modelo de substituição de importações para um modelo de crescimento auto-sustentado que, segundo Tavares (1975) depende do montante e da com posição dos investimentos governamentais, pois, o governo aqui considerado em todas as esferas, com seu peso relativo dentro da economia é capaz de influenciar ou

---

<sup>5</sup> O sistema “S” mantido pela indústria/comércio requer escolaridade mínima e concurso para ingresso em seus cursos.

exercer uma demanda autônoma que pode reverter tendências negativas.

Assim sendo o período em questão no presente trabalho já se encontra no período posterior à substituição das importações, no qual a busca se faz pelo crescimento sustentado uma vez que a substituição das importações já teria cumprido o seu papel no sentido de promover a transferência de tecnologias, ainda que obsoletadas na origem e que nos períodos mais recentes, aproximadamente nas últimas duas décadas tem gradativamente reduzido esta defasagem tecnológica em função da expansão dos meios de comunicação e das dimensões atingidas pelo mercado brasileiro o que o tornou atraente para o capital estrangeiro através de subsidiárias no país ou de associação com capitais nacionais (joint-ventures).

Esta transição vem ao longo do tempo estabelecendo a passagem do elevado grau de dependência externa no qual a indústria dependia muito de insumos importados para industrialização intensiva com a verticalização dos recursos produtivos.

Outro aspecto importante a considerar-se é que, coincidindo com o período presente estudo já estava em curso a descentralização das políticas sociais no Brasil em função da Constituição de 1988, que segundo Oliveira e Biasoto<sup>6</sup> (1999, p.19) “... foi pródiga em redistribuir competências tributárias entre as esferas governamentais (beneficiando estados e municípios, em detrimento da união) e em ampliar de modo considerável as transferências intergovernamentais.”

Com grande efeito, a partir da existência da possibilidade de flexibilizar os tributos estaduais, os próprios estados passaram a praticar o que se denominou “Guerra Fiscal” o que promoveu uma nova fase de espalhamento dos empreendimentos industriais posterior aos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

As vantagens criadas no interior do Estado também foram motivadoras da

---

<sup>6</sup> IN ARRETCHE, Marta & RODRIGUES, Vicente – Organizadores. **Descentralização das políticas sociais no Brasil**. São Paulo : FUNDAP : FAPESP : Brasília : IPEA, 1999



desconcentração industrial na Região Metropolitana conforme cita Tineu:

O conjunto de fatores que contribuíram para a desconcentração industrial da RMSP e, ao mesmo tempo, para o espraiamento de suas indústrias no sentido do interior foi descrito por diversos autores como CANO (2007), NOBRE (2007), AZZONI (1987), AZZONI (1993), ARAÚJO (2001) e compilados conforme segue.

Os fatores intrínsecos à RMSP que propiciaram a perda de sua vantagem comparativa para outras áreas do território nacional, fundamentalmente para as cidades do interior do estado de São Paulo, são os seguintes:

- a) crescimento rápido e caótico que se refletiu em um tráfego moroso que por vezes prejudicava a logística das empresas;
- b) a legislação ambiental que forçou a instalação das plantas fabris em outras cidades com menores exigências ambientais;
- c) custo operacional elevado em função da forte organização sindical o que elevou os salários e benefícios dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo;
- d) desestruturação das cadeias produtivas, pois para uma produção baseada no modelo flexível (e não mais fordista) eram necessários, dentre outros requisitos, a proximidade geográfica dos principais fornecedores de uma determinada indústria (como é o caso da automobilística, petroquímica, química ou moveleira) para que o fornecimento de peças, componentes e matéria-prima seguissem rigorosos planos de entrega de acordo com o planejamento de produção das indústrias a fim de diminuir drasticamente os seus estoques, o chamado sistema *just in time*;
- e) a obsolescência dos parques fabris instalados há décadas na RMSP também influenciaram na decisão de investir em novas instalações em localidades que oferecessem custos operacionais menores.

Sob a condição de fatores externos à RMSP podem ser citados:

- a) guerra fiscal com a diminuição ou isenção de impostos municipais (ISS e IPTU) e estaduais (ICMS), além de doações e concessões de terrenos para a instalação das fábricas o que diminuía o custo operacional das indústrias;
- b) melhoria da infra-estrutura rodoviária, aeroviária (aeroporto de Vira Copos) e de telecomunicações das regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba que por sua vez os seus municípios guardavam pouca distância da RMSP;
- c) outro ponto de destaque do interior paulista é com relação à produção de combustíveis, 100% da produção do álcool combustível está localizada no interior e 95% dos combustíveis derivados do petróleo;
- d) intenso desenvolvimento tecnológico das RA's citadas, principalmente na região de São José dos Campos com o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e UNESP (Universidade Estadual de São Paulo "Julio de Mesquita Filho") com a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, além de outras instituições privadas de ensino superior, na região de Campinas com a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, PUC Campinas e demais instituições privadas de ensino superior. Lembrando que o pólo tecnológico de Campinas dista cerca de cem quilômetros de outro importante pólo tecnológico, o da cidade de São Carlos (esta pertencente à Região Administrativa Central) na qual estão instaladas a UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos) e o *campus* da USP (Universidade de São Paulo).

Ambos os conjuntos de fatores da desconcentração espacial da indústria, intrínsecos e externos à RMSP, propiciaram um fenômeno denominado de espraiamento da indústria paulista a partir da RMSP.

Esta condição certamente veio reforçar o papel da gestão pública municipal na

produção de bens públicos e determinando naturalmente um maior interesse no desenvolvimento local, necessário a partir de então para dar conta das despesas com os novos serviços e para reforçar sua presença nos índices de participação nos tributos estaduais e federais além de maximizar as receitas tributárias municipais estimulando as atividades de serviços que complementam a produção industrial local. Esta menção de reforçar que, a partir deste período deveria haver mais ação e esforços do poder executivo local para atrair e manter atividades que revertessem outras receitas aos municípios além daquelas já tradicionais.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A questão central deste estudo refere-se à investigação das causas e possíveis soluções encontradas com relação ao Município de Mogi das Cruzes quanto à redução dos postos de trabalho na indústria e o seu gradativo processo de recuperação considerando-se o período de 1991 a 2007.

Para determinar tais condicionantes a investigação partiu-se do todo para a parte, ou seja, iniciando já ao início do estudo com a verificação das questões da industrialização ao longo do tempo em âmbito nacional para no decorrer dos demais capítulos identificar com clareza as origens da cidade, sua formação, emancipação, evolução bem como os desmembramentos ocorridos ao longo dos anos. Para esta etapa os dados obtidos do poder público local foram esclarecedores, visto que se trata dos registros históricos de um dos mais antigos municípios brasileiros.

Em seguida, com base em levantamentos junto a órgãos de estatística do Estado e ao Sumário de Dados de 2001, quando o município participou da Pesquisa de Origem-Destino para o sistema metropolitano de transporte público foram estudadas as questões populacionais, demográficas, educacionais e outros dados de caráter de planejamento

urbano disponíveis para um melhor dimensionamento dos objetivos do estudo.

O intuito desta parte do trabalho foi conhecer a relação entre a empregabilidade na indústria local e o crescimento populacional. Para tanto foram também levantados dados de outros segmentos e a respectiva análise das possíveis relações entre eles. Isto ao longo da investigação possibilitou o questionamento a fontes privilegiadas de informação para fechamento das questões básica do estudo.

As fontes privilegiadas aqui referidas são exatamente os Prefeitos que estiverem no poder nos três últimos mandatos, já que o Prefeito que exerceu o quarto último mandato (1997-2000) já é falecido. Desta forma foi possível ouvir a opinião do executivo local desde 2000 até 2009 (atual).

Naturalmente foram também por estes indicados ao longo do estudo, técnicos que forneceram dados dos registros municipais, em especial da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e da área de Geo-Processamento da Prefeitura (que forneceu os mapas para melhor visualização das condições da cidade).

As informações para o fechamento do presente estudo foram cruciais para que se tornasse possível o cruzamento das hipóteses que se transformaram em questões e foram respondidas pelos Prefeitos, por escrito ou através de gravação.

Convém colocar a este ponto que o município em estudo tem um porte representativo em relação à maioria dos demais no cenário nacional, superando inclusive algumas capitais, daí requerendo uma administração pública ativa e profissionalizada na qual a disponibilidade de tempo do Prefeito e seus Secretários é exígua. Para melhor direcionar o tempo disponível nas entrevistas foram formuladas as questões que se seguem, cujas respostas serão posteriormente discutidas nos capítulos que se seguem:

- 1) Podemos considerar a indústria como elemento polarizador da geração de

empregos, ou seja, havendo indústria haverá expansão do comércio e dos serviços? Essa idéia se aplica no caso de Mogi das Cruzes?

2) Mogi das Cruzes sofreu influências do processo de industrialização no Brasil no período de busca por “substituição de importações” desde o período de Juscelino Kubtschek?

3) Dados do IPEADATA mostram que a partir de 1980 houve uma tendência de menor crescimento no Brasil. Essa tendência teria afetado a redução de postos de trabalho na indústria de Mogi das Cruzes conforme se vê no período de 1991 a 1998 conforme dados do SEADE.

4) Mogi das Cruzes é o segundo maior município da Grande SP, só perdendo em área para a Capital, entretanto, boa parte de seu território é composto por áreas de proteção de mananciais. Isto teria limitado, pelo menos durante algum período de tempo o município a um perfil de ênfase em produção rural (cinturão verde) ou as áreas de mananciais e as áreas de produção agrícola não tiveram interferência no desenvolvimento industrial.

5) A população de Mogi das Cruzes no período de 1991 a 2008 teve um crescimento superior a do Brasil e do Estado de SP só perdendo para a Região Leste da Grande SP. Esse crescimento não deveu-se provavelmente apenas a nascimentos no município, mas também a movimentos migratórios. Assim sendo qual teriam sido os atrativos que fizeram com que pessoas e famílias se deslocassem de seus lugares de origem para fixar residência em Mogi das Cruzes?

6) Na falta de informação mais recente tomou-se a densidade demográfica em 1997 na qual demonstra o distrito de Braz Cubas com a maior concentração de população, com larga diferença mesmo em relação do distrito sede. O que explicaria esta tendência de ocupação: a existência de empregos, a oferta de moradia a custos

menores ou a facilidade de transporte devido a existência da estação ferroviária?

7) No período de 1991 a 1998 muitas indústrias encerram suas atividades no município. Existe uma causa ou causas específicas para a perda destes postos de trabalho ou isto se deu por reflexo de uma conjuntura nacional no mesmo período?

8) A partir de 1999 notou-se uma recuperação dos postos de trabalho na indústria. Assim sendo quais foram as políticas públicas que contribuíram para este fato ou teria isto acontecido também por influência de alguma conjuntura ou vantagem de âmbito nacional?

9) Nota-se que o crescimento populacional de Mogi das Cruzes segue uma tendência exponencial enquanto que o crescimento da indústria ainda permanece limitado a recuperar a posição do início dos anos 1990. Isto estaria demonstrando uma menor vocação à indústria no Município em detrimento do crescimento de outros segmentos de negócio?

10) Nota-se que o total de empregos mostra uma tendência exponencial de crescimento, o que se assemelha ao crescimento da população visto na pergunta anterior. Pelos dados colhidos nota-se a mesma tendência nas atividades de Serviços, enquanto que as demais atividades como a indústria, o comércio, a agricultura e a construção civil demonstram-se estáveis ou com crescimento modesto em relação aos serviços. Isto significaria uma mudança de vocação da cidade ou há políticas públicas que poderão estimular um novo ciclo de crescimento na indústria local?

## **PROCESSO DE APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DO ESTUDO**

Existe uma necessidade cada vez maior de fazer com que, os profissionais envolvidos no processo de gestão pública e privada, interajam no sentido de compreender que há uma complementaridade entre a chamada coisa pública e a vida

privada, ou seja, da mesma forma que a gestão pública é responsável pela disponibilização de infra-estrutura e serviços e gestão privada e os cidadãos em geral são contribuintes de um grande condomínio social que são as cidades.

Da mesma forma é fácil compreender que a insuficiência de recursos é danosa para ambas as partes, estado e iniciativa privada ou ainda melhor entre as três partes quando se leva em conta o cidadão de forma isolada.

Assim sendo governos sem recursos financeiros não cumprem seu papel social, empresas sem competitividade não subsistem ou no mínimo não se expandem e cidadãos sem renda naturalmente não realimentam o ciclo econômico. Por isso é necessário haver trabalho que gera produtividade que gera massa de salários que mantém estável a economia.

Tudo isso acontece, independente das causas, no nível do município já que é nele que vivem os cidadãos, é nele que a iniciativa privada opera. Sob este prisma, embora saibamos que há iniciativas de políticas fiscais e sociais no âmbito dos Estados e da União é finalmente no nível do Município que as coisas se concretizam. A própria Constituição de 1988, já citada anteriormente, tratou de reverter a concentração de receitas no nível da União e dos Estados atribuindo maiores responsabilidades aos Municípios e dotando-os dos repasses para a administração dos serviços que lhe couberam. Na iniciativa privada a descentralização da gestão já vem de muito tempo sendo praticada dada a sua agilidade e eficácia.

Diante do exposto a preocupação desta investigação científica ficou exatamente na observância do que seria missão do poder público municipal no tocante à geração de empregos uma vez que a existência destes em última instância promove a qualidade de vida dos munícipes. Assim, até que ponto uma cidade, no caso de Mogi das Cruzes se torna atraente para que investidores locais, nacionais ou estrangeiros estabeleçam-se e

operem seus negócios.

## **CENÁRIO DO ESTUDO**

O processo metodológico inicialmente planejado seria investigar as situações específicas através de uma amostragem em torno de 40 empresas instaladas no município as quais seriam argüidas quanto aos fatores que foram condicionantes para sua opção pela montagem em Mogi das Cruzes e as eventuais vantagens que teriam observado, seja pela concessão através de órgãos públicos ou pelas características de localização em relação aos seus mercados fornecedores e consumidores.

Esta primeira investida não prosperou possivelmente por alguns fatores que vão desde o temor da divulgação de dados estratégicos das empresas até mesmo às dificuldades de fazer uma avaliação quanto ao posicionamento da própria empresa.

Num segundo momento a opção recaiu sobre a possibilidade de estudar o caso de uma única empresa, certamente representativa pelo seu porte na cidade, entretanto, após diversas tentativas a mesma não forneceu informações, possivelmente porque estava em fase de aquisição por uma multinacional.

Naturalmente em ambas as tentativas de levantamento não se formalizaram as negativas, apenas, fizeram com que a passagem natural do tempo indicasse outra fonte.

O terceiro e final momento que prosperou foi o de ouvir o lado do gestor público através da entrevista com os Prefeitos (o atual, representando um mandato e o anterior que dirigiu a cidade por dois mandatos).

Desta forma, embora possa parecer que uma amostragem maior fosse resumida a uma dupla argüição, ao contrário, a oitiva dos executivos locais permitiu uma síntese capaz de explicar as diversas inquietações que motivaram o tema deste estudo.

## **LEVANTAMENTO DE CAMPO**

O levantamento de campo teve sua partida com a coleta de dados disponíveis no Sumário de Dados da Prefeitura elaborado para a Pesquisa de Origem e Destino de 2001 e outras informações fornecidas pela Prefeitura em seus setores específicos e também em visita à Delegacia Regional do CIESP na cidade.

Complementando tais elementos quantitativos diversos dados e tabelas foram montados, com base em informações da Fundação SEADE, órgão de estatística ligado ao Governo do Estado de São Paulo. Alguns dados quantitativos locais, especialmente no tocante ao nível de escolaridade e densidade demográfica não foram possíveis de se atualizar, cuja avaliação qualitativa se fez ao longo do texto.

O necessário embasamento qualitativo do estudo está representado pela entrevista realizada com o Prefeito atual e o anterior (dois mandatos), com os quais, já tendo concluído os levantamentos quantitativos foi possível colocar de forma objetiva os questionamentos.

As entrevistas seguiram em ambos os casos o mesmo roteiro de forma a permitir a personalização das tendências das respostas de cada um tendo sido uma registrada por escrito e outra através de gravação de voz.

Dada a existência de dados quantitativos não foi necessária a utilização de entrevistas em profundidade, uma vez que o caráter da pesquisa era exploratório. Certamente as conclusões serão suficientes para gerar reflexões sobre as questões abordadas e isto por si só já estabelece a justificativa da realização do presente estudo.

## **VISITAS DE CAMPO**

Além de diversas visitas à sede da Prefeitura, foram feitas visitas com cobertura fotográfica aos dois principais loteamentos industriais do município, sendo um no



Distrito do Taboão e o outro na Vila São Francisco, Distrito de Braz Cubas.

O Distrito do Taboão (Figura 1) localiza-se às margens da Rodovia Airton Senna, apresentando lotes com topografia ligeiramente acidentada, entretanto, com ligação direta ao eixo São Paulo-Rio através da própria Rodovia Airton Senna ou mesmo da Rodovia Presidente Dutra a menos de dez quilômetros.

FIGURA 1 – Foto da unidade fabril da General Motors no Distrito do Taboão em Mogi das Cruzes



Fonte: foto extraída do site [www.junjiabe.com.br](http://www.junjiabe.com.br)

O loteamento da Vila São Francisco (figura 2) localiza-se próximo à Estação Ferroviária Braz Cubas com grande facilidade de transporte público coletivo através do trem ou mesmo de ônibus pela proximidade com a Avenida Francisco Ferreira Lopes (antiga Estrada Velha São Paulo-Rio). Em relação à Rodovia Airton Senna se distancia em torno de dez quilômetros e em relação à Rodovia Presidente Dutra se distancia em torno de 20 quilômetros.

Este loteamento já apresenta maior número de empresas instaladas devido à proximidade com o Distrito de maior densidade demográfica da cidade, portanto, com abundância de mão-de-obra e facilidades de transporte de pessoas e cargas.

FIGURA 2 – Unidade fabril da RINNAI na Vila São Francisco – Distrito de Braz Cubas



Fonte: foto tirada pelo autor.

Também foi possível observar no processo de visitação que nem todos os lotes industriais estão com as indústrias construídas, conforme se observa na figura 3.

FIGURA 3 – Lote não construído na Vila São Francisco - Distrito de Braz Cubas



Fonte: foto tirada pelo autor.

A visita o às áreas industriais do município permitiu observar alguns pontos que serão importantes para a compreensão do tema. Em primeiro lugar,   preciso colocar que nem todos os estabelecimentos industriais em opera o se implantaram motivados pela doa o de lote ou benefício fiscal municipal. Algumas empresas se instalaram simplesmente atraídas por algumas vantagens de localiza o, as quais serão

abordadas na sequência do estudo através da fala dos prefeitos.

Entre as que receberam doação de lote, na sua maioria estão em funcionamento ou em fase de construção, entretanto, há aquelas que por razões diversas nada fizeram no lote. Para estes casos no processo de doação que é feito através de legislação específica fica ressalvado à Prefeitura o direito de “reversão” do respectivo lote ao patrimônio público no caso do não cumprimento por parte da empresa beneficiada não cumprir as “obrigações” estabelecidas em contrato. As imagens das figuras 1 e 2 mostram indústria em funcionamento e a figura 3 mostra um lote ainda sem melhorias, donde se vê ao fundo a Indústria INAL, esta em operação.

A questão da legislação e as estatísticas de doações de lotes e de concessão de benefícios fiscais serão abordadas no decorrer do estudo.

## **OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral deste estudo foi analisar o papel da gestão pública municipal na geração de empregos na indústria como elemento polarizador do desenvolvimento local.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para dar conta do objetivo geral fez necessário cumprir alguns objetivos específicos que permitiram a compreensão de como funciona a questão da localização das empresas e os fatores incidentes sobre tal nível de decisão bem como do que o poder público local proveu ao longo do tempo suas ações governamentais e seu nível de sucesso. Entre os objetivos específicos destacam-se:

a) A análise da relação da cidade com o Estado e a União em termos de geração de empregos.

b) O levantamento dos dados históricos da cidade e a relação com as teorias

específicas sobre a origem das cidades.

c) Os levantamentos e análises dos dados quantitativos do município no tocante ao número de empregos oferecidos nos diversos segmentos, em especial na indústria ao longo do tempo e de outros fatores relativos como densidade demográfica, faixa etária, escolarização, etc.

d) O levantamento e análise das empresas industriais existentes na cidade com base em dados dos cadastros municipais.

d) O levantamento e análise da legislação existente quanto ao fomento da indústria na cidade.

e) A verificação das hipóteses do estudo junto aos Prefeitos Municipais nos últimos três mandatos.

Para atingir os objetivos aqui expostos a estrutura do trabalho se estabeleceu da seguinte forma:

Na Introdução, além dos procedimentos metodológicos procurou-se analisar através da bibliografia disponível a questão do emprego no Brasil desde o período em que teve início a substituição das importações para verificar se o município era afetado pelas conjunturas de âmbito nacional.

No capítulo I estabeleceu-se o posicionamento da cidade através de seus dados históricos, a ilustração de seu mapeamento quanto a localização, divisão administrativa, limites e acessos, evolução da ocupação do solo, meio ambiente e vetores de crescimento.

Ainda neste capítulo foram incluídos os dados quantitativos do estudo relativos às áreas do município, bem como dos municípios limítrofes e da Grande São Paulo, as taxas geométricas de crescimento anual onde se pode comparar a cidade com a Grande São Paulo, com o Estado de São Paulo e com o Brasil. Foi apresentada a questão da

densidade demografia entre os distritos locais e a concentração das classes de renda.

Incluiu-se também as proporções da população economicamente ativa de acordo com o tipo de ocupação, por faixa etária e por nível de escolaridade.

Todos os dados do município foram comentados com base nas informações e na literatura disponível.

No capítulo II passou a estudar a questão em primeiro lugar das empresas que encerram suas atividades na cidade o que representou a perda de milhares de postos de trabalho, quantificou-se a existência dos empregos em todos os segmentos no período de 1991 a 2007, bem como foram identificadas as tendências divergentes de crescimento entre os empregos industriais e, em especial a população, mas também, de alguns outros segmentos que se destacaram no período do estudo. Ainda neste capítulo foi demonstrado em tabelas construídas com base em relatórios fornecidos pela própria Prefeitura quanto as empresas que receberam doações de lotes industriais e outros benefícios e se encontram em funcionamento, também aquelas que ainda se encontram em construção e finalmente aquelas que segundo informações da Delegacia local do CIESP se instalaram na cidade em receber benefícios da parte do poder público. As análises dos dados serviram para sintetizar questionamentos a verificar no capítulo seguinte.

No capítulo III através de uma síntese das questões que foram se avolumando ao longo do estudo foram apresentadas as falas dos prefeitos colocando a visão do poder público quanto às características locais e suas relações com a região, o estado e o país.

Encerrando o estudo apresentou-se nas Considerações Finais uma análise de caráter pessoal sobre a experiência da pesquisa realizada e sobre as respostas encontradas ao longo do estudo.

## **CAPÍTULO I – A CIDADE DE MOGI DAS CRUZES**

A cidade de Mogi das Cruzes é a maior das cidades que compõem a região administrativa denominada Grande São Paulo em termos de área territorial. Seu território atual, apesar de ainda ser de grandes dimensões é resultado do remanescente de uma grande área inicial da qual algumas partes ao longo da história, formando pequenos pólos de desenvolvimento urbano foram se desmembrando formando outras cidades, também da Grande São Paulo. Sua localização oficial é latitude 23° 31' 20'' sul, sendo cortada ao meio pelo Trópico de Capricórnio e, longitude 46° 01' 92'' oeste de Greenwich (vide Mapa 1).

Mogi das Cruzes como era no seu início em 1611 englobava também o que hoje são as cidades de Salesópolis, Guararema, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Biritiba Mirim de forma que até os idos de 1948 limitava-se com a Capital de São Paulo dando continuidade ao extremo da Zona Leste da Capital.

Sendo a Zona Leste da Capital de São Paulo uma região de alta densidade demográfica seria natural o desenvolvimento de um vetor de crescimento urbano no sentido leste em função das populações com característica de periferia urbana necessitarem de espaços habitacionais tangíveis à sua baixa renda como assalariados. Na prática, o que ocorreu em relação ao eixo Capital - Mogi das Cruzes é que, o extremo Mogi das Cruzes, com desenvolvimento urbano pontuado pela ligação ferroviária tornou-se uma região de produção de hortifrutigranjeiros, recebendo apenas muito tardiamente algum processo de industrialização. No espaço entre a Capital e Mogi das Cruzes as demais cidades desmembradas partindo da Capital, como Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Suzano foram criando sua própria característica de desenvolvimento partindo no princípio da produção rural para progressivamente ocorrer a industrialização, muitas

vezes como fruto da saturação das áreas da Capital para indústria o que naturalmente foi empurrando as pequenas e médias indústrias para fora da Capital.

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



Fonte: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, Anexo Cartográfico do Sumário de Dados 2004.

Uma das preocupações existentes refere-se à questão do aumento da densidade demográfica e a possível saturação das oportunidades de inclusão desta massa populacional na População Economicamente Ativa já que em 1960 a densidade demográfica era de 137,06 hab/km<sup>2</sup> evoluindo para 454,45 hab/km<sup>2</sup> em 2000<sup>7</sup>, o que representou um crescimento de população residente de 231% em quatro décadas com previsão para 515,01 hab/km<sup>2</sup> em 2015 conforme previsão do Instituto de Pesquisas da Universidade de Mogi das Cruzes. Esta questão poderá adiante ser melhor esclarecida na fala dos Prefeitos Municipais.

O Poder Executivo Municipal consciente da realidade e, da necessidade de administrar o progresso local, aprovou através de Lei Complementar<sup>8</sup> o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes para o período 1999/2005, revogando legislações anteriores a respeito, de 1966 e 1968. Este plano cujas partes estarão sendo verificadas no decorrer do estudo foi desenvolvido com base em dados atualizados sobre a cidade e a questão de origem e destino das pessoas na atualidade.

Esta perspectiva torna interessante a apreciação deste conteúdo técnico tendo em vista que nas últimas décadas, as mesmas onde se verificou um adensamento da população pode ter havido falta de atrativos para instalação de novas empresas, especialmente industriais e também algumas delas encerraram atividades fazendo que, o número de postos de trabalho crescesse em razão inversa à população. A mesma situação poderia ter sido causada pelos reflexos da economia no país como um todo. O processo migratório, de famílias procedentes da periferia da Capital ou do Interior de São Paulo e outros estados ocorreu coincidentemente nas últimas décadas devido a um custo de habitação inferior ao da Capital o que possibilitou a muitas famílias possuir seu lote de terra e construir sua habitação. Esta condição existente nas décadas de 1950, 1960 e 1970 foi gradativamente se extinguindo com a expansão das Universidades locais para as quais vieram estudantes de fora da cidade trazendo um poder

---

<sup>7</sup> Fonte IBGE, apud Sumário de Dados Mogi das Cruzes, 2001, pág.30.

<sup>8</sup> Lei Complementar nº 01 de 17/04/2000.



aquisitivo mais elevado fomentando a especulação imobiliária.

No mesmo período não foi observada a existência de políticas públicas no campo habitacional cujas proporções mereçam destaque a ponto de causar qualquer concentração, ou seja, o adensamento populacional certamente ocorreu por questões meramente econômicas de forma que durante algumas décadas a oferta de loteamentos era maior do que a procura local, estimulando migração e/ou fixação de famílias e estudantes que se graduavam na cidade.

De outro lado, a prole gerada pelas famílias que se fixaram em Mogi das Cruzes tornaram-se parte da P.I.A.<sup>9</sup> e na busca de atividade remunerada encontram as mesmas dificuldades que os demais moradores da cidade devido ao nível de desemprego existente.

A ocorrência desta série de causas naturalmente trouxe como conseqüência a transformação de uma cidade de cultura interiorana agrária onde havia uma proporção acentuada de população no meio rural para uma cidade dormitório com crescimento acentuado de população urbana que diariamente se desloca para outros municípios vizinhos, para a Capital e para o Vale do Paraíba<sup>10</sup> em busca do trabalho, porém, sem perder a identidade de “mogiano” como sujeitos desta realidade constituída.

Para compreender o universo de relações será necessário conhecer os aspectos históricos que envolveram toda existência desta cidade em estudo o que resultará nos tempos presentes nas dimensões territoriais e na política atual de uso e ocupação do solo.

## **DADOS HISTÓRICOS DA CIDADE.**

A menção do tempo mais remoto da cidade encontra-se no texto do historiador de Mogi das Cruzes, Jornalista Isaac Grinberg que relata Braz Cubas como o primeiro homem a se embrenhar pelas matas locais em 1560 (apenas 6 anos depois da fundação da Capital no Planalto de Piratininga), à procura de ouro, às margens do então chamado Rio Anhembi,

---

<sup>9</sup> População em Idade Ativa, segundo IBGE pessoas de 10 a 70 anos de idade.

antigo nome do Rio Tietê. Consta ainda que em 1601, as tribos indígenas na região já estavam totalmente extintas e nesta época outro desbravador, Gaspar Vaz abriu o primeiro “caminho de acesso”<sup>11</sup> entre São Paulo e Mogi das Cruzes tendo então deixado suas atividades em São Paulo para dedicar-se à formação do “Povoado”, cujo nome vem da palavra indígena “M’Boysi” que significava “Rio das Cobras” nome dado a um trecho do Rio Tietê pelos antigos indígenas que habitaram a região.

Em 17 de Agosto de 1611 o “Povoado” criado por Gaspar Vaz foi elevado à categoria de “Vila” oficialmente instalada em 1 de Setembro de 1611 (data em que se comemora do aniversário da cidade) com o nome de “Santa Anna do Mogy Mirim” porque naquele tempo era costume agregar ao nome dos lugares o nome do santo padroeiro e a palavra “Mirim” que significa pequeno talvez tenha se referido a um ribeiro da aguada da “Vila”, então chamado Mogi Mirim. Pouco tempo depois, o termo “Mirim” foi substituído pela palavra “Cruzes” na linguagem popular devido ao costume dos povoadores da primeira “Vila” de indicar com cruces, os marcos que demarcavam os limites territoriais. Outro dado histórico que merece registro é que a palavra Mogi deve ser escrita com “g” por tratar-se de topônimo de tradição histórica secular e já consta assim desde o requerimento de Gaspar Vaz e outros pedindo a elevação do “Povoado” à categoria de “Vila” e, assim tem sido pelos séculos que se passaram. Historicamente esta elevação à categoria de “Vila” desta localização interiorana, na época teve especial importância no projeto de povoamento do Brasil, pois, segundo consta, até a metade do século XVI havia apenas 14 Vilas e todas se situavam no litoral à exceção de São Paulo de Piratininga<sup>12</sup>.

A “Vila” é elevada à categoria de Município em 17 de agosto de 1671. Em 1822, por

---

<sup>10</sup> Região Administrativa composta pelas Regiões de Governo (RGs) de São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Cruzeiro.

<sup>11</sup> De acordo com a versão 2004 do Sumário de Dados do Município neste aspecto histórico cita que “Foi construída a 1ª. Estrada que ligava São Paulo a Mogi das Cruzes, favorecendo o trânsito dos paulistanos nesta região”. Neste trabalho preferiu-se manter a idéia de caminho de acesso já na naquele tempo possivelmente o

ocasião da Independência do Brasil, D. Pedro I saiu do Rio de Janeiro em 14 de Agosto e, no seu retorno ao Rio de Janeiro em 9 de Setembro de 1822 teve um breve descanso no município hospedando-se no Convento do Carmo, de propriedade dos Carmelitas que viviam em Mogi desde 1633 quando construíram a Igreja da Ordem 1<sup>a</sup> do Carmo. Na ocasião D. Pedro I levou um documento dos mogianos apoiando a Independência recém proclamada.

Em 1865, aos 13 de Março o Município é elevado à categoria de Cidade com uma enorme área de 2125 km<sup>2</sup> e, logo em seguida começaram os desmembramentos de distritos que buscaram pelas suas características próprias e capacidade de auto-sustentação. Durante o século XIX apenas duas grandes áreas se desmembraram. A primeira foi pela emancipação política da cidade de **Salesópolis** conforme Lei n<sup>o</sup> 9 de 24 de Março de 1867 desmembrando para tanto uma área de 418 km<sup>2</sup> e, já no período republicano a emancipação da Cidade de **Guararema** através da Lei n<sup>o</sup> 528 de 3 de junho de 1898 com seus 262 km<sup>2</sup> de área.

Em 14 de abril de 1874 Mogi das Cruzes atinge a posição de Comarca<sup>13</sup>.

Até 1948 Mogi das Cruzes manteve sua área de 1445 km<sup>2</sup>, quando se iniciam novos processos de desmembramento com várias emancipações políticas de antigos distritos que com a evolução demonstraram suas próprias vocações enquanto núcleos urbanos.

O primeiro deles já no século XX foi **Suzano** que obteve sua emancipação à categoria de cidade de acordo com a Lei n<sup>o</sup> 233 de 24 de dezembro de 1948, isolando da administração pública mogiana seus 185 km<sup>2</sup> de área. Através do mesmo ato legislativo desmembrou-se também a cidade de **Poá** com sua pequena área de 17 km<sup>2</sup>, porém com características de Estância Hidromineral de forma que até o final dos governos militares tinha seus prefeitos indicados pelo governador, não havendo eleições para o executivo municipal.

No ano de 1953, através da Lei Estadual n<sup>o</sup> 2456 de 30 de dezembro têm sua

---

termo “estrada” difere do conceito que temos na atualidade. Provavelmente seria uma trilha desmatada em terra com capacidade para trânsito de montarias e veículos simples de tração animal.

<sup>12</sup> Conforme dados extraídos do “Sumário de Dados de Mogi das Cruzes”, edição 2004.

emancipação política os municípios de **Itaquaquetuba** com área de 83 km<sup>2</sup> e **Ferraz de Vasconcelos** com 25 km<sup>2</sup> de área.

Finalmente, desmembra-se em 1963 a cidade de **Biritiba Mirim** através da Lei Estadual nº 8050 de 31 de dezembro daquele ano, carregando seus 414 km<sup>2</sup> de forma que daí por diante fica a área atual de Mogi das Cruzes de 721<sup>14</sup> km<sup>2</sup>, sendo assim, o segundo maior município em área da Região Metropolitana, onde a Capital São Paulo ocupa o primeiro lugar com seus 1509 km<sup>2</sup> de área.<sup>15</sup> A cidade, após todos os desmembramentos tem atualmente divisas com os municípios de Arujá, Santa Isabel, Guararema, Biritiba-Mirim, Itaquaquetuba, Suzano, Santo André, Santos e Bertioga (vide Mapa 2) e, está dividida em 8 (oito) distritos para possibilitar certo nível de descentralização administrativa.

O primeiro distrito criado naturalmente foi o Distrito Sede, criado pela Provisão de 17 de Agosto de 1611 com área atual de 315 km<sup>2</sup>. Os demais distritos da atual extensão territorial de Mogi das Cruzes foram criados no século XX a saber:

- **Sabaúna**, criado pela Lei nº 1758 de 27 de Outubro de 1920, área de 78 km<sup>2</sup>;
- **Taiapuêba**, criado pela Lei nº 2257 de 31 de Dezembro de 1927, com área de 153 km<sup>2</sup>;
- **Jundiapêba**, criado pela Lei nº 9775 de 30 de Novembro de 1938, com área de 50 km<sup>2</sup>;
- **Cezar de Souza**, criado pela Lei nº 3198 de 23 de Dezembro de 1981, com área de 29 km<sup>2</sup>;
- **Biritiba Ussú**, criado pela Lei nº 3198 de 23 de Dezembro de 1981, com área de 70 km<sup>2</sup>;

---

<sup>13</sup> Sumário de Dados 2001 de Mogi das Cruzes, págs. 8 e 9 e, Publicação Cidadão Mirim Mogiano: Conheça Mogi pág. 5.

<sup>14</sup> A área do Município até 1996 era de 731 Km<sup>2</sup>, passando a partir de 1997 para 721 Km<sup>2</sup> por força da Lei Estadual nº 9821 de 24/10/1997 que alterou as divisas do município.

- **Quatinga**, criado pela Lei nº 4631 de 02 de Julho de 1997, com área ainda a ser levantada pelo I.G.C. Instituto Geográfico e Cartográfico que sendo que haverá reduções de áreas nos distritos que fazem limite, Jundiapéba e Taiapuêba.
- **Braz Cubas**, criado pela Lei nº 2456 de 30 de Dezembro de 1953 com área de 36 km<sup>2</sup>.

FIGURA 4 – BRASÃO DO MUNICÍPIO



Idealizado pelo historiador Dr. Afonso Taunay e desenhado pelo artista J. Wash Rodrigues.  
Instituído pelo Ato nº 48, de 1º/07/1931.  
Restabelecido pela Lei nº 19, de 27/02/1948.

Segundo transcrito a seguir da Lei nº. 19 se descreve o Brasão da Cidade da seguinte forma:<sup>16</sup>

Escudo com um gibão de armas flechado, tal qual ocorre na célebre estampa **COMBATE DE ÍNDIOS BOTUCUDOS COM SOLDADOS MILICIANOS DE MOGI DAS CRUZES** representado ao natural, em campo vermelho ou degoles. Cinco escudetes firmados em chefe recordam e simbolizam uma série de fatos da história local e circunstâncias da vida mogiana **ANTIGA E MODERNA**. No primeiro escudete, partido, ocorre, no primeiro quartel, a pipa de ouro, em campo vermelho, das armas de Braz Cubas; no segundo, o cardo verde, em campo de prata das armas dos Cardoso. Estão, aí, pois, lembrados dois vultos inesquecíveis da história mogiana: BRAZ CUBAS, dono da sesmaria e da fazenda sobre a qual se ergueu a vila de SANT ANNA DAS CRUZES DE MOGI; e BRAZ CARDOSO, fundador da vila, erecta em 1611. No segundo escudete, uma sêrpe de ouro numa faixa de prata em campo verde, traduz a denominação "MOGI" - Rio das Cobras - no dizer dos maiores sabedores de nossa Língua Geral. No terceiro escudete, três cruces vermelhas, da ordem de Cristo, postas em roquete, e em campo de prata,

<sup>15</sup> Os desmembramentos são indicados no Sumário de Dados 2001 de Mogi das Cruzes, pág. 13e fazem parte do Sumário de Dados da Grande São Paulo, Emplasa, 1994. As mesmas informações foram ratificadas no Sumário de Dados de Mogi das Cruzes, 2004, pág. 15.

<sup>16</sup> Transcrito de texto da Lei nº 19 de 27/02/1948 da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, apud "Sumário de Dados do Município – Edição 2004".

evocam a antiquíssima tradição dos três cruzeiros chantados no adro da primeira igreja Matriz, fato de onde proveio a esta denominação de Mogi das Cruzes. No quarto escudete, vem duas corôas muraes de ouro, tudo em campo de sinople (verde). Simbolizam as corôas muraes a fundação de cidades por mogianos mineradores de ouro, partidos das margens do Tietê, o grande rio paulista das entradas e monções, No quinto escudete uma roda dentada, de engrenagem, simboliza a existência de já notável indústria moderna na cidade. Como tenentes do escudo, dois bandeirantes revestidos do característico "**GIBÃO D'ARMAS**" um deles empunhando uma bandeira de Santana, orago da cidade, e o outro armado de arcabuz. Como suportes, ramos de fumos e hastes de cana, ao natural, rememoram as duas lavouras tradicionais do município. No listal, em letras prata sobre fundo vermelho inscreve-se a divisa que se pode traduzir como "**SOU DA GREI BANDEIRANTE**", "**PROCEDO DOS BANDEIRANTES**" ou seja: "**BANDEIRANTES GENS MEA**".

Convém notar que já na época da aprovação do Brasão da Cidade havia uma ênfase ao seu desenvolvimento industrial que o legislador comenta ao descrever o quinto escudete do Brasão.

FIGURA 5 – BANDEIRA DO MUNICÍPIO



Fonte: Arquivo Histórico Secretaria da Educação e da Cultura

Segundo o que se observa nos dados históricos quanto às representações oficiais da cidade a Bandeira acima exibida tem as seguintes descrições:<sup>17</sup>

Tanto quanto o brasão, a bandeira representa o município. Mogi das Cruzes tem sua bandeira, oficializada por Lei Municipal n.º 804 de 29 de novembro de 1956. A bandeira de Mogi das Cruzes tem três faixas horizontais, sendo a de cima de cor preta, a do meio branca e a de baixo vermelha. Elas representam a população de que se formou o município, através das três raças: branca, negra e vermelha (índios). As faixas preta e vermelha tem cada uma 1/4 do total e a do meio tem 2/4, por ter sido bem maior a contribuição da raça branca. No canto esquerdo, um triângulo de lados iguais com o vértice voltado para a direita e representando a Santíssima Trindade e, por extensão, Sant'Ana, padroeira da cidade. Esse triângulo de cor azul, simbolizando o nosso céu, tem uma estrela dourada, em cada um de seus três ângulos. Lembrando a expansão dos bandeirantes mogianos nos sentidos norte, noroeste e sudoeste. Ainda sobre este triângulo, mais a direita o brasão da cidade e a esquerda uma cobra fumando, lembrança da participação dos mogianos na Força

<sup>17</sup> Fonte: Arquivo Histórico - Secretaria Municipal de Educação e Cultura. - Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Historiador: JURANDIR CAMPOS), apud Sumário de Dados do Município – Edição 2004.

Expedicionária Brasileira a 2ª Grande Guerra, participação essa que foi a maior dentre todas as cidades do interior do Brasil.

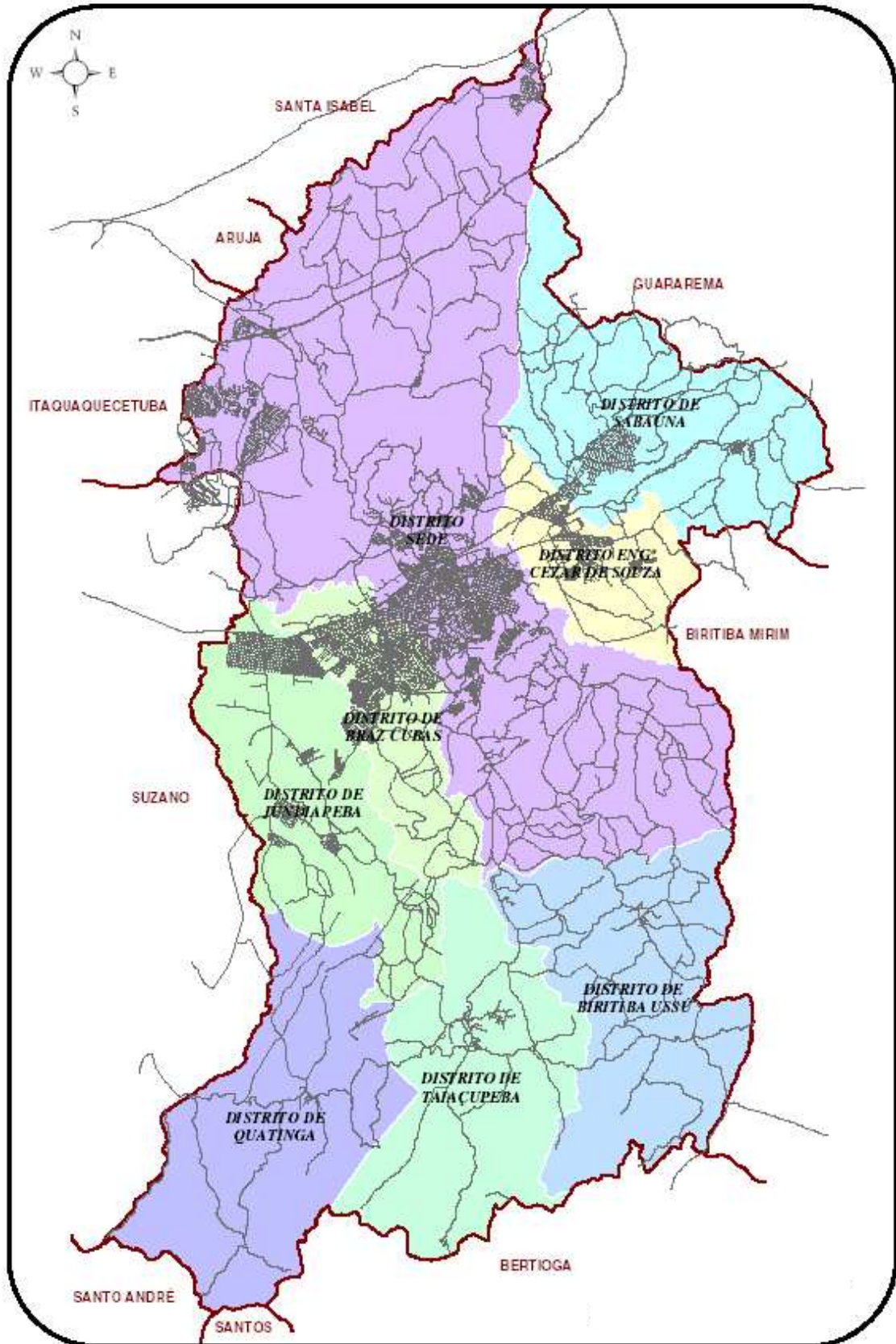
Estas condições históricas são o ponto de partida para o estudo, pois, faz-se necessário um posicionamento da origem e formação da cidade. A evolução do sistema de cidades e as causas das transformações observadas neste fenômeno interferiram na evolução e desenvolvimento destas, daí o desmembramento de vários distritos transformando-se em cidades. Da mesma forma, fatores históricos e econômicos certamente influenciaram o crescimento urbano destes povoados, vilas e cidades e ainda o processo de industrialização brasileira, em especial no Estado de São Paulo influenciou de forma diferenciada cada cidade.

Munford (1982, p.111) explica que, uma primeira motivação para o surgimento das aglomerações que deram origem às cidades veio da necessidade humana de ampliar as possibilidades de relacionamento, evitando seu isolamento. No caso de Mogi das Cruzes ela se definia como caminho para o Rio de Janeiro sendo um dos primeiros pólos de desenvolvimento fora do litoral, ou seja, se não fosse este caminho São Paulo de Piratininga estaria isolado do Rio de Janeiro e vice-versa.

Encontramos também fundamento em Castells (1983, p.19) quando nos lembra que, as cidades como modo de vida urbanizada, existem a cerca de 5500 anos (desde em torno de 3500 a.C.) com a característica de que, ao contrário do que vemos atualmente eram cercadas por grandes comunidades agrícolas, ou seja a maioria absoluta da população vivia no meio rural sendo que no caso de Mogi das Cruzes, na atualidade 71,40% de sua área é Rural embora haja uma gradativa redução de população no campo como será demonstrado ao longo do estudo.

Não ocorreu no exemplo de Mogi das Cruzes o proposto por Davis (1972, P.13), ao escrever que as cidades eram rodeadas por maioria substancial de gente do campo reforça ainda que, facilmente regrediam à condição de vilas.



**MAPA 2 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

Fonte: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, Anexo Cartográfico ao Sumário de Dados, Edição 2004



Devido ao funcionamento como eixo de ligação por séculos entre o Rio de Janeiro de São Paulo evoluiu de povoado a vila, de vila a município e de município a cidade e entre seus distritos muitos tiveram sua emancipação política tornando-se também cidades.

Sob o aspecto de organização humana, conforme colocado por Sjoberg (1972, p.36) que procura compreender as cidades em três níveis de organização humana:

**Sociedade de Gente:** Pequenos grupos homogêneos e auto-suficientes, dedicados integralmente à busca de alimento, sem possibilidade de acumulação, sem possibilidade de desenvolvimento de divisão do trabalho ou estratificação social.

Certamente não foi o caso do desenvolvimento histórico da cidade de Mogi das Cruzes já que houve acumulação de produção servindo aos pólos do Rio de Janeiro e São Paulo. Desde os períodos mais antigos da monarquia a cidade serviu como ponto de descanso ou de pousada dos viajantes, inclusive da aristocracia que se conduziam entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Há relatos históricos que o próprio Imperador D. Pedro II teve estadas na cidade.

**Sociedade Pré-industrial ou feudal:** caracterizada pela estocagem de alimentos, pela especialização do trabalho e pelo surgimento de classes de liderança organizando a mão-de-obra buscando a produção e a produtividade. (SJOBORG, 1972, p.36)

Diante deste enfoque explica ainda Singer (1978, p.14) que:

...o excedente alimentar não é suficiente para o surgimento de uma cidade, pois, é necessário que haja um processo de relação de dominação entre o homem produtor e o distribuidor para viabilizar as transferências de produto entre a urbe e o campo estabelecendo-se um novo sistema social.

Mogi das Cruzes caracterizou-se ao longo do tempo como cinturão verde de São Paulo com grande produção especializando-se em hortifrutigranjeiros e talvez lhe caiba bem esta classificação de sociedade pré-industrial pelo menos até algumas décadas atrás.

O modelo tradicional de desenvolvimento, partindo da produção agrícola para a produção industrial pode explicar em parte o desenvolvimento local, especialmente, porque num período mais recente pela necessidade de construção de represas a área destinada a lavoura teve acentuada redução.

Segundo Singer (op.cit) ainda,

... a constituição de cidades é ao mesmo tempo uma inovação na teoria da

dominação e na organização da produção que redundam na evolução tecnológica, social e política como base para o desenvolvimento.

Este desenvolvimento este que foi experimentado com maior ênfase na atividade rural do que na industrial durante séculos, porém pela proximidade com grandes centros isto promoveu um adensamento populacional com a urbanização e a chegada da indústria.

**Sociedades pré-industriais mais avançadas:** caracterizada pela utilização da força do vento ou da água reforçando a força braçal e renunciando provavelmente a origem das cidades industriais modernas devido à preocupação de um nível de produtividade ampliado. (SJOBORG, 1972, p.36)

Não se poderia conceber Mogi das Cruzes nesta hipótese proposta por Sjoborg já que na época da grande industrialização regional a partir de década de 50 muitas indústrias preferiram fixar-se no Vale do Paraíba devido a fatores diversos como a existência de Rodovia mais moderna (Presidente Dutra) e, possíveis incentivos estabelecidos pelos executivos daquela região.

Além dos fatores enunciados em níveis de organização humana, sob o aspecto operacional, temos considerar ainda a capacidade ou possibilidade de armazenamento e distribuição das colheitas e a existência de solo fértil bem como disponibilidade de água em bom nível de abundância. Temos que concordar com Reis Filho (1968) quando refere que um processo social e econômico ocorre quando há uma divisão social do trabalho em caráter permanente. Evidentemente nas sociedades a partir das sociedades pré-industriais a divisão do trabalho foi uma das características presentes sem ainda preocupar-se com o nível de ocupação humana.

A Revolução Industrial determinou um novo modo de produção no mundo, o Modo de Produção Capitalista pressupondo em si a decomposição da estrutura social do campo e a migração da população desocupada para as cidades bem como a passagem gradativa de uma economia doméstica para uma economia de manufatura, criando concentração de mão-de-obra e pela concentração, um mercado em si. CASTELLS (1983, p.20)

Desta forma surge uma ênfase que contradiz algumas realidades de “cidades-dormitórios” que questionamos nos dias de hoje, já que se estabelecia a necessidade de mão-de-obra próxima ao mercado produtor e consumidor cuja idéia seria de absorver a melhor

capacidade produtiva dos trabalhadores.

Mais recentemente surge a aglomeração urbana gerada pelo setor terciário que requer serviços em caráter temporário ou permanente onde temos como exemplo típico as cidades turísticas. A cidade objeto deste estudo também passou historicamente pelas influências da industrialização e da migração do campo para o meio urbano.

### **PROPORÇÃO TERRITORIAL DE MOGI DAS CRUZES EM RELAÇÃO À REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO**

Segundo dados da EMPLASA<sup>18</sup> a, Região Metropolitana da Grande São Paulo, que compreende o Município de São Paulo, Capital do Estado, e outros trinta e oito municípios limítrofes (perfazendo uma área de 8144 Km<sup>2</sup>), que não fazem necessariamente limite com a Capital, mas, guardam em relação a ela determinados tipos de dependência, seja no campo de distribuição de produção como de aquisição de bens e serviços especializados muitas vezes ainda não disponíveis em cada um dos municípios. Muitas empresas, especialmente no segmento industrial localizam suas plantas produtivas em alguma cidade da Grande São Paulo e mantêm uma unidade de negócio central na capital. O grande problema para os pesquisadores preocupados com levantamento de informações sobre tais municípios é que toda esta área é tratada como uma só “Região de Governo”, portanto, as estatísticas disponíveis não consideram, na maioria das vezes as diferenças específicas entre tais municípios, suas vocações, características econômicas e demográficas no que difere de outras Regiões de Governo do Estado de São Paulo onde os municípios interioranos guardam semelhanças maiores entre si.

Nota-se aqui que apesar dos desmembramentos descritos o Município de Mogi das Cruzes ainda possui uma área territorial bastante representativa em relação à Região

---

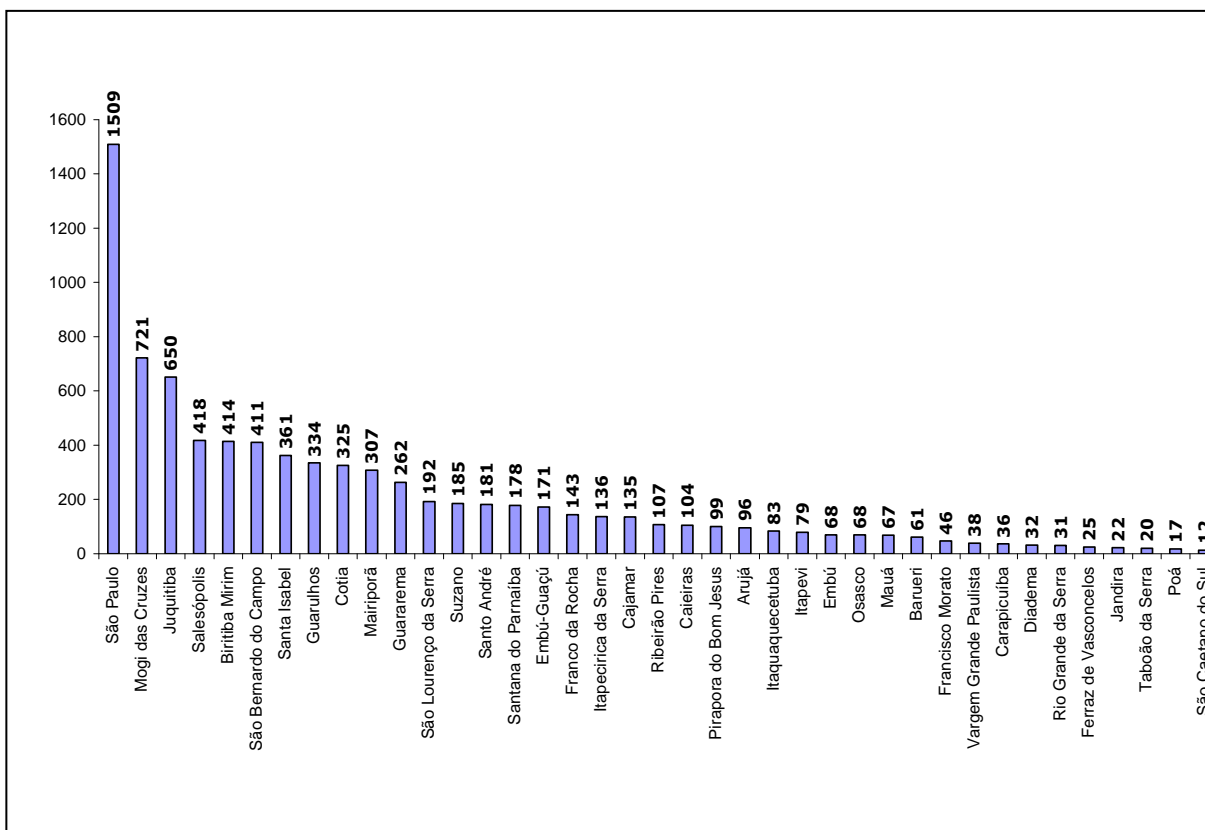
<sup>18</sup> Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Sumário de Dados da Grande São Paulo 2002, Edição 2003.

Metropolitana de São Paulo onde detém a segunda maior área territorial.

## EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MOGIANO

Naturalmente a ocupação da cidade parte do Distrito Sede, mas cabe neste ponto explicar que algumas situações dirigiram tal ocupação. A primeira delas representada pelo Rio Tietê que tem à Norte a Serra do Itapeti e a Sul sua várzea maior até o limite do traçado da ferrovia.

GRÁFICO 2 – ÁREA EM KM<sup>2</sup> DAS CIDADES QUE COMPÕEM A GRANDE SÃO PAULO



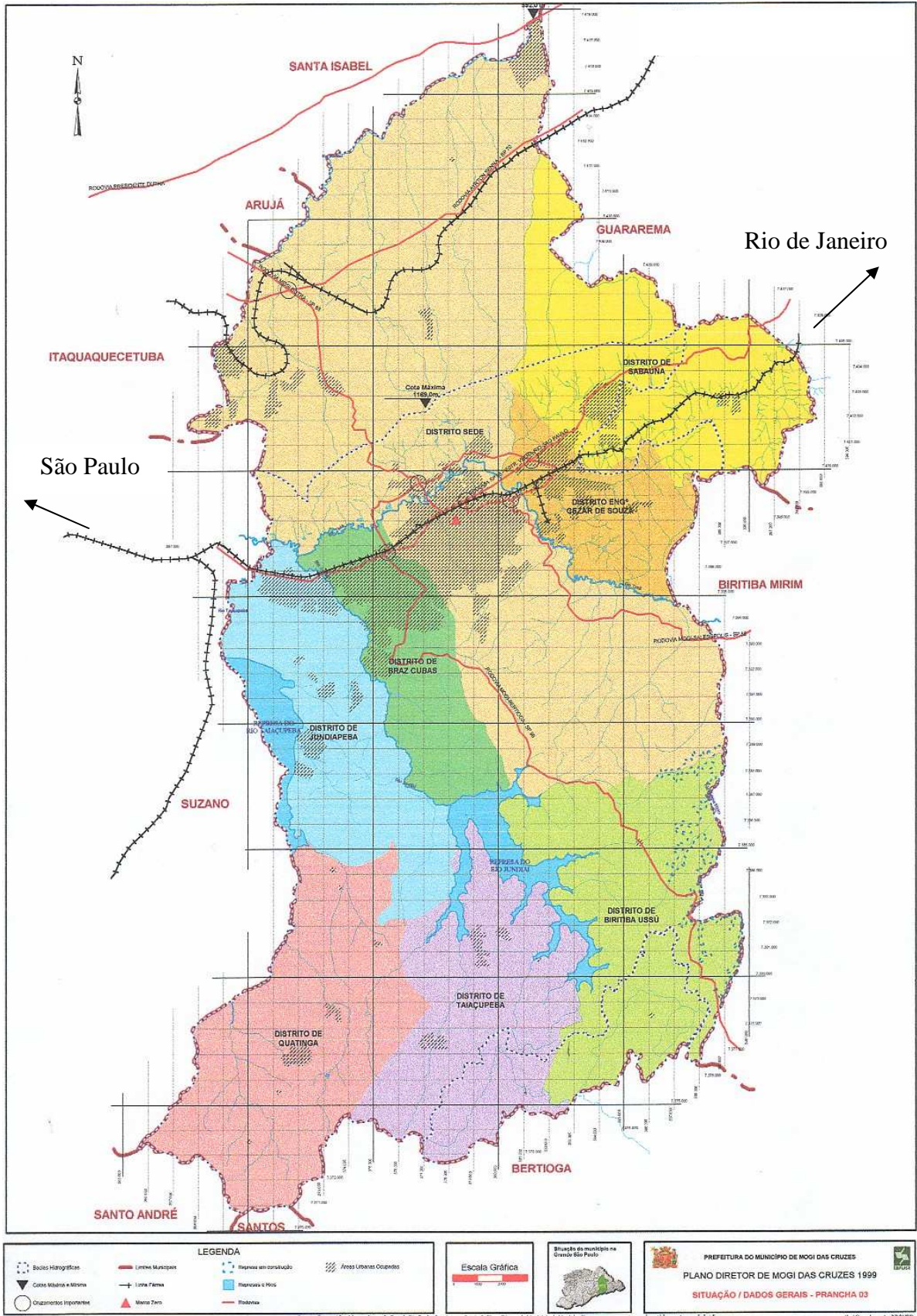
Fonte: Construído com base no Sumário de Dados da Grande São Paulo, EMPLASA, 1994

Segundo o que se sabe na cidade, o traçado da Ferrovia quando instalada no século XIX, indicaria o limite da área habitável, pois, a Norte desta seria uma grande área sujeita aos alagamentos na época das cheias do Rio Tietê. Outro elemento decisivo na ocupação da cidade foi o Traçado da Ferrovia de modo que a Estação Ferroviária funcionaria como um pólo em torno do qual, longitudinalmente os loteamentos iriam acontecendo. Por isso vemos

núcleos mais adensados de população no Distrito Sede e, nos Distritos de Braz Cubas e Jundiapéba a Oeste e no Distrito de Cezar de Souza a Leste (Vide Mapas 2 e 3). No Mapa 3 nota-se com facilidade a maior densidade demonstrada em reticulado preto cortado ao meio pela Ferrovia (Antiga Estrada de Ferro Central do Brasil) a mesma que segue até a cidade do Rio de Janeiro, porém, a partir de Mogi das Cruzes a ferrovia tem circulação apenas de composições de carga.

A evolução da ocupação em termos gráficos, pode ser observada no Mapa 4, onde se demonstra tal evolução nas últimas cinco décadas onde podemos verificar que o desenvolvimento da ocupação foi se dando radialmente em relação ao pólo da Estação Ferroviária, ou seja, a especulação imobiliária já desprezava a possibilidade de alagamentos na área da várzea do Rio Tietê promovendo também uma ocupação a Norte da Ferrovia até o limite da Serra do Itapeti. Como limitações de ocupação e uso do solo há na cidade de Mogi das Cruzes duas Áreas de Proteção Ambiental, sendo uma delas a Serra do Itapeti a Norte do Distrito Sede e, outra na parte da Serra do Mar que fica a Sul da cidade até o limite com a cidade de Bertioga Grande parte da área total da cidade é classificada como Área de Proteção de Mananciais. Dos 721 km<sup>2</sup> de área da cidade, 358 km<sup>2</sup> representando 49% são Áreas de Proteção de Mananciais, o que evidentemente limita a exploração de atividades econômicas (Vide Mapa 5). A área urbana da cidade é de 240,44 km<sup>2</sup> (28,60%) e a área rural é de 480,56 km<sup>2</sup> (71,40%). O vetor de crescimento da ocupação original ao longo da ferrovia, no sentido Oeste-Leste basicamente já atingiu seu propósito restando apenas áreas a Oeste do Município (distrito de Jundiapéba) nas áreas limítrofes com o Município de Suzano, consideradas desfavoráveis ao assentamento urbano por motivos de serem áreas alagadiças e próximas à represa do Rio Taiacupeba. Resta porém uma ampla área, considerada favorável ao assentamento urbano, no sentido Sul até as proximidades da represa do Rio Jundiáí, região servida atualmente pela Rodovia Mogi-Bertioga (vide mapa 6).

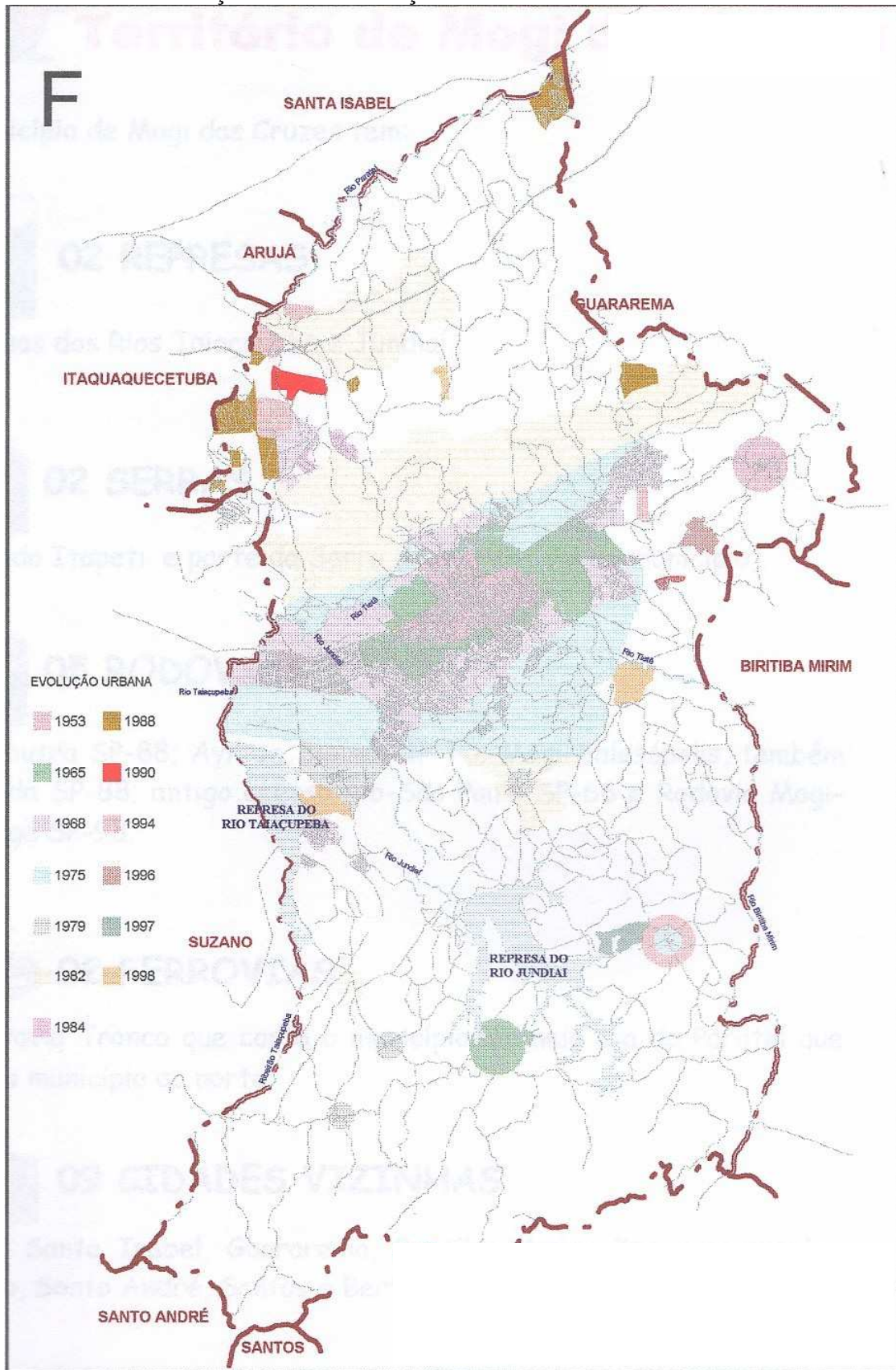
MAPA 3 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA



Fonte: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, - Secretaria de Planejamento e Urbanismo, 2002.



MAPA 4 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO



Fonte: Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes – Secretaria de Planejamento e Urbanismo - 2002

## DEMOGRAFIA

O Município de Mogi das Cruzes teve um grande incremento de população no período de 1960/1991. Sua população que era de 100.194 habitantes em 1960 aumentou para 330.241 habitantes em 2000 e 377.501 em 2008, superando a tendência do Brasil conforme se demonstra na Tabela nº 1 a seguir:

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

REGIÕES	POPULAÇÃO (Segundo anos censitários)						Taxa Geométrica de Crescimento Anual				
	1960	1970	1980	1991	2000	2008	1970/60	1980/70	1991/80	2000/91	2008/91
Brasil	70070457	93139037	119002706	146868808	169799070	183900000	2,90	2,48	1,93	1,64	1,33
Estado SP	12809231	17771948	25040712	31588925	37032403	41139671	3,30	3,49	2,13	1,80	1,57
Grande SP	4791245	8139730	12588725	15444941	17878703	19697337	5,40	4,46	1,88	1,65	1,44
Região Leste	-	312060	516037	816592	1130965	1403086	-	5,22	4,21	3,72	3,24
<b>Mogi das Cruzes</b>	<b>100194</b>	<b>138751</b>	<b>197946</b>	<b>273175</b>	<b>330241</b>	<b>377501</b>	<b>3,31</b>	<b>3,62</b>	<b>2,97</b>	<b>2,15</b>	<b>1,92</b>

Fonte: Tabela construída com base em dados do IBGE, apud Plano Diretor de Mogi das Cruzes, 1999-2005, complementados por informações do Sumário de Dados de São Paulo, 2002 – EMPLASA, apud Sumário de Dados de Mogi das Cruzes, 2004. Dados de 2008 obtidos através de Pesquisa do SEADE, exceto população estimada do Brasil cuja fonte foi o IBGE.

A Tabela 1 nos serve para demonstrar que a população mogiana cresceu mais do que a tendência demonstrada no país no período em estudo, entre 1991 e 2008 (25,21%), perfazendo um aumento de 38,19% enquanto que a região da Grande São Paulo totalizou 27,53%, e o Estado de São Paulo 30,23%. No mesmo período o crescimento populacional de Mogi das Cruzes foi menor apenas em relação à Região Leste, 71,82% e ainda mantém a segunda maior Taxa Geométrica de Crescimento conforme demonstra a Tabela 1.

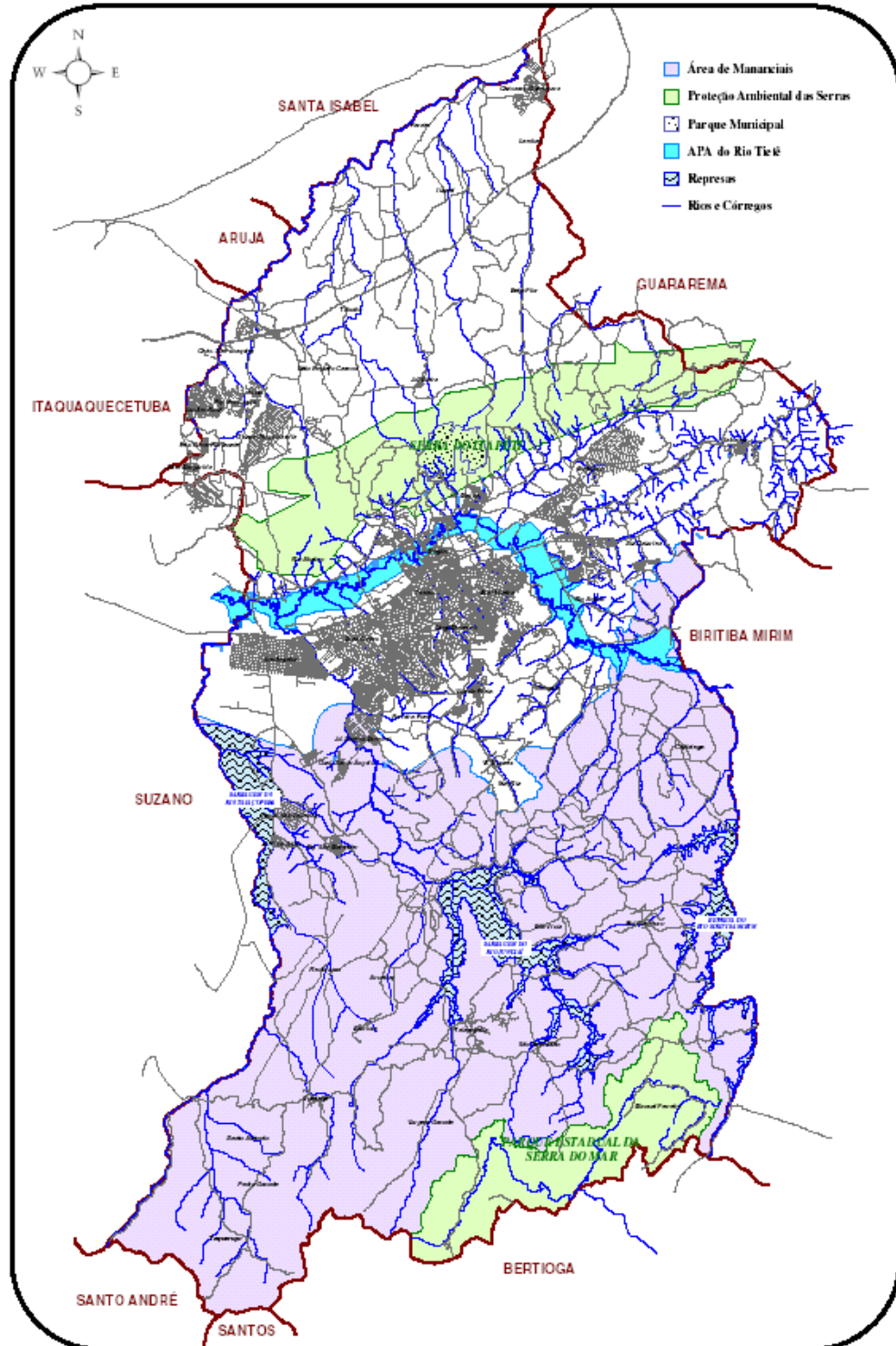
O Censo do IBGE/2000 indica uma população de 330241 habitantes em para Mogi das Cruzes o que implica numa TGCA de 2,15% na relação 2000/91. Considerando-se a população em 2008 de 377501 habitantes pode-se observar um TGCA de 1,92% na relação 2008/91.

Embora se apresente uma desaceleração de crescimento demográfico ao longo do tempo este fato ocorre de forma mais branda do que no Estado e no País. O Plano Diretor do Município explica que os crescimentos observados nos períodos de 1970/80 e 1980/91 deveram-se, em parte, ao componente vegetativo enquanto que para a Grande São Paulo, especialmente no período 1970/80 a causa teria como base os movimentos migratórios os



quais se reduziram a partir deste período. Esta tendência se inverte no Município de Mogi das Cruzes com gradativo crescimento de movimentos migratórios, ainda que com pequenos incrementos.

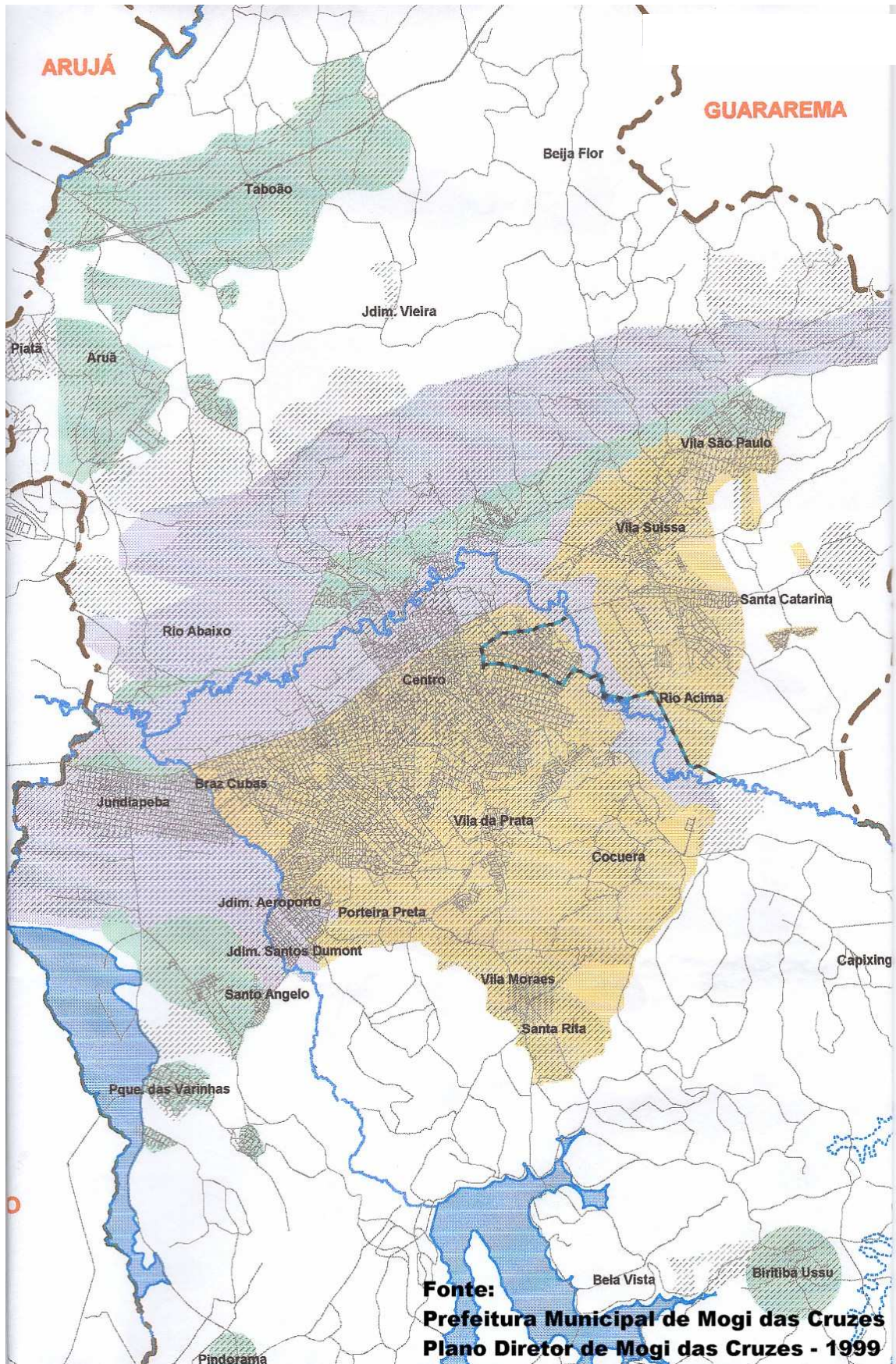
MAPA 5 – MEIO AMBIENTE



Fonte: Anexo Cartográfico do Sumário de Dados de Mogi das Cruzes, 2004



MAPA 6 – VISÃO AMPLIADA DO CRESCIMENTO NO SENTIDO SUL



Fonte: Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes - 1999

O mesmo Plano Diretor dá crédito à hipótese que, o desenvolvimento de espaços sub-aproveitados em meados de 1999, fariam sentir com maior intensidade a mobilização migratória para esta cidade.

Analisando-se a situação em relação às demais cidades da área Leste da Grande São Paulo pode-se perceber que ocorreram em muitas delas taxas de crescimento ainda maiores do que o ocorrido em Mogi das Cruzes conforme a Tabela nº 1-A exibida a seguir:

TABELA 1-A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO LESTE DA GRANDE SÃO PAULO

ANOS	1970	1980	1991	2000	2008	TGCA (%) 1980/70	TGCA (%) 1991/80	TGCA (%) 2000/91	TGCA (%) 2000/70	TGCA (%) 2008/91
Itaquaquecetuba	29114	73064	164957	272942	360666	9,64	7,68	5,81	7,84	4,71
Ferraz de Vasconcelos	25134	55055	96166	142377	182289	8,16	5,20	4,50	5,95	3,83
Suzano	55460	101056	158839	228690	289190	6,18	4,20	4,17	4,84	3,59
REGIÃO LESTE	312060	519037	816592	1130965	1403086	5,22	4,21	3,72	4,39	3,24
Poá	32373	52783	76302	96801	107556	5,01	3,41	2,59	3,72	2,04
Biritiba Mirim	9033	13377	17833	24653	29378	4,00	2,65	3,70	3,40	2,98
Salesópolis	9557	10653	11359	14357	16473	1,09	0,59	2,66	1,37	2,21
Guararema	12638	15103	17961	21904	24957	1,80	1,59	2,25	1,85	1,95
Mogi das Cruzes	138051	197946	273175	330241	377501	3,62	2,97	2,15	2,95	1,92
GRANDE SÃO PAULO	8139730	12588725	15444941	17878703	19697337	4,46	1,88	1,65	2,66	1,44

**Fonte:** Elaborada com base em informações do Sumário de Dados de Mogi das Cruzes, 2004. Dados de 2008 recolhidos através da Fundação SEADE.

Propositadamente ordenou-se a Tabela 1-A em ordem decrescente de taxa de crescimento dos últimos 17 anos (2008 x 1991) donde se pode inferir que a taxa de crescimento das cidades que fazem limite a leste com a capital como Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos tiveram os maiores crescimentos demográficos assemelhando-se às regiões periféricas da Capital envolvendo bairros como Itaim Paulista, São Miguel Paulista e Guaianazes. Outro motivo que permitiu tal adensamento destas duas cidades deveu-se à transferência de empresas que deslocaram-se da Capital para estas devido à impossibilidade de expansão ou permanência devido às questões de zoneamento da Capital. Com relação ao Município de Suzano a industrialização foi também um fator determinante de crescimento populacional já que entre os anos 1950 e 1960 instalaram-se empresas de grande porte como

Cia. Suzano de Papel e Celulose, Hoechst Química (atual Clariant), Hoechst Farmacêutica (atual Avantis Farmacêutica, pela fusão com a empresa Rhodia Farmacêutica) as quais segundo informações locais (não oficiais) respondem por dois terços da arrecadação do município. Além destas, Suzano durante o período em estudo teve uma política dirigida à atração de empresas de forma que foram atraídas dezenas de empresas no segmento industrial. No caso específico de Poá, considerada Estância Hidromineral não caracterizada pela ênfase na indústria, embora as possua, obteve um crescimento naturalmente promovido pelo fato de situar-se em região de limites com Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Suzano de forma que seus habitantes puderam aproveitar as características climáticas à facilidade de acesso às empresas das cidades vizinhas entre as quais há circulação de transporte coletivo via trem e ônibus. No caso de Biritiba-Mirim embora se situe distante da capital teve uma grande expansão de população devido ao desenvolvimento de atividade junto às áreas de reflorestamento desenvolvidas pela empresa Cia. Suzano de Papel e Celulose e à expansão da produção agrícola em continuidade ao chamado “Cinturão Verde” de Mogi das Cruzes. A cidade de Guararema<sup>19</sup>, também com característica de Estância Climática, que mantinha movimentação lenta de crescimento populacional, passou a servir como moradia de famílias de padrão de renda elevado, ou que pelo menos mantém imóveis de lazer na cidade e que têm atividades na Capital ou no Vale do Paraíba, devido à facilidade de acesso criada pela passagem da Rodovia Airton Senna e Rodovia Carvalho Pinto.

Outra constatação é que o crescimento populacional não se deu apenas no vetor leste da Grande São Paulo, mas, em toda ela, embora não seja objeto deste estudo observar a existência de trabalho em especial na indústria nas demais direções da Grande São Paulo. Verificamos a seguir na Tabela nº 1-B o crescimento populacional nas demais direções da Grande São Paulo:

---

<sup>19</sup> Segundo informações locais Guararema devido à sua localização e topografia possui o quinto melhor clima do Brasil.

TABELA 1-B - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES DA GRANDE SÃO PAULO

ANOS	1970	1980	1991	2000	TGCA(%)	TGCA(%)	TGCA(%)	TGCA(%)
					1980/70	1991/80	2000/91	2000/70
SUDOESTE <sup>20</sup>	101954	287466	465466	630566	10,92	4,48	3,43	6,26
NORTE <sup>21</sup>	93036	153972	282162	423953	5,17	5,66	4,63	5,19
NORDESTE <sup>22</sup>	263543	579227	863463	1175642	8,19	3,70	3,49	5,11
OESTE <sup>23</sup>	455845	903016	1322399	1728603	7,07	3,53	3,02	4,54
LESTE <sup>24</sup>	312060	519037	816592	1130965	5,22	4,21	3,72	4,39
SUDESTE <sup>25</sup>	988677	1652781	2048674	2354722	5,27	1,97	1,56	2,94
GRANDE SP	8139730	12588725	15444941	17878703	4,46	1,88	1,65	2,66
CENTRO (CAP)	5924615	8493226	9646185	10434252	3,67	1,16	0,88	1,90

**Fonte:** Elaborada com base em informações do Sumário de Dados de Mogi das Cruzes, 2004. Para evitar possíveis imprecisões evitou-se atualizar os dados das demais regiões para 2008.

De maneira geral pode-se observar que as taxas de crescimento na Grande São Paulo vêm se reduzindo, porém, no período observado as direções Leste (na qual se localiza Mogi das Cruzes) e Norte demonstram uma certa constância no seu padrão de crescimento o que continuará a demandar ocupação e infra-estrutura nestas regiões em especial.

A maior concentração da população, por sua vez, aponta para o distrito Sede que somado ao Distrito de Braz Cubas continha 84,8% da população mogiana. Na tabela nº 2 a seguir podemos verificar as Densidades Demográficas bem como as concentrações de população em percentual:

A Densidade Demográfica se destaca no distrito de Braz Cubas, a oeste do Distrito Sede e também no distrito de Cezar de Souza, a leste do Distrito Sede. Sendo ambos de característica de bairros de periferia podemos inferir que a Densidade tornou-se maior em Braz Cubas devido a dois motivos básicos: o primeiro deles o fato de possuir topografia com cotas elevadas favorecendo as construções livres da várzea alagadiça do Rio Tietê e o segundo, o fato de ser servido por estação ferroviária com ligação Estação Roosevelt na Capital o que permitiu aos moradores terem fácil acesso às empresas em toda região leste da

<sup>20</sup> Taboão da Serra, Itapeirica da Serra, São Lourenço da Serra, Embu, Embu-Guaçu e Juquitiba.

<sup>21</sup> Cajamar, Franco da Rocha, Mairiporã, Caieiras, Francisco Morato.

<sup>22</sup> Guarulhos, Arujá e Santa Isabel.

<sup>23</sup> Carapicuíba, Barueri, Osasco, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Cotia, Vargem Grande Paulista, Itapevi e Jandira.

<sup>24</sup> Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Salesópolis e Biritiba-Mirim.

<sup>25</sup> Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.



capital. No distrito de Cezar de Souza por sua vez, embora possua estação ferroviária, não chegam até lá os trens de subúrbio<sup>26</sup>, servindo os trilhos em operação como ligação para trens de carga entre a Capital de São Paulo e o Rio de Janeiro.

TABELA 2 - ESTIMATIVA DE HABITANTES E DISTRIBUIÇÃO EM 1997

Distritos	População			Áreas		Densidade Hab/Km <sup>2</sup>
	Hab.	%	% acum.	Km <sup>2</sup>	%	
Braz Cubas	77.373	*25,8	25,8	36,0	4,9	2.149,3
Cezar de Souza	20.870	7,0	32,8	29,0	4,0	719,7
Sede	177.603	*59,0	91,8	315,0	43,1	563,8
Jundiapéba	10.392	3,5	95,3	50,0	6,8	207,8
Sabaúna	8.683	2,9	98,2	78,0	10,7	111,3
Biritiba Ussú	2341	0,8	99,0	70,0	9,6	33,4
Taiapuêba <sup>27</sup>	3004	1,0	100,0	153,0	20,9	19,6
Total	300.265	100,0		731,0	100,0	410,7

**Fonte:** Construída tendo como fonte a Tabela 1 da Pesquisa de Origem e Destino de 1996 bem como a Tabela 10 à pág. 33-C do Plano Diretor de Mogi das Cruzes – 1999-2005.

Além da Densidade Demográfica outra preocupação encontra-se na verificação de dimensionamento por Classes Sociais<sup>28</sup> nos diversos distritos e/ou localidades do município demonstrado na Tabela nº 3 que se coloca a seguir.

Segundo esta tabela, existe em Mogi das Cruzes uma população tipicamente de Classes “C” e “D” conforme constatado nos domicílios pesquisados o que possivelmente indicará determinadas necessidades de nível de emprego na cidade ou na região próxima.

A P.I.A (População em Idade Ativa) de 250.105 habitantes representa 83,3% da população da cidade sendo distribuída conforme se demonstra na Tabela nº 4 na qual se observa uma grande representatividade de assalariados. A P.E.A (População Economicamente Ativa) conforme a mesma Tabela representa 40,1% da população (120.438 hab) sendo sua maioria do sexo masculino (73.606 hab. = 61,10%) contra uma menor representatividade do sexo feminino (46.832 hab. = 38,90%). Um dado importante a se observar neste contexto é a

<sup>26</sup> Havia um trem de passageiros que fazia a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro o qual foi desativado há algumas décadas.

<sup>27</sup> Ainda incluso o atual Distrito de Quatinga.

<sup>28</sup> O critério adotado pela Pesquisa de Origem e Destino de 1996 que serviu de base à montagem do Plano Diretor do Município levou em conta os critérios da ABA (Associação Brasileira de Anunciantes) e ABIPEME (Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado) os quais consideram posse de alguns itens de

existência de um percentual elevado de desempregados, o que coincide com uma das preocupações do presente estudo.

TABELA 3 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS POR CLASSE SOCIAL/DISTRITOS

LOCALIDADE	C L A S S E S (% de domicílios)					TOTAL
	A	B	C	D	E	
Braz Cubas	1,32	19,96	40,96	31,40	6,36	24,90
Cezar de Souza	-	23,75	47,11	25,82	3,32	6,00
Sede	6,63	33,95	39,12	16,04	4,26	56,00
Jundiapéba	-	7,07	42,73	38,77	11,42	3,60
Sabaúna	-	14,05	17,85	50,30	17,85	2,60
Biritiba Ussú	-	-	-	100,00	-	0,80
Taiáçupeba	-	-	60,02	39,98	-	1,10
Taboão <sup>29</sup>	-	-	66,67	33,33	-	1,40
Divisa Suzano <sup>30</sup>	-	11,55	30,77	46,16	11,55	3,50
Geral	4,04	26,45	39,67	24,38	5,46	100,00

Fonte: Pesquisa Origem – Destino 1996.

O percentual de desempregados (12,7%) embora alto é justificado no Sumário de Dados da Prefeitura de Mogi das Cruzes como razoável, posto que, no mesmo período a Região Metropolitana apresentaria um índice de 14,8%. De qualquer forma convém ressaltar que o índice de desemprego aqui citado foi calculado em relação à População Economicamente Ativa do Município, portanto, não foram levados em conta eventuais critérios diferenciados entre IBGE e DIEESE e sim a Pesquisa de Origem e Destino.

De forma geral, até este ponto não podemos afirmar que aquela parte da População Economicamente Ativa que se encontra em atividade o faz no próprio município, ou seja, parte representativa da população possivelmente encontrou colocação em outras localidades fora do município gerando deslocamentos mais demorados à medida que se dirigem a localidades mais distantes. Antes porém de avaliarmos a questão dos deslocamentos é preciso conhecer as características desta P.E.A.

---

conforto familiar tais como Geladeira, Televisores, Carros, Empregada Doméstica Mensalista, etc. e, grau de escolaridade do Chefe de Família para estratificar a população segundo Classes Sociais A, B, C, D e E.

<sup>29</sup>Localidade na Divisa de Arujá cuja área se inclui no Distrito Sede, porém, foi destacado na pesquisa por ter características muito diferenciadas

<sup>30</sup>Localidade com área pertencente ao Distrito de Jundiapéba pesquisada em separado por distanciar-se do núcleo do distrito.

TABELA 4 – P.I.A. E P.E.A. SEGUNDO TIPO DE OCUPAÇÃO

OCUPAÇÃO	P.I.A.	%	P.E.A.	%
Assalariado	61.981	24,80	61.981	51,50
Trabalha por conta própria	22.840	9,20	22.840	19,00
Funcionário Público	10.027	4,00	10.027	8,30
Proprietário / Sócio	9.171	3,70	9.171	7,60
Ambulante / Camelô	1.117	0,40	1.117	0,90
Desempregado	15.302	6,10	<b>15.302</b>	<b>12,70</b>
Aposentado / Pensionista / Licença	31.148	12,50		
Dona de Casa	40.160	16,10		
Estudante	49.435	19,80		
Nunca Trabalhou	3.945	1,60		
Outros	4.979	1,80		
Total	250.105	100,00	120.438	100,00

Fonte: Sumário de Dados de Mogi das Cruzes, 2001

Um dos indicadores interessantes para conhecermos a força de trabalho é a distribuição por faixa etária e, neste aspecto o município apresenta uma condição bastante favorável conforme se vê na Tabela 5.

Conforme se pode perceber, 79,6% da P.E.A. está localizada entre 10 e 44 anos de idade, o que caracteriza uma força de trabalho com uma concentração bastante jovem, portanto interessante para os mais variados ramos de negócios, a depender do nível de qualificação desta massa de mão-de-obra.

Para melhor entender a distribuição da P.E.A. de acordo com o Nível de Escolaridade, a Pesquisa Origem-Destino de 1996 identificou a aplicação da mão-de-obra por Ramo de Atividade de forma a observar-se que 60,93% não concluíram o segundo grau, ou seja tiveram menos de 11 anos de estudo. Já no setor industrial verifica-se uma predominância de pessoas com pelo menos o segundo grau completo (42,72%), ao passo que na área agrícola e extrativismo mineral, 50,63% não possuem sequer quatro anos de estudo. Como se trata de uma cidade com duas Universidades e uma Faculdade embora não se disponha de dados mais atualizados, muito provavelmente haja um percentual mais elevado de profissionais de nível superior, especialmente aqueles formados na própria cidade.



TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DA P.E.A. POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS	PERCENTUAL	% ACUMULADO
10 a 14 anos	269	0,20	0,20
14 a 19 anos	10.070	8,40	8,60
19 a 24 anos	18.508	15,40	24,00
24 a 29 anos	18.406	15,30	39,30
29 a 34 anos	15.881	13,20	52,50
34 a 39 anos	16.789	13,90	66,40
39 a 44 anos	15.879	13,20	79,60
44 a 49 anos	9.709	8,10	87,70
49 a 54 anos	7.496	6,20	93,90
54 a 59 anos	2.753	2,30	96,20
59 a 64 anos	2.072	1,70	97,90
Mais de 64 anos	2.608	2,20	100,00
Total	120.438		

**Fonte:** Pesquisa Origem – Destino 1996.

A maior concentração de Escolaridade em Nível Superior encontra-se no Serviço Público seguido por Empresas de Prestação de Serviço (Arquitetura, Engenharia, Advocacia, etc.).

Outra estatística interessante a ser observada encontra-se na seqüência, na Tabela nº 6 que detalha a classificação por ramo de atividade, segundo o nível de escolaridade da P.E.A. na qual fica evidente que nas atividades típicas da vocação tradicional da cidade (Agricultura e Indústria) a alocação dos recursos de mão-de-obra tornou-se menor que no ramo comercial ou mesmo no serviço público. A possível ausência de oportunidades de emprego na indústria pode ter dado causa a uma migração de profissionais da indústria para a prestação de serviços.

Da mesma forma o ajuste do quadro das empresas industriais em função da automação dos processos pode ter demandado ao longo do tempo cada vez menos trabalhadores para gerar a mesma ou maior produtividade.

A redução das áreas agriculturáveis para construção de represas que, servem de água a Capital e a mecanização da lavoura pode ter sido a causa da não expansão dos postos de trabalho na atividade agrícola e/ou mineração.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA P.E.A. POR ESCOLARIDADE X RAMO DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	ANALFA BETO	1ª. A 4ª. SÉRIES	5ª. A 8ª. SÉRIES	2º. GRAU INCOMPL.	SUPERIOR INCOMPL.	SUPERIOR COM PL.	TOTAL
Agrícola e Ex- tração Mineral	219	1.560	881	347	409	99	3.514
	8,70%	11,20%	2,80%	1,40%	1,50%	0,50%	2,90%
Construção Civil	-	430	970	270	396	712	2.780
	-	3,10%	3,10%	1,10%	1,40%	3,80	2,30%
Indústria	268	1.604	5.573	3.960	6.099	2.409	19.915
	10,70%	11,60%	17,60%	16,00%	21,90%	12,80%	16,60%
Comercial	163	1.541	6.509	6.963	7.522	2.708	25.406
	6,50%	11,10%	20,50%	28,10%	27,00%	14,30%	21,20%
Serviço Público	128	899	1.387	1.514	3.474	4.573	11.975
	5,10%	6,50%	4,40%	6,10%	12,50%	24,20%	10,00%
Prestação de Serviços	150	2.315	3.095	2.784	3.481	4.286	16.111
	6,00%	16,70%	9,80%	11,20%	12,50%	22,70%	13,50%
Serviços Autônomos	824	3.072	4.437	4.534	2.538	2.030	17.436
	32,80%	22,10%	14,00%	18,30%	9,10%	10,80%	14,60%
Outros	295	825	2.334	1.016	954	1.111	6.535
	11,70%	5,90%	7,40%	4,10%	3,40%	5,90%	5,50%
Não se Aplica <sup>31</sup>	467	1.635	6.533	3.414	3.007	945	16.002
	18,60%	11,80%	20,60%	13,80%	10,80%	5,00%	13,40
Total	2.515	13.883	31.720	24.800	27.881	18.874	119.673
	2,10%	11,60%	26,51%	20,73%	23,30%	15,77%	100,00%

Fonte: Pesquisa Origem – Destino, 1996

Atendo-se ao objeto do presente estudo tem-se, que para estudar uma determinada região faz-se necessário entender como ocorreu seu crescimento urbano e isto pode ser feito seguindo o caminho de duas grandes linhas de desenvolvimento teórico com relação à economia regional. Em primeiro lugar a Teoria da Localização e a Teoria do Lugar Central cujo eixo passa pela distribuição espacial das atividades econômicas e da população considerando a variável distância como elemento explicativo. Em segundo lugar a Teoria de Base Econômica ou de Base de Exportação que observa os impactos dos fluxos de mercadorias e serviços entre a região estudada e o resto do mundo. O cruzamento destas teorias depende ainda de pesquisas quantitativas e qualitativas como base de informação e análise. Evidentemente quando se trata da análise local estamos no campo da microeconomia e quando analisamos as relações com outras regiões e o resto do mundo estamos no campo da macroeconomia.

<sup>31</sup> Inclui-se na Categoria “Não se Aplica” os Desempregados ou pessoas ocupadas em sub-empregos.

O primeiro economista a estudar a questão do espaço foi J. W. Von Thunen<sup>32</sup> que entre outras coisas conclui que a renda líquida do agricultor seria decrescente quanto maior fosse a distância entre sua área produtiva e a cidade onde seria consumido seu produto. Da mesma forma Alfred Weber<sup>33</sup> no início do século XX enunciou a teoria da localização da firma que considera a localização das fontes de matéria-prima, o local e as dimensões dos centros consumidores e a oferta de mão-de-obra e nível de salários necessários. Ambos levaram em conta como fator preponderante o custo dos transportes como redutor dos resultados operacionais, ou seja, um aumento de custos sem agregação de valor.

Naturalmente, os modelos de produção antigos em geral pressupunham o fator mão-de-obra residente na própria propriedade quando na produção agrícola e nas vilas operárias implantadas desde o início do processo de industrialização. Assim, as teorias preocuparam-se em dar conta de alertar para as perdas econômicas decorrentes do transporte das matérias-primas e insumos ou da produção acabada.

Mais recentemente outros fatores tornaram-se também determinantes da localização, especialmente da atividade industrial como a competição mercadológica, disponibilidade de água, de energia, regras para o tratamento de efluentes aéreos e hídricos, benefícios fiscais e tributários, etc., fazendo com que cada vez menos seja dada importância à região de habitação dos trabalhadores, enfatizando-se outras vantagens que se transformam em vantagem econômica diretamente quantificável.

Diante destas premissas podemos inferir de certa forma que, no tocante ao foco deste estudo, à medida que o trabalho se localiza distante do núcleo onde residem os trabalhadores, o custo deste deslocamento pode representar um redutor de Salários, mais especificamente do

---

<sup>32</sup> THUNEN, J. W. Von. O Estado isolado em relação à agricultura e à economia nacional, de 1826, apud REIS NILSON in A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba. Tese de Mestrado em Economia – PUC-SP, 1995, pag. 23.

<sup>33</sup> KON, A. apud REIS, Nilson in A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba. Tese de Mestrado em Economia – PUC-SP, 1995, pag.24.

Salário Real já que o montante despendido em pagamento de passagens consome parte, às vezes considerável, da remuneração percebida pelo trabalhador, pois, embora exista o chamado “Vale Transporte” este por sua vez não cobre a totalidade dos custos de locomoção.

Como maior problema ainda, o tempo gasto para vencer tais distâncias, pode representar um gerador de fadiga humana como redutor de eficiência e produtividade. São conhecidos os estudos do casal Galbraith sobre a Fadiga Humana no período da Segunda Revolução Industrial, entretanto, em tais estudos foi considerada a Fadiga decorrente das extenuantes jornadas de trabalho impostas aos trabalhadores no final do Século XIX e início do Século XX. Posteriormente as nações foram regulamentando as jornadas de trabalho, no caso brasileiro como oito horas diárias. Considerando-se, portanto, as horas “in itinere” dos trabalhadores somada à jornada requerida em seu trabalho é possível que, em muitos casos a jornada diária (horas “in itinere de ida + horas trabalhadas + horas “in itinere de volta) exceda a doze horas.

As organizações, por sua vez, estarão sempre localizadas em cidades, cujo processo de urbanização se estabeleceu em função da existência de elementos polarizadores e, que compõe um sistema de outras cidades com as quais estabelece relações de importação e exportação de bens, serviços, mão-de-obra, etc. formando regiões, estados e finalmente uma nação.

Os vetores de desenvolvimento entre as regiões dependem da disponibilidade de meios de transporte os quais também se estabelecem como atividade econômica, que portanto, requer rentabilidade. A experiência tem demonstrado entretanto, que na mesma cidade ou região a produção e o consumo não crescem em razão direta podendo aumentar demasiadamente a população demandando um grande consumo cuja produção e a conseqüente geração de empregos ocorra em outra.

Esta concentração de pessoas em uma localidade, em geral de menor custo de

moradia, tende a gerar uma demanda reprimida pela ausência da distribuição de renda via massa de salários e necessidade de deslocamentos prolongados para buscar colocação nos meios de produção disponíveis.

Hansen<sup>34</sup> analisando a abordagem de Perroux sobre pólos de crescimento no qual pressupõe um crescimento diretamente proporcional considerando a produção global estabelece uma contraposição que ancora nosso pensamento:

o crescimento não aparece em todo lugar ao mesmo tempo e de uma vez; aparece em determinados pontos ou pólos de desenvolvimento, de intensidade variável; espalha-se ao longo de diversos canais e com efeitos terminais variáveis para o conjunto da economia.

O processo de urbanização brasileiro remonta aos tempos das Capitânicas Hereditárias e desde então o Brasil experimentou diversos processos migratórios da população na busca dos pólos de desenvolvimento em cada período da história, porém não se vivenciou uma experiência de Revolução Industrial semelhante à Inglaterra, iniciada em meados de 1780 que rapidamente se estendeu à França e Estados Unidos. No Brasil até o fim do século XIX havia uma ocupação concentrada no litoral em pequenos núcleos industriais operando no ramo de alimentos, siderurgia e têxtil.

No caso de São Paulo e Rio de Janeiro o incremento de sua ocupação não foi fruto da indústria e sim do período forte de exportação do café que ocorreu entre o final de século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ou seja, desde o descobrimento até o fim do século XIX o processo de urbanização brasileiro ocorreu em função das relações de exportação com o exterior e não necessariamente com expectativas polarizadoras no mercado interno.

Pode-se inferir, portanto, que o processo de industrialização brasileiro ocorreu realmente a partir de 1930 pela necessidade de substituição de importações de bens de consumo, máquinas e intervenções estatais promovendo subsídios à indústria de base como petróleo e aço. Este processo adquiriu grandes proporções apenas no governo de Juscelino

Kubitschek a partir de 1956, com o ingresso das montadoras automobilísticas, mecânica pesada, construção naval, material elétrico e nas indústrias de base expande-se a produção de celulose e papel.

O processo de industrialização foi uma dos grandes responsáveis pelo deslocamento da população do meio rural para o meio urbano. Desde de 1920, quando a população em meio urbano representava apenas 17% da população total, o crescimento da população urbana foi superior à média do crescimento da população total fazendo com que representasse em 2001 em torno de 80% da população total.

No caso da cidade em estudo constatou-se, contrariando as perspectivas de crescimento o encerramento de atividades de indústrias com as quais fecharam-se naturalmente muitos postos de trabalho, conforme demonstrado na Tabela 7.

A observação dos dados que compõem a Tabela 7, fornecidos pela Delegacia local do CIESP, demonstra o fechamento de uma empresa tradicional da cidade a Cia. Siderúrgica de Mogi das Cruzes com a qual extinguiram-se 3600 empregos diretos e também da Komatsu-Dresser/Indresco que era a antiga fábrica de tratores tipo retro-escavadeira da marca “Huber-Warco” com a qual extinguiram-se outros 1000 empregos diretos.

De acordo com a informação ali contida perderam-se no mínimo 5916 empregos diretos já que os dados de algumas empresas não existiam nos arquivos da CIESP e, os demais não representavam necessariamente o maior efetivo das empresas e sim o que havia quando encerraram suas atividades.

Embora fosse ideal não há dados oficiais que apresentem os motivos do encerramento de atividades destas e de outras empresas, apenas conjecturas ou opiniões isoladas não podem ser consideradas para o teor científico do Estudo.

---

<sup>34</sup> HANSEN, apud REIS, Nilson in A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba. Tese de Mestrado em Economia – PUC-SP, 1995, pag. 41.

TABELA 7 - EMPRESAS QUE ENCERRARAM ATIVIDADES EM MOGI DAS CRUZES

<b>EMPRESA</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>RAMO</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>ENCERRAMENTO-</b>	<b>FUNCIÓNÁRIOS.</b>
Cia. Siderúrgica de Mogi das Cruzes-Cosim	Siderúrgica	Metalúrgico	1967	1993	3600
Komasu-Dresser/Indresco	Retroescavadeiras	Metalúrgico	1961	1997	1000
Rohm Indústria Eletrônica Ltda.	Eletro-Eletrônica	Metalúrgico	1974	1997	900
Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil	Fiação e Tecelagem	Têxtil	1978	1992	170
Elgin Brother Industrial Ltda.	Ind. Com. Imp. Exp. De Máq. de Costura Industrial.	Metalúrgico	1979	1996	89
White Martins Gases Industriais S/A.	Gases e Equipamentos Industriais	Químico	1982	1984	50
Foseco Industrial e Coml. Ltda.	Mat. Mold. Tintas, Trat. Metais Ferrosos e Não Ferrosos	Químico	1963	1997	50
Tazmo do Brasil Indústria Mecânica Ltda.	Mec. e Fabricação de Moldes para Injeção plástica	Metalúrgico	1987	1997	50
Copemax Papel Carbono	Fabricação de Papel Carbono	Papeleiro	1986	1996	7
Howa S/A. Inds. Mecânicas	Equipamentos para Ind. Têxtil	Metalúrgico	Não inf.	Não inf.	Não inf.
Carbochloro Oxipar	Não informado	Não informado	Não inf.	Não inf.	Não inf.
New Feber	Não Informado	Não informado	Não inf.	Não inf.	Não inf.
Engephone Engenharia e Telecomunicações S/A	Não informado	Não informado	Não inf.	Não inf.	Não inf.
Sumicks Com. e Serviços de Usinagem Ltda.	Usinagem	Metalúrgico	Não inf.	Não inf.	Não inf.
<b>Total</b>					<b>5916</b>

Fonte:- CIESP. D.R. Mogi das Cruzes/1997.

Ao apresentar esta tabela, nossa intenção foi de colocar aqui uma amostragem do fato que, não representa certamente a totalidade das empresas que tiveram seu fechamento no período. Há uma questão importante ligada ao encerramento de empresas no tocante às

exigências fiscais e tributárias. O processo de encerramento oficial de uma empresa é normalmente oneroso e ocorre justamente quando seus sócios não dispõem de recursos financeiros para saldar impostos, taxas e encargos e obter as necessárias certidões negativas de débito. A empresa encerra suas atividades porque não teve êxito no seu negócio e muitas vezes não gerou sequer recursos para custear a regularização de seu próprio encerramento, daí, a existência de muitos CNPJ<sup>35</sup> ativos, porém, sem movimento e assim os órgãos oficiais não têm dados para os devidos lançamentos estatísticos e mesmo quando são encerradas não há uma classificação de motivos pelos quais seja possível classificar as causas do fechamento.

---

<sup>35</sup> Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.



## **CAPÍTULO II – DAS PERDAS À RECUPERAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO.**

O cruzamento destas informações com informações obtidas do SEADE<sup>36</sup> demonstra na Tabela 8, a seguir, uma evolução de população de 271.981 habitantes em 1991 para 335.762 habitantes em 2001 representando um crescimento populacional de 23,4%, enquanto que no mesmo período, na mesma fonte observou-se um crescimento de empregos totais ocupados de 42.991 postos de trabalho em 1991 para 46.274 postos de trabalho em 2001 representando um crescimento dos empregos totais de apenas 7,6%. Este período representou uma grande perda de postos de trabalho na área em estudo o que começou a reverter-se a partir de 2002.

Ao observarmos a Pesquisa do SEADE no seu item específico quanto aos empregos ocupados na indústria encontramos 16.933 postos de trabalho para 1991, regredindo para apenas 11.388 em 2001, ou seja, na indústria perderam-se no período 5.545 postos de trabalho, equivalentes a 32,7% do que havia em 1991, respeitando-se aqui a divergência de informações entre a Delegacia Regional do CIESP que informou desde 1984 e o SEADE que demonstra tais informações a partir de 1991, de forma que em termos reais a redução de postos de trabalho na indústria é possivelmente maior do que se pode apurar pelas duas instituições disponíveis.

Conforme se pode verificar, a partir de 2002 iniciou-se um período de recuperação dos postos de trabalho na indústria mogiana o que proporcionou entre 2002 e 2007 um crescimento de emprego da ordem de 52,5% em relação a 2001. Evidentemente algumas conjunturas de caráter nacional já foram verificadas ao início deste trabalho e outras ainda serão esclarecidas no decorrer do trabalho, através da fala do executivo local.

Embora este crescimento se demonstre bastante auspicioso não se pode deixar de perceber que no bojo deste crescimento encontrou-se a recuperação dos postos de trabalho

---

<sup>36</sup> SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Demografia Municipal

perdidos entre 1991 e 2001. Se tomarmos, portanto, a posição de 2007 em relação ao patamar em que a cidade se encontrava em 1991 observar-se-á um crescimento de apenas 2,6%.

Diante destas constatações é que se estabelecem as necessidades de investigação do presente estudo com o propósito de levantar e compreender quais foram, as políticas públicas que causaram o afastamento da indústria local e quais foram, de outra ordem, as políticas públicas que estão tornando possível a recuperação da indústria mogiana. O procedimento investigativo se fará através de entrevistas com os ocupantes da posição de Prefeito nos três últimos mandatos, com objetivo de esclarecer aquilo que foi decorrente de conjunturas nacionais e o que foi obtido através do esforço político local.

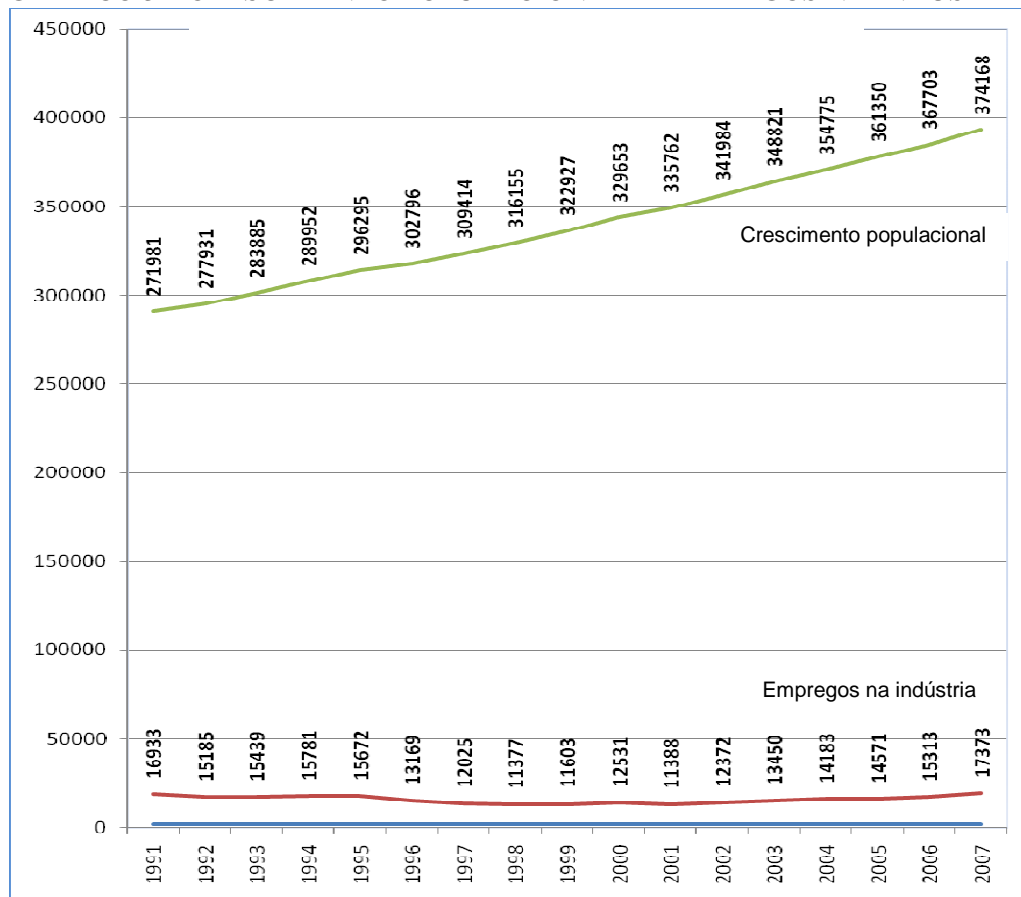
Não se pode deixar de lado a questão já aventada no anteriormente de que à medida que se extinguem os postos de trabalho local a população trabalhadora tende a se deslocar na sua maioria via ferrovia para as outras cidades da Zona Leste da Grande São Paulo, para onde encontram trabalho, inclusive para a capital, o que ocorreu no período de 1991 a 2001. Apenas pequena parte, possivelmente, de trabalhadores mais especializados, encontraram colocação no Vale do Paraíba, mais especificamente em Jacareí e São José dos Campos, cidades amplamente industrializadas.

De outro lado no período de recuperação de postos de trabalho na indústria, entre 2002 e 2007 além de beneficiar a colocação de trabalhadores locais também pode ter beneficiado trabalhadores de municípios limítrofes, mais especialmente no distrito industrial do Taboão localizado ao norte da cidade cujo limite se faz com a cidade de Arujá. Isto em termos práticos não representaria problema, pois, da mesma forma os trabalhadores mogianos poderiam buscar trabalho no município vizinho pelo qual passa a Rodovia Presidente Dutra às margens da qual há muitas empresas industriais em operação.

ESTATÍSTICAS SEADE	TABELA 8 - MOGIDAS CRUZES - EVOLUÇÃO ANUAL																	
	1980	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Total de Empregos Ocupados</b>		42991	41552	41830	45099	46038	43013	42455	43522	44009	46465	46274	50479	53269	57650	60736	67306	76359
<b>Empregos ocupados na Indústria</b>		16933	15185	15439	15781	15672	13169	12025	11377	11603	12531	11388	12372	13450	14183	14571	15313	17373
<b>Empregos Ocupados na Constr.Civil</b>		2644	2121	2054	2298	2109	1704	2184	2476	2722	3484	3437	3160	4874	4609	3338	4539	5248
<b>Empregos Ocupados no Comércio</b>		6105	6232	6339	7676	7788	7862	8357	8397	8450	8937	9355	9959	10788	12360	13993	14494	15981
<b>Empregos Ocupados em Serviços</b>		12825	13085	12787	14487	18124	17920	18493	19019	18802	19172	19827	22854	22194	24520	26611	30468	35186
<b>Empregos ocupados na Agropecuária</b>		664	1281	1222	1881	2091	2296	1373	2244	2431	2341	2267	2134	1963	1978	2223	2492	2571
<b>Demais empregos ocupados</b>		3820	3648	3989	2976	254	62	23	9	1	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Empregos na Adm. Pública Dir/Ind/Leg.</b>	1969	1141	-	-	-	3097	-	2899	-	2914	-	-	-	3805	-	-	-	-
<b>Numero Estabelecimentos da Indústria</b>	307	297	312	329	371	349	360	349	355	350	357	358	382	402	410	446	467	-
<b>População Total</b>	196941	271981	277931	283885	289952	296295	302796	309414	316155	322927	329653	335762	341984	348321	354775	361350	367703	374168
<b>População Urbana</b>	174133	245732	251458	257203	263065	269193	275482	281893	288432	295018	301578	307535	313603	319787	326086	332505	338784	345174
<b>População Rural</b>	22408	26249	26473	26682	26887	27102	27314	27521	27723	27909	28075	28227	28381	28534	28689	28845	28919	28994
<b>P.I.A.</b>	120638	174856	179896	184981	190180	195600	201163	206851	212655	218521	224395	229881	235492	241227	247093	253084	258116	263257
<b>Número de Domicílios</b>	44115	67323									90112							
<b>IDHM</b>	0,706	0,779									0,801							

Fonte: Fundação SEADE, atualizado em 14/06/2009

GRÁFICO 3 – CRESCIMENTO POPULACIONAL X EMPREGOS NA INDÚSTRIA



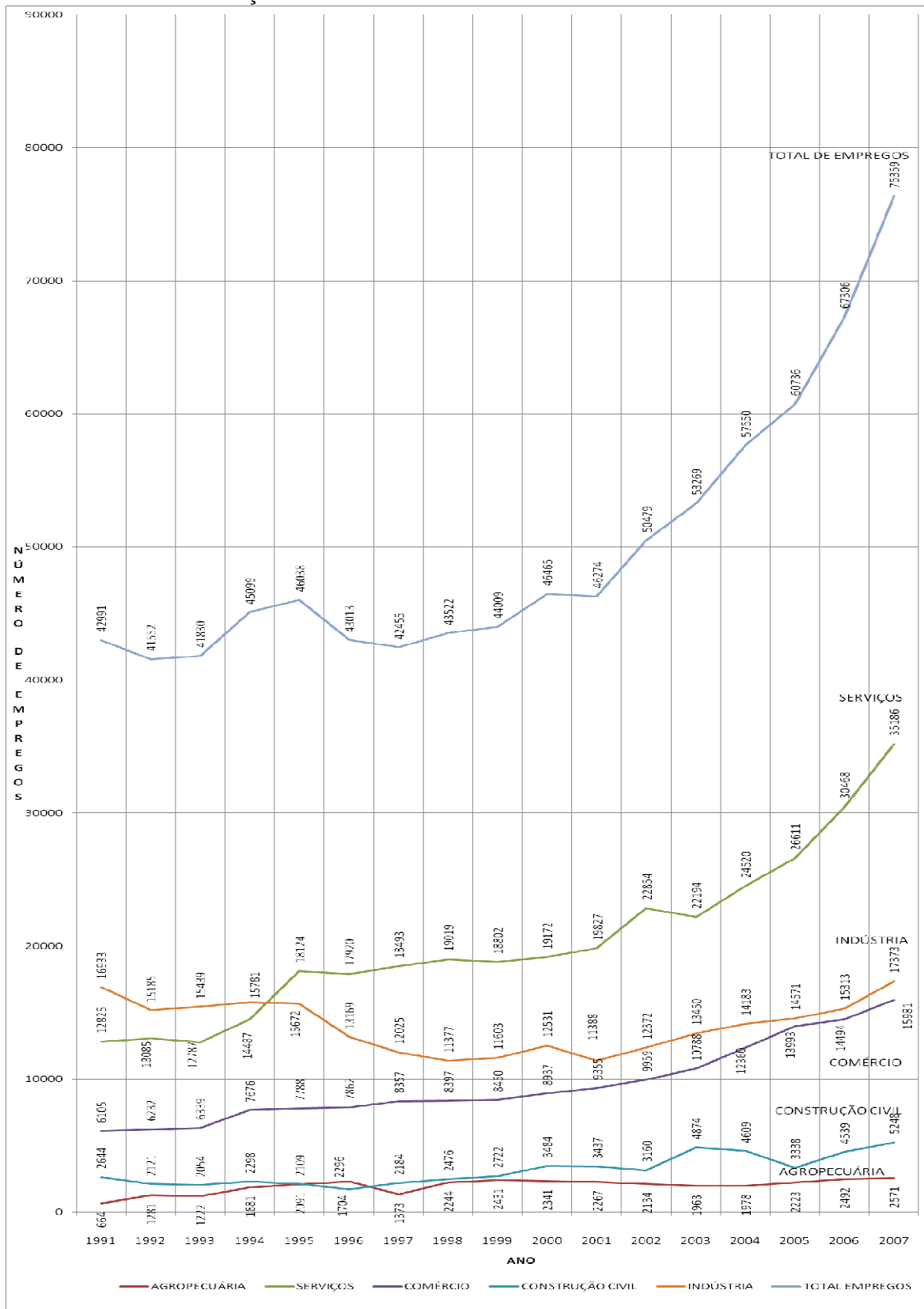
Fonte: Construída pelo autor com base em dados do SEADE

É importante ressaltar o caráter polarizador da indústria numa determinada região, ou seja, à medida que a indústria se estabelece ela promove a inserção do comércio e dos serviços, especialmente nos períodos mais recentes nos quais se nota uma maior tendência de expansão das atividades de serviço em decorrência da “terceirização”,<sup>37</sup> possível em várias atividades da própria indústria.

A análise isolada do Gráfico 3 demonstra a indústria apenas estabilizando-se

<sup>37</sup> A terceirização (do inglês Outsourcing) teve sua expansão no Brasil a partir da década de 1980 com a possibilidade das empresas em geral transferirem para empresas prestadoras de serviços muitas atividades que anteriormente eram realizadas por funcionários da própria empresa. Normalmente os “Acordos Coletivos” que regem as relações de trabalho entre os empregados e empresas estabelecem limites para a terceirização visando evitar prejuízos às categorias organizadas referentes às empresas tomadoras de serviços. Em geral as empresas podem terceirizar apenas serviços que não envolvam a atividade principal da mesma. Embora para o tema caiba um estudo a parte pode-se informar de forma sintética que havia a tendência das empresas fazerem terceirização visando reduzir os custos operacionais, pois, as empresas prestadoras de serviços não estão por lei obrigadas a cumprir o mesmo piso salarial da empresa tomadora de serviço, portanto, pode parecer mais econômico terceirizar principalmente serviços operacionais como Segurança, Jardinagem, Alimentação, Transporte, etc. Em termos acadêmicos poderíamos dizer que a boa terceirização seria aquela que trouxesse melhor qualidade na prestação de

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS POR ÁREA DE ATIVIDADE



Fonte: Construído conforme informações disponíveis em [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

serviço do que a própria empresa tomadora poderia ser capaz de fazer, pois, quando é feita apenas pelas questões de custo tende a demonstrar perdas de qualidade e sujeita a tomadora a pleitos trabalhistas posteriores.

em termos de oportunidades de trabalho, ou seja, na busca da recuperação da chamada década perdida o que já representa um importante evento tendo em vista que a característica da indústria atual é de menor número de postos de trabalho, portanto, esta recuperação ainda que singela implica num amplo projeto de instalação de indústrias na cidade.

Se avaliarmos, sob o que demonstra o Gráfico 4 verificamos que a curva de crescimento do emprego total na cidade se assemelhou mais à curva de crescimento da população, tendo em vista exatamente o crescimento do comércio e dos serviços que apresentou no período um perfil também exponencial de crescimento.

Embora o propósito do presente estudo seja de compreender o processo de redução e ampliação de postos de trabalho na indústria, cabe avaliar que o crescimento maior das atividades de serviços e de comércio provavelmente teve como causa no aumento da população associado à menor demanda de investimento e espaço físico.

Normalmente uma instalação industrial demanda alto investimento, grande espaço físico de terreno e deve atender às restrições do zoneamento municipal bem como dos órgãos de controle, municipal e estadual nas áreas de saneamento e controle ambiental. Mogi das Cruzes conta com uma unidade da CETESB (Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico) além da Vigilância Sanitária Estadual e Municipal. Desta forma as empresas tanto industriais como das demais atividades cumprem as exigências compatíveis com seu porte e ramo de negócio.

No decorrer do próximo subtítulo serão identificadas e analisadas as ações municipais no sentido de promover a recuperação e expansão da atividade industrial na área do município envolvendo aspectos legais, de zoneamento e de concessão de lotes em distritos industriais.

## **PROCESSO DE ANÁLISE DE INFORMAÇÕES COLETADAS**

Ao longo do período de pesquisa para o levantamento de informações entendeu-se

inicialmente que o melhor esclarecimento dos motivos pelos quais determinado empreendimento se estabelece numa cidade seria informado pela direção do próprio empreendimento.

Os contatos com o poder público municipal forneceram elementos do Cadastro Mobiliário para abordagem de mais de quarenta empresas do segmento industrial instaladas no período do estudo no município.

De posse das informações de cadastro das empresas iniciou-se a prospecção das informações através de contatos telefônicos e troca de informações via e-mail. Aparentemente o caminho forneceria uma imagem clara daquilo que direciona o interesse das empresas em termos de facilidades e benefícios fiscais para aderir a determinados planos de benefícios oferecidos de acordo com a legislação municipal.

Para organizar a captação das informações foi desenvolvido um questionário contendo 26 perguntas (que abordasse desde a identificação da empresa até seus interesses futuros no município) e promoveu-se a remessa dos mesmos em arquivos informatizados visando facilitar o trabalho dos respondentes dentro um prazo razoável. Evidentemente a remessa foi feita após diversas conversas telefônicas até a identificação da pessoa que representasse a administração da empresa e concordasse em avaliar nosso pedido.

Para a frustração do autor enquanto pesquisador, apenas duas entre todas as empresas forneceram as respostas. As demais adotaram simplesmente expedientes evasivos qualificando os questionamentos como estratégicos, confidenciais ou mesmo deixando de atender as consultas sobre a possibilidade de receber as referidas respostas.

Para permitir uma melhor percepção do conteúdo idealizado inicialmente a seguir encontra-se a transcrição das duas empresas, então respondentes:

TABELA 9 – RESPOSTA DA EMPRESA “JBS” À PESQUISA DE CAMPO

<p><b>1) Nome da Empresa/Endereço/Telefone da Empresa:</b>  Informe o nome da empresa utilizado em Mogi das Cruzes – caso pertença a um grupo mais conhecido informe também.  <b>Empresa de Mineração e Ind. de Artefatos de Cimento JBS Ltda</b>  <b>Est. São Bento Lambari Km 10 , Taboão</b>  <b>46129268</b></p>
<p><b>2) Informante:</b>  Informe o nome e o cargo da pessoa que está prestando as informações  <b>Luis Antonio Pazini</b>  <b>Diretor</b></p>
<p><b>3) Capital da Empresa / Origem do Capital:</b>  Informe o montante de capital investido em Mogi das Cruzes em Reais ou Dólares e, informe se o Capital é Nacional, Estrangeiro (de qual origem), Capital Misto, Estatal, etc.  <b>A empresa opera dès de 1975(somos os 3º proprietários)não temos como avaliar o investimento total.</b>  <b>O capital é nacional.</b></p>
<p><b>4) Tipo de Sociedade na Empresa no Brasil e na Matriz Estrangeira (quando for o caso):</b>  Informe se é uma Microempresa, Empresa Limitada, Sociedade Anônima, Sociedade Anônima de Capital Aberto, etc.  <b>EPP,Ltda e Não temos filial.</b></p>
<p><b>5) A empresa originou de algum tipo de fusão, joint-venture ou necessidade de verticalização:</b>  Informe se SIM ou NÃO e se for possível explique sucintamente como ocorreu.  <b>não</b></p>
<p><b>6) Ramo de Atividade da Empresa:</b>  Informe se é Metalúrgico, Químico, Mineração, Construção Civil, Alimentício,etc.  <b>Mineração e ind. de artefatos de cimento</b></p>
<p><b>7) Principais produtos produzidos na unidade de Mogi das Cruzes</b>  Informe os Produtos Acabados ou Peças, Componentes, Insumos e Matérias-Primas fornecidos para outras empresas.  <b>Areia , argila e telha de concreto</b></p>
<p><b>8) Mercado a que se destina a Produção:</b>  Mercado Local (Mogi das Cruzes), Mercado Regional (Alto Tietê, Grande SP), Mercado Nacional, Segmento ou Nicho de Mercado Específico, Exportação (qual a proporção da produção).  <b>Mercado regional</b></p>
<p><b>9) Proporção das várias linhas de produto no faturamento da empresa:</b>  Percentual que cada linha representa no faturamento.  <b>Areia-87%</b>  <b>Telha-11%</b>  <b>Argila-2%</b></p>
<p><b>10) Proporção entre Mercado Nacional e Exportação no faturamento:</b>  Percentual de faturamento em Mercado Nacional e Mercado de Exportação.  <b>100% nacional</b></p>
<p><b>11) Principais concorrentes por segmento em que a empresa atua e suas respectivas localizações.</b>  Quem são os principais concorrentes e, se estão em Mogi das Cruzes ou em outras localidades no Estado de São Paulo ou outros Estados.  <b>Areia- Itaquareia-Mogi</b>  <b>Telha-Brastelha- Aruja/Itaqua</b>  <b>Argila-produção pequena , Não identificamos concorrente</b></p>
<p><b>12) Quando a empresa veio para Mogi das Cruzes e quando deu início à sua operação?</b>  Mês e ano em que a empresa iniciou sua montagem e quando iniciou sua efetiva produção.</p>



<b>Início de operação 1975</b>	
<b>13) A empresa já tinha um mercado definido ou clientela ou a desenvolveu ou pretende desenvolvê-la a partir da unidade instalada em Mogi?</b>	
<i>A empresa já atuava na linha que produz em Mogi ou é uma expansão. A empresa mudou-se de outra região para Mogi, porque?</i>	
<b>Desenvolveu clientela Em Mogi</b>	
<b>14) Como foi desenvolvido o estudo de localização para definir a instalação da empresa em Mogi?</b>	
<i>Os sócios ou diretores são mogianos ou possuíam propriedade de terra em Mogi? Houve um estudo de Tamanho e Localização usando alguma técnica? Qual a técnica utilizada pela empresa. Quais eram as demais alternativas que a empresa dispunha para instalar-se?</i>	
<b>A existência do minério desejado detectado através de sondagem</b>	
<b>15) A decisão por Mogi foi influenciada por quais motivos?</b>	
<i>Clima, Acesso à Matérias-Primas e Insumos, disponibilidade de água, disponibilidade de energia elétrica, Disponibilidade de Mão-de-Obra (não-qualificada, qualificada, técnica, de nível superior), Sistema Viário, Proximidade com Portos (Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul), Proximidade com Aeroportos (Congonhas, Viracopos, Cumbica). Vantagens fiscais-tributárias municipais. Vantagens fiscais-tributárias estaduais; Vantagens fiscais-tributárias federais. Doação de Terrenos pelo Município</i>	
<b>Proximidade dos centros de consumo, existência de água e disponibilidade de área com proprietários dispostos a locação</b>	
<b>16) Com relação às vantagens oferecidas pelo Município, se houver, quais foram as concessões?</b>	
<i>Foi doado terreno; Qual a área e localização; Se a empresa fosse comprar esta área quanto teria custado; Houve isenção de IPTU, por quanto tempo; Houve isenção de ISS, por quanto tempo; A doação e as isenções foram originadas em Lei Municipal, qual; Quais os compromissos que foram exigidos da empresa em contrapartida, em quanto tempo.</i>	
<b>Não houve</b>	
<b>17) Quantos empregos diretos a empresa oferece atualmente?</b>	
<b>Não-qualificados:</b>	<b>28</b>
<b>Qualificados:</b>	
<b>Técnicos de Nível Superior:</b>	
<b>Administrativos:</b>	
<b>Alta Administração:</b>	<b>2</b>
<b>Total:</b>	<b>30</b>
<b>18) Quantos empregos indiretos a empresa proporciona?</b>	
<i>Número de Empregados de empresas terceirizadas que atuam no interior da empresa.</i>	
<b>Nenhum</b>	
<b>19) Informe a proporção (%) de empregados que residem em Mogi das Cruzes:</b>	
<b>Não-qualificados:</b>	<b>100%</b>
<b>Qualificados:</b>	
<b>Técnicos de Nível Superior:</b>	
<b>Administrativos:</b>	
<b>Alta Administração:</b>	<b>0%</b>
<b>Total:</b>	
<b>20) A empresa tem característica polarizadora em relação aos seus fornecedores?</b>	
<i>Com implantação da empresa vieram em seqüência empresas fornecedoras para a cidade? Quantas empresas aproximadamente? Quantos postos de trabalho isto representa aproximadamente?.</i>	
<b>Não</b>	
<b>21) A empresa opera atualmente com todos os seus processos em Mogi ou</b>	

<p><b>apenas alguns dos processos?</b>  <i>O produto sai acabado de Mogi ou servirá como matéria-prima, insumo ou componente para aplicação em outra unidade em que localização. Ou, de outra forma chega parcialmente produzido e é terminado na unidade Mogi das Cruzes.</i></p> <p><b>Todos em Mogi</b></p>
<p><b>22) A empresa já cumpriu ou cumpre as exigências da Prefeitura em função das isenções e/ou doação oferecidas?</b>  <i>Nas dimensões em que a empresa opera atualmente está atendido o que era a expectativa do município.</i></p> <p><b>Vide 16</b></p>
<p><b>23) A empresa tem intenções de ampliar suas instalações e operações na cidade?</b>  <i>Virão novos processos; Quantos postos de trabalho em que nível de qualificação isto poderá gerar; Para quando isto está previsto.</i></p> <p><b>Não</b></p>
<p><b>24) A empresa considera que foi um bom negócio ter se instalado em Mogi?</b>  <i>Foram atingidas as expectativas da empresa, se sim porque ou, se não porque.</i></p> <p><b>Poderia ter sido melhor. Grandes dificuldades para licenciamento de ampliação e novas áreas.</b></p>
<p><b>25) Segundo a opinião da empresa o que poderia ser feito pelo município para atrair mais empresas?</b>  <i>O que a empresa entende que seriam atrativos para se instalarem em Mogi das Cruzes.</i></p> <p><b>No caso específico da mineração, facilitar a obtenção de documentação pertinente ao licenciamento ambiental e minerário.</b></p>
<p><b>26) Outras informações que a empresa entender ser relevante caso queira informar:</b></p>

A resposta foi fornecida pelo próprio Diretor da Empresa que informou que se trata de uma empresa de pequeno porte. Informou ainda não ser possível avaliar o valor do capital da empresa, talvez por segurança de suas próprias informações já que o capital deve constar do Contrato Social e de alguns documentos de registro.

A Empresa atua no segmento dos produtos para a construção civil baseada na extração de produtos minerais e oferece 30 empregos, na sua maioria, não-qualificados. Não soube informar a proporção de funcionários residentes em Mogi das Cruzes, isto provavelmente porque empresas de pequeno porte terceirizam as atividades contábeis e administrativas.

A empresa, segundo informou, não recebeu nenhuma vantagem decorrente de qualquer política local, tendo sua localização no município devendo-se apenas à existência dos minerais necessários à fabricação de seus produtos.

Pelo relato da empresa a prefeitura poderia ter contribuído na época com a agilização dos processos de licenciamento ambiental e minerário (direito de lavra).

TABELA 10 – RESPOSTA DA EMPRESA “MULT TEC” À PESQUISA DE CAMPO

<p><b>1) Nome da Empresa/Endereço/Telefone da Empresa:</b> Informe o nome da empresa utilizado em Mogi das Cruzes – caso pertença a um grupo mais conhecido informe também.</p> <p><b>MULT TEC INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA</b></p>
<p><b>2) Informante:</b> Informe o nome e o cargo da pessoa que está prestando as informações</p> <p><b>RAQUEL KOCK – SUPERVISORA ADMINISTRATIVA</b></p>
<p><b>3) Capital da Empresa / Origem do Capital:</b> Informe o montante de capital investido em Mogi das Cruzes em Reais ou Dólares e, informe se o Capital é Nacional, Estrangeiro (de qual origem), Capital Misto, Estatal, etc.</p> <p><b> dado confidencial – CAPITAL NACIONAL</b></p>
<p><b>4) Tipo de Sociedade na Empresa no Brasil e na Matriz Estrangeira (quando for o caso):</b> Informe se é uma Microempresa, Empresa Limitada, Sociedade Anônima, Sociedade Anônima de Capital Aberto, etc.</p> <p><b>LIMITADA</b></p>
<p><b>5) A empresa originou de algum tipo de fusão, joint-venture ou necessidade de verticalização:</b> Informe se SIM ou NÃO e se for possível explique sucintamente como ocorreu.</p> <p><b>NÃO</b></p>
<p><b>6) Ramo de Atividade da Empresa:</b> Informe se é Metalúrgico, Químico, Mineração, Construção Civil, Alimentício, etc.</p> <p><b>METALURGICA (OBJETIVO: USINAGEM, CALDEIRARIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b></p>
<p><b>7) Principais produtos produzidos na unidade de Mogi das Cruzes</b> Informe os Produtos Acabados ou Peças, Componentes, Insumos e Matérias-Primas fornecidos para outras empresas.</p> <p><b>PEÇAS DE MANUTENÇÃO DE ATÉ 10 TONELADAS, SOB ENCOMENDA E CONFORME DESENHO OU AMOSTRA</b></p>
<p><b>8) Mercado a que se destina a Produção:</b> Mercado Local (Mogi das Cruzes), Mercado Regional (Alto Tietê, Grande SP), Mercado Nacional, Segmento ou Nicho de Mercado Específico, Exportação (qual a proporção da produção).</p> <p><b>MERCADO NACIONAL</b></p>
<p><b>9) Proporção das várias linhas de produto no faturamento da empresa:</b> Percentual que cada linha representa no faturamento.</p> <p><b>SIDERURGIA: 10%</b> <b>PRODUTOS DE LIMPEZA: 10%</b> <b>REFRATÁRIOS: 60%</b> <b>PETROLEIRAS: 2%</b> <b>OUTROS: 18%</b></p>
<p><b>10) Proporção entre Mercado Nacional e Exportação no faturamento:</b> Percentual de faturamento em Mercado Nacional e Mercado de Exportação.</p> <p><b>NACIONAL: 100%</b></p>
<p><b>11) Principais concorrentes por segmento em que a empresa atua e suas respectivas localizações.</b> Quem são os principais concorrentes e, se estão em Mogi das Cruzes ou em outras localidades no Estado de São Paulo ou outros Estados.</p> <p><b>USIMAPRE; HC; GALEON; MANSERV – M.C. E EST SP</b></p>
<p><b>12) Quando a empresa veio para Mogi das Cruzes e quando deu início à sua operação?</b> Mês e ano em que a empresa iniciou sua montagem e quando iniciou sua efetiva produção.</p> <p><b>JUNHO DE 1986 – SETEMBRO DE 1986</b></p>
<p><b>13) A empresa já tinha um mercado definido ou clientela ou a desenvolveu</b></p>

**ou pretende desenvolvê-la a partir da unidade instalada em Mogi?**

*A empresa já atuava na linha que produz em Mogi ou é uma expansão.  
A empresa mudou-se de outra região para Mogi, porque?*

**A EMPRESA FOI FUNDADA EM 1986 E VEM DESENVOLVENDO SUA CLIENTELA****14) Como foi desenvolvido o estudo de localização para definir a instalação da empresa em Mogi?**

*Os sócios ou diretores são mogianos ou possuíam propriedade de terra em Mogi?  
Houve um estudo de Tamanho e Localização usando alguma técnica? Qual a técnica utilizada pela empresa.  
Quais eram as demais alternativas que a empresa dispunha para instalar-se?*

Os sócios eram mogianos

**15) A decisão por Mogi foi influenciada por quais motivos?**

*Clima, Acesso à Matérias-Primas e Insumos, disponibilidade de água, disponibilidade de energia elétrica, Disponibilidade de Mão-de-Obra (não-qualificada, qualificada, técnica, de nível superior), Sistema Viário, Proximidade com Portos (Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul), Proximidade com Aeroportos (Congonhas, Viracopos, Cumbica). Vantagens fiscais-tributárias municipais. Vantagens fiscais-tributárias estaduais; Vantagens fiscais-tributárias federais. Doação de Terrenos pelo Município*

Por ser uma região da grande São Paulo, de fácil acesso, com disponibilidade de mão de obra qualificada, técnica e com pólos industriais próximos.

**16) Com relação às vantagens oferecidas pelo Município, se houver, quais foram as concessões?**

*Foi doado terreno; Qual a área e localização; Se a empresa fosse comprar esta área quanto teria custado; Houve isenção de IPTU, por quanto tempo; Houve isenção de ISS, por quanto tempo; A doação e as isenções foram originadas em Lei Municipal, qual; Quais os compromissos que foram exigidos da empresa em contrapartida, em quanto tempo.*

Nenhuma

**17) Quantos empregos diretos a empresa oferece atualmente?**

<b>Não-qualificados:</b>	<b>01</b>
<b>Qualificados:</b>	<b>18</b>
<b>Técnicos de Nível Superior:</b>	<b>02</b>
<b>Administrativos:</b>	<b>01</b>
<b>Alta Administração:</b>	<b>02</b>
<b>Total:</b>	<b>24</b>

**18) Quantos empregos indiretos a empresa proporciona?**

*Número de Empregados de empresas terceirizadas que atuam no interior da empresa.*

03

**19) Informe a proporção (%) de empregados que residem em Mogi das Cruzes:**

<b>Não-qualificados:</b>	<b>01 = 4,2%</b>
<b>Qualificados:</b>	<b>17 = 70,8%</b>
<b>Técnicos de Nível Superior:</b>	<b>02 = 8,4%</b>
<b>Administrativos:</b>	<b>01 = 4,2%</b>
<b>Alta Administração:</b>	<b>02 = 8,4%</b>
<b>Total:</b>	<b>23 = 96%</b>

**20) A empresa tem característica polarizadora em relação aos seus fornecedores?**

*Com implantação da empresa vieram em seqüência empresas fornecedoras para a cidade? Quantas empresas aproximadamente? Quantos postos de trabalho isto representa aproximadamente?.*

**Sim em função não só de nossa empresa, mas de todas as outras que atuam no mesmo segmento; Não sei de todas.**

**21) A empresa opera atualmente com todos os seus processos em Mogi ou apenas alguns dos processos?**

*O produto sai acabado de Mogi ou servirá como matéria-prima, insumo ou componente para aplicação em outra unidade em que localização. Ou, de outra forma chega parcialmente produzido e é terminado na unidade Mogi das Cruzes.*

Opera com alguns processos terceirizados em São Paulo- Capital
<p><b>22) A empresa já cumpriu ou cumpre as exigências da Prefeitura em função das isenções e/ou doação oferecidas?</b>  <i>Nas dimensões em que a empresa opera atualmente está atendido o que era a expectativa do município.</i></p> <p>Cumpre as exigências legais, mas não em função de doações recebidas</p>
<p><b>23) A empresa tem intenções de ampliar suas instalações e operações na cidade?</b>  <i>Virão novos processos; Quantos postos de trabalho em que nível de qualificação isto poderá gerar; Para quando isto está previsto.</i></p> <p>Sim. A médio prazo.</p>
<p><b>24) A empresa considera que foi um bom negócio ter se instalado em Mogi?</b>  <i>Foram atingidas as expectativas da empresa, se sim porque ou, se não porque.</i></p> <p><b>Sim pela localidade; mas acredita que há regiões melhores com incentivos da Prefeitura, tanto no Estado de São Paulo quanto nos outros como TO, MS, etc</b></p>
<p><b>25) Segundo a opinião da empresa o que poderia ser feito pelo município para atrair mais empresas?</b>  <i>O que a empresa entende que seriam atrativos para se instalarem em Mogi das Cruzes.</i></p> <p>Oferecer terrenos, isenções de impostos, benfeitorias em vias de acesso, mais segurança, mais lazer, etc.</p>
<p><b>26) Outras informações que a empresa entender ser relevante caso queira informar:</b></p> <p><b>Que nossos governantes reflitam seriamente sobre as conseqüências de facilitar tanta importação, sem mecanismos reais de exportação e/ou expansão do mercado interno, e, sobre as conseqüências de cobranças de impostos muito além dos ganhos reais das empresas, tornando-as sem possibilidades de re-investimentos e atualização tecnológica tão fundamentais para a sobrevivência industrial.</b></p>

A empresa Mult Tec diferentemente da anterior opera no segmento metalúrgico com ênfase na prestação de serviços de usinagem a outras empresas maiores fazendo peças de manutenção de até 10 toneladas.

Neste caso, como se trata de atividade industrial qualificada a decisão pela instalação na cidade deveu-se à existência de mão-de-obra qualificada e também a questão logística no sentido de poderem atender clientela local e regional através das rodovias que ligam a cidade ao restante da região e a capital onde realizam serviços terceirizados.

Também é uma empresa de pequeno porte e que não recebeu vantagens locais na sua instalação além daquelas que fazem parte do cenário estratégico da cidade.

Conforme se pode observar ambas as empresas que gentilmente responderam eram

antigas na cidade e pertencem à categoria das empresas com pequeno número de funcionários, o que de certa forma retrata o perfil atual das indústrias.

Ambas se instalaram às suas expensas, não tendo sido beneficiadas por vantagens procedentes do poder público. Mesmo nestes casos foi observado o cuidado de não informar dados como o capital da empresa.

A expectativa teria sido de encontrar na amostragem pelo menos uma boa parte de empresas que utilizaram benefícios municipais para poder explorar mais o efeito destas vantagens.

Considerando-se este cenário, a opção viável seria então buscar informações através do conhecimento das políticas públicas praticadas ao longo do tempo e das respectivas legislações que as amparam.

Para realização deste capítulo foram realizadas entrevistas com os dois últimos prefeitos da cidade Srs. **Junji Abe** (dois mandatos, 2001 a 2008) e **Marco Antonio Bertaioli** (a partir de 2009, mandato em curso), visando obter compreensão das políticas públicas praticadas e sua eficácia.

## **OPINIÃO DOS PREFEITOS**

Inicialmente é importante apresentar a seguir um breve relato biográfico sobre ambos os prefeitos ouvidos para realização da investigação proposta pelo presente estudo. Assim sendo iniciamos pelo perfil profissional e político do Sr. Junji Abe conforme texto fornecido pelo próprio:

É empresário rural e consultor em gestão pública e empresarial. Prefeito de Mogi das Cruzes por dois mandatos consecutivos (2001 a 2008) e deputado estadual por três legislaturas (1991 a 2000), ingressou na vida pública em 1972, quando foi eleito vereador com a maior votação da história da Cidade – 13% do Colégio Eleitoral. Integra o Democratas (DEM).

Sob a administração de Junji Abe, Mogi das Cruzes despontou entre as 100 cidades mais dinâmicas do Brasil, uma das mais bem administradas do País, uma das mais promissoras para trabalhar e uma das melhores do Estado para morar. O encerramento da gestão, em 2008, se deu com pesquisas apontando 86% de aprovação popular.

Nascido no Município de Mogi das Cruzes, em 15 de dezembro de 1940, é casado com a professora Elza Abe, tem três filhos e três netos. Descende de uma história de produtores rurais iniciada pelos avós que, como os pais, são imigrantes japoneses.

Ao longo dos 35 anos de atuação como líder rural, foi presidente-fundador da Associação Nacional Pró-Hortifrútiis e presidente de honra da Associação dos Floricultores do Estado de São Paulo. Presidiu o Sindicato Rural de Mogi, ininterruptamente, por 20 anos, de 1980 a 2000. Em igual período, integrou a diretoria da Faesp – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. Como cooperativista, sindicalista e associativista, sempre esteve muito envolvido com as duas principais cooperativas do setor hortigranjeiro – a Cotia e a Sul Brasil. Tanto, que auxiliou no processo de liquidação de ambas.

Durante os dez anos de atuação na Assembléia Legislativa, foi o único produtor rural entre os 94 parlamentares. Foi presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária do Legislativo paulista por dez anos, desde 91. Por indicação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) – onde atuou como conselheiro – e da Fundação W.K. Kellogg, foi um dos 16 líderes rurais escolhidos para conhecer modelos de educação para manejo agrônômico nos Estados Unidos, Canadá e Costa Rica.

Comandou a Câmara Setorial de Olericultura da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, além de presidir o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-Cabeceiras, que atuam na proteção e recuperação de recursos naturais. A consistente atuação parlamentar rendeu-lhe mais de uma centena de homenagens e títulos honoríficos.

Como prefeito, exerceu, por dois mandatos (2001-2002 e 2005-2006), a presidência da AMAT – Associação dos Municípios do Alto Tietê, formada por 11 cidades: Mogi das Cruzes, Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano. Também por duas vezes (2004-2005 e 2006-2007), presidiu o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, constituído pelos 38 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Conforme se pode observar trata-se de um líder local em relação aos produtores rurais que se desenvolveu tendo ocupado cargos de Deputado Estadual e tendo governado a cidade por dois mandatos. Suas origens e carreira justificam suas respostas que serão apresentadas no seguimento do presente estudo nas quais ele enfatiza sempre a importância da atividade rural.

Apresentamos agora o perfil do Sr. Marco Aurélio Bertiolli que procede de outras atividades no município conforme segue:

Marco Aurélio Bertaiolli é o atual prefeito de Mogi das Cruzes, São Paulo.

Eleito em 2009 pelo partido Democratas, obteve 103.439 votos (53,24% dos votos válidos).

Administrador de Empresa, Comerciante, empresário do setor educacional, analista de sistema e publicitário, nos últimos anos se especializou também na área de motivação empresarial, através da realização de palestras.

Com uma forte ligação junto às pequenas e micro empresas, sempre desenvolveu uma série de projetos voltados ao fomento de novos negócios e à qualificação profissional, visando a geração de emprego e renda. É vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp). Por quatro vezes (dez anos não consecutivos), foi presidente da Associação Comercial de Mogi das Cruzes, tendo sido eleito pela primeira vez em 1992, aos 23 anos.

Foi secretário municipal de Indústria e Comércio de Mogi das Cruzes, entre 1995 e 1996, mesmo ano em que foi eleito vereador, cargo que exerceu por dois mandatos. Em 2004, deixou o Legislativo para disputar a eleição para a Prefeitura de Mogi,

tendo sido eleito vice-prefeito na coligação que uniu o PSDB e o PFL, hoje Partido Democratas.

Em 2006, disputou a eleição para deputado estadual e foi eleito com cerca de 70 mil votos.

Junto à Facesp, desenvolveu diversos projetos para redução da carga tributária, além de iniciativas visando o incentivo à geração de emprego e renda através da desburocratização do sistema.

Coordenou o Movimento Degrau, destinado à qualificação profissional de adolescentes com o encaminhamento para o mercado de trabalho, através das empresas parceiras.

Foi o coordenador do Projeto Empreender, desenvolvido pela Facesp no Estado de São Paulo. O programa visa aglutinar em Núcleos Setoriais empreendedores de um mesmo segmento para que juntos possam discutir ações, solucionar problemas e fortalecer o mercado

Dentro da Assembléia, desenvolveu uma série de atividades. Foi um dos membros da Comissão que analisou e apresentou modificações ao Regimento Interno da casa com o objetivo de tornar os trabalhos legislativos menos burocráticos e mais ágeis

Como parlamentar, manteve bandeira da geração de emprego e renda. Coordenou, em 2007, a Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Pequena Empresa, que entre outras atribuições tem a responsabilidade de discutir a implantação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no Estado de São Paulo.

Em 2007, foi nomeado relator da CPI da Telefonia Móvel e Fixa, criada para analisar e investigar os serviços prestados pelas operadoras no Estado. Destacou-se nos trabalhos ao cobrar da empresa Telefônica um melhor atendimento aos usuários e também as ações devidas aos usuários que adquiriram linhas na década de 90

Em 2008, foi eleito prefeito de Mogi das Cruzes em primeiro turno, com 105 mil votos. (WIKIPEDIA)<sup>38</sup>

Embora de origem diversa do prefeito anterior possui larga experiência no comércio local e exerceu ao longo do tempo liderança através da Associação Comercial e em nível estadual. Como já havia sido secretário e vice-prefeito naturalmente sua gestão deu continuidade ao modelo de crescimento e gestão iniciado por seu antecessor.

Para facilitar a compreensão e avaliação das opiniões de dos prefeitos serão apresentadas as respostas de ambos para cada questionamento e em seguida os comentários do pesquisador:

1) Podemos considerar a indústria como elemento polarizador da geração de empregos, ou seja, havendo indústria haverá expansão do comércio e dos serviços? Essa idéia se aplica no caso de Mogi das Cruzes?

#### **PREFEITO JUNJI:**

“É evidente que o parque industrial é um grande polo gerador de empregos e, conseqüentemente, de receitas tributárias e de riquezas para o País, Estados e

<sup>38</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marco\\_Aur%C3%A9lio\\_Bertaiolli](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Aur%C3%A9lio_Bertaiolli), consulta em 25/03/2010.



municípios. Porém, num País com inequívoco potencial favorável à agropecuária, é fundamental impulsionar, prioritariamente, a atividade rural, considerada primária. Bem trabalhado, este perfil positivo, típico de nações como o Brasil, multiplica a capacidade industrial. A indústria corresponde ao setor secundário e, por excelência, transforma tudo o que o setor primário produz e estimula, com maior vigor, o terceiro setor – representado pelo comércio e prestação de serviços. Esta idéia se aplica integralmente a Mogi das Cruzes. No caso específico de Mogi, a agricultura sofreu entraves ambientais decorrentes do fato de ser região produtora de água. Mesmo assim, continua sendo merecidamente reconhecida no cenário nacional como um dos mais importantes pólos de hortigranjeiros e flores. Em especial, por conta da alta tecnologia dos pequenos e médios produtores. A atividade agrícola mogiana é voltada exclusivamente para o mercado interno. Portanto, beneficia diretamente a população brasileira.”

**PREFEITO BERTAIOLLI:**

“Essa idéia não se aplica só ao caso de Mogi das Cruzes. É o novo processo de geração de empregos. Mogi das Cruzes tem atraído ao longo dos últimos anos principalmente pela sua localização privilegiada, estratégica do ponto de vista comercial, grandes e novas indústrias para nossa cidade. A indústria que já foi a grande geradora de empregos, em função da modernização, em função da informatização dos seus processos acaba produzindo cada vez mais com uma quantidade cada vez menor de mão-de-obra, mas é sim o grande pólo indutor da geração de empregos na cidade, porque ao redor de uma indústria nascem as atividades econômicas inerentes àquela produção, nem sempre dentro do perímetro industrial. Comércio se desenvolve, serviços se desenvolve, notadamente prestadores de serviços daquele segmento. A industrialização de Mogi das Cruzes vem sendo feita de uma forma gradativa, de uma forma controlada, de uma forma absolutamente expansionista do município e geração de empregos é fortalecida através dos elementos indiretos que a indústria em si traz para o município.”

Como se pode observar, no discurso de ambos há uma perspectiva de expansão do município, sendo que o primeiro alerta, como alguns autores que o processo de industrialização se faz de forma adequada quando o processo de produção agrícola está bem desenvolvido e, o segundo alerta para os processos de automação que reduz o número de postos de trabalho na indústria de forma que a indústria mesmo sendo grande não oferecerá tantos postos de trabalho com a indústria dos períodos anteriores ao presente estudo.

As preocupações demonstram ir além do aspecto da indústria dentro da idéia de que o prefeito deve governar para todos e todas as atividades. A proposta de gestão desde o governo Junji foi a de não caracterizar uma única vocação para a cidade e sim gerar crescimento nos vários segmentos. Note-se que até o início do governo Junji a cidade não tinha sequer um Shopping Center e atualmente (2010) a cidade possui um Shopping Center que ao longo destes anos dobrou de tamanho em área e número de estabelecimentos. Isto é uma forma perceptível de observar-se que se o comércio se expandiu é porque naturalmente ocorreu um

nível razoável de desenvolvimento nas demais atividades econômicas locais.

2) Mogi das Cruzes sofreu influências do processo de industrialização no Brasil no período de busca por “substituição de importações” desde o período de Juscelino Kubtschek?

### **PREFEITO JUNJI**

“Muito antes, quando se deu a substituição da escravatura pela imigração italiana e espanhola, Mogi das Cruzes já apresentava significativo plantio de verduras e legumes. A tecnologia era atrasada e os resultados positivos deviam-se basicamente ao microclima favorável. Explico: chuvas regulares, alta taxa de umidade relativa do ar (clima úmido) e solo fértil que serviam para compensar a falta de tecnologia, principalmente em melhorias genéticas. O cenário se transformou com a chegada dos imigrantes japoneses que, em pequenas áreas, modelaram a policultura. Bem diferente de italianos e espanhóis que concentravam o cultivo num único produto, os japoneses plantavam até cinco itens numa mesma área, invariavelmente pequena. Quer dizer, aproveitavam melhor a terra. Nascia assim o primeiro fundamento de reforma agrária, sem invasões e com alta produtividade. Alicerçado nas novas tecnologias aplicadas – conjugadas às várias safras de diferentes itens num mesmo ano – o processo fez de Mogi das Cruzes um dos maiores pólos produtivos de verduras e legumes do Brasil, com o envio de produtos para todos os Estados brasileiros. A tendência de expansão da agricultura mogiana, inaugurada pelos japoneses, seguiu com fôlego até o início do período de altas taxas inflacionárias, em 1980, associado às inundações para implantação de várias barragens que impossibilitaram a produção nas terras férteis das várzeas.

### **PREFEITO BERTAIOLLI**

“Sim, foi o período pós Juscelino que nos vivemos aí até a década de 70, o milagre econômico, em função da substituição das importações, notadamente por produtos nacionalizados, brasileiros. Mas, aí não foi só Mogi das Cruzes, temos aí um exemplo de algo que ocorreu em nível nacional em nível de país. Mogi das Cruzes viveu nessa época uma dicotomia muito interessante, o processo de milagre econômico e de desenvolvimento, só que muito pontualmente Mogi das Cruzes teve um período de submissão a esse desenvolvimento industrial porque o milagre econômico trouxe a construção da Rodovia Presidente Dutra que passa à margem do Município de Mogi das Cruzes e durante dez anos Mogi das Cruzes não teve uma ligação com a Rodovia Mogi-Dutra, com a Rodovia Presidente Dutra. Então Mogi das Cruzes ficou alheia a esse crescimento que se fez ao longo da Rodovia Presidente Dutra que é o grande eixo São Paulo-Rio de Janeiro, como a cidade de São José dos Campos que cresceu exatamente neste hiato de tempo que a cidade de Mogi das Cruzes ficou deslocada do eixo Rio-São Paulo. Então veja como o desenvolvimento se faz às vezes por pequenas nuances. Nesse caso não é pequeno, uma grande estrada que é a Rodovia Presidente Dutra, mas, Mogi das Cruzes que até então era o itinerário de quem ia para o Rio de Janeiro, através da SP-66, antiga São Paulo-Rio, ficou deslocada em função da Presidente Dutra. Dez anos de atraso no desenvolvimento de Mogi das Cruzes. Depois essa ligação por uma rodovia chamada Mogi-Dutra, mas, uma estrada secundária e só depois da duplicação dessa estrada secundária Mogi-Dutra e com a construção da Rodovia dos Trabalhadores, hoje é Airton Senna é que Mogi das Cruzes recuperou a capacidade de se expandir industrialmente falando.

O Prefeito Junji em sua fala reforça a saga da imigração japonesa em estabelecer um sistema de produtividade através de pequenas propriedades e múltiplas culturas o que difere

do modelo agrícola tradicional do Brasil e que deu sustentabilidade ao município enquanto, conforme explica o Prefeito Bertaiolli o mesmo ficava estrategicamente mal localizado para os segmentos mais competitivos da indústria. À medida que a logística de escoamento da produção melhorou com a Rodovia Mogi-Dutra voltou-se a tornar a cidade atraente para a indústria, mas, a produção agrícola já havia sofrido reduções de áreas para inundações e construção de represa.

Sob uma outra ótica talvez se não houvessem os desafios das novas regras ambientais e da redução da área agriculturável a cidade teria se mantido durante mais tempo com base na vocação agrícola, mas, os desafios criados com as restrições fez com que a administração pública, não se sabe dizer se pressionada ou não pela iniciativa privada, assumiu a questão de um novo modelo de desenvolvimento que tem dado resultados conforme registram os órgãos estatísticos oficiais.

3) Dados do IPEADATA mostram que a partir de 1980 houve uma tendência de menor crescimento no Brasil. Essa tendência teria afetado a redução de postos de trabalho na indústria de Mogi das Cruzes conforme se vê no período de 1991 a 1998 conforme dados do SEADE.

#### **PREFEITO JUNJI**

“Os dados confirmam o que já disse anteriormente. A indústria começou a fechar postos de trabalho na década de 80 por causa da escalada inflacionária. O desequilíbrio da economia atingiu, com maior gravidade, a atividade hortigranjeira. Com produtos sazonais e perecíveis, os produtores não tinham condições de repassar os custos da inflação aos consumidores, ao contrário da indústria que tinha este poder.”

#### **PREFEITO BERTAIOLLI**

“Na verdade esse foi um decréscimo verificado em todo o país e em Mogi das Cruzes como eu dizia na pergunta anterior, em função de suas ligações rodoviárias estarem defasadas das demais estruturas modernas que o país, só recuperou esse poder de crescimento a partir da virada do milênio, de 1999 para 2000, exatamente quando Mogi das Cruzes teve reconstruídas as suas novas ligações. Em 1999 nós iniciamos a retomada do crescimento, onde 1998 foi o fundo do poço. Em 1999 nós começamos este crescimento, 2000, 2001, 2002, com conclusão da Mogi-Dutra nós temos em 2003 um crescimento que vai até 2007 quando nós chegamos a 17000 empregados na indústria. Isto está bem sintonizado com o desenvolvimento de nosso país.”

Para o prefeito Junji a escalada inflacionária foi mais danosa à produção rural, pois, indústria de certa forma ainda conseguia repassar seus custos aos valores agregados dos produtos acabados. De outro lado o Prefeito Bertaiolli interpreta que Mogi das Cruzes sofreu as mesmas condições do restante do país com o agravamento de não ter, durante um período, atrativos para repor os negócios perdidos. Para ele 1998 teria sido o ano mais grave e o fim do pior período, pois, a partir de então as coisas passaram a ter recursos para ações de melhoria.

Daí muitos políticos e lideranças locais falarem em década perdida

4) Mogi das Cruzes é o segundo maior município da Grande SP, só perdendo em área para a Capital, entretanto, boa parte de seu território é composto por áreas de proteção de mananciais. Isto teria limitado, pelo menos durante algum período de tempo o município a um perfil de ênfase em produção rural (cinturão verde) ou as áreas de mananciais e as áreas de produção agrícola não tiveram interferência no desenvolvimento industrial?

#### **PREFEITO JUNJI:**

“As leis de proteção ambiental tiveram efeito devastador sobre a agricultura mogiana. Não permitiam ampliação da atividade com utilização de novas áreas, as várzeas foram inundadas e as poucas remanescentes ficaram vedadas à exploração, inclusive agrícola. Porém, o enfraquecimento da agricultura por causa da legislação ambiental não afetou diretamente o setor industrial já que o agronegócio, no segmento de hortigranjeiros, era inexistente. Ainda não havia transformação industrial de itens hortícolas. A retração da capacidade industrial ocorreu por causa da escalada inflacionária coincidindo com a vigência de rigorosas leis de proteção ambiental no Alto Tietê, que restringiam a implantação e ampliação de unidades fabris.”

#### **PREFEITO BERTAIOLLI**

“Sim, tiveram interferência direta. E tem outro ponto, um outro agravante que não foi citado na pergunta que é a confecção das represas que hoje abastece a Capital e a Grande São Paulo. Mogi das Cruzes teve da sua área produtiva e aí era área agrícola e área possível de um desenvolvimento industrial, trinta e cinco quilômetros quadrados de áreas que foram inundadas pelas represas que hoje abastecem São Paulo. Essa área era considerada sob o ponto de vista do desenvolvimento agrícola de nossa cidade que era considerado o cinturão verde e com o advento das represas Mogi das Cruzes perdeu uma grande parte de sua produção agrícola, além disso, eram áreas que eram também passíveis de um desenvolvimento industrial, pois, nem todas estavam 100% destinadas aos mananciais. Mas, enfim foram todas inundadas, como eu disse, 35 Km<sup>2</sup>. Para se ter uma idéia da noção de grande disso é uma área maior que o município de Ferraz de Vasconcelos que é aqui do nosso lado. São áreas mogianas que hoje fazem parte desse complexo abastecedor da Grande São Paulo de

águas. Enfim, Mogi das Cruzes por ter um território bastante amplo, teve várias, e várias e várias perdas durante a sua história. Seja com os distritos que se emanciparam, seja com as proteções dos mananciais, seja com o advento das represas, mas, nos restou alguns bolsões industriais como é o caso do distrito industrial do Taboão que vem se consolidando com um dos maiores distritos potencialmente falando de toda a Grande São Paulo.”

Nota-se que ambos os prefeitos concordam no posicionamento de que não houve retração da indústria por qualquer ênfase na produção rural, ao contrário, os dois segmentos foram na verdade afetados pelo período em que se avolumaram os critérios e exigências ambientais para licenciamento de novos empreendimentos e segundo relatos da equipe da Secretaria de Desenvolvimento ocorreram situações nas quais determinadas áreas foram consideradas impróprias para a indústria quando já funcionavam nestas áreas algumas indústrias a décadas. Estas empresas foram objeto de autorizações especiais de permanência, caso contrário, teriam de fechar suas fábricas e naturalmente reduzindo mais empregos.

A existência de restrições ambientais é no fundo a base da necessidade da criação de novos distritos industriais em áreas adequadas e nas quais os vários segmentos da indústria puderam instalar-se seja por incentivo do poder público ou mesmo por iniciativa própria. O papel do poder público fundamente nestes casos foi o de prover a adequada infra-estrutura de forma a possibilitar o recebimentos das matérias-primas e insumos e o escoamento do produto acabado, assim como os sistemas de transporte coletivo para dar acesso à mão-de-obra o que veio a reduzir os problemas já citados anteriormente do descolamento de trabalhadores para outras localidades.

5) A população de Mogi das Cruzes no período de 1991 a 2008 teve um crescimento superior a do Brasil e do Estado de SP só perdendo para a Região Leste da Grande SP. Esse crescimento não deveu-se provavelmente apenas a nascimentos no município, mas também a movimentos migratórios. Assim sendo qual teriam sido os atrativos que fizeram com que pessoas e famílias se deslocassem de seus lugares de origem para fixar residência em Mogi

das Cruzes?

### **PREFEITO JUNJI**

“Até 2000, não havia ações diretas do poder público para impulsionar o crescimento empresarial na Cidade. Atuando como deputado estadual, detectei brechas por onde seria possível retomar a expansão empresarial sem agredir o meio ambiente. No meu entender, o desenvolvimento empresarial impulsionou o crescimento populacional em Mogi das Cruzes, por causa da necessidade social generalizada de novos empregos.

Em 2001, quando assumi a Prefeitura, reduzimos os movimentos migratórios de pessoas que se deslocavam sem objetivo. Ao mesmo tempo, implantamos políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento empresarial, com incentivos de ordem fiscal e doação de áreas. Tais ações transformaram Mogi das Cruzes num grande polo gerador de empregos e, por conta do aumento da receita tributária advinda dos novos empreendimentos, num município melhor estruturado para oferecer serviços públicos de qualidade. Daí, o crescimento populacional. A vinda de muitas famílias de outros locais em busca de melhores condições de vida, juntamente com nascimentos e a permanência dos próprios mogianos na Cidade, talvez justifique o crescimento populacional de Mogi acima da média nacional.”

### **PREFEITO BERTAIOLLI**

Olha, na verdade o mesmo fator que faz com que Mogi das Cruzes seja uma cidade atrativa do ponto de vista industrial, pois, a sua logística que concentra boas rodovias, 50 Km da cidade de São Paulo, 40 Km do Aeroporto Internacional de Guarulhos, 30Km das Ferrovias, 30 Km do Litoral, 50 Km do Porto de Santos, também é um fator de acréscimo populacional. A Zona Leste da cidade de São Paulo vem crescendo assustadoramente ao longo dos anos e esse crescimento é tamanho vem encostando nas cidades da Grande São Paulo, ultrapassou Ferraz de Vasconcelos, ultrapassou Poá, ultrapassou Suzano e hoje chega a Mogi das Cruzes, então Mogi das Cruzes vem recebendo uma avalanche populacional que se expande da cidade de São Paulo, com seus tentáculos para toda a Grande São Paulo. No caso de Mogi das Cruzes, por todos os fatores que eu já creditei, como os fatores positivos ao crescimento industrial, é um dos fatores que justifica o crescimento populacional, em função de uma boa base de estrutura escolar, de uma boa base de estrutura de saúde, de uma boa base de estrutura de estrutura de Universidades.”

Da mesma forma nesta questão temos a concordância de ambos os prefeitos, ou seja, a alta densidade populacional da Zona Leste de São Paulo, tende a buscar melhores condições de qualidade de vida transferindo-se para municípios relativamente menores, especialmente quando há de acordo com as colocações observadas uma infra-estrutura adequada para fixar residência. Quando o prefeito Junji se refere a reduzir os movimentos migratórios ele quer dizer, reduzir a quantidade de pessoas que residindo na cidade tinha que buscar a colocação em empresas de outros municípios, especialmente ao longo da ferrovia no sentido da Capital.

6) Na falta de informação mais recente tomou-se a densidade demográfica em 1997 na qual demonstra Braz Cubas com a maior concentração de população, com larga diferença mesmo

em relação do distrito sede. O que explicaria esta tendência de ocupação: a existência de empregos, a oferta de moradia a custos menores ou a facilidade de transporte devido a existência da estação ferroviária?

**PREFEITO JUNJI:**

“Não só o Distrito de Braz Cubas, mas também o de Jundiapéba, foram nesta época, os locais que tiveram a densidade demográfica ampliada, principalmente pela população das classes D e E. Isto pode ser explicado porque as porções da região Leste da Cidade sofriam graves limitações ambientais e outras normas restritivas, fazendo dos poucos terrenos disponíveis nobres e, portanto, caros. Situação diferente ocorria na região Oeste de Mogi, onde as áreas apresentavam preços mais acessíveis. Até o Poder Público preferia desenvolver programas habitacionais em Braz Cubas, por causa dos menores preços dos terrenos. A existência de empregos e o transporte ferroviário não foram, portanto, fatores determinantes para o avanço da densidade demográfica em Braz Cubas e localidades adjacentes.”

**PREFEITO BERTAIOLLI**

“Todos os critérios dados na pergunta, mais o fato de Braz Cubas ter se vocacionado por ser um distrito industrial. A moradia perto da geração de emprego se consolida com uma característica absolutamente natural, as pessoas procuram morar perto de onde trabalham, e, Braz Cubas concentra grandes indústrias de nossa cidade. Eu poderia citar aqui a Valmet que nos anos 60 se instalou no distrito de Braz Cubas e foi um pólo gerador de atração de novas moradias ao seu redor. Então esta característica da Valmet se estende hoje por todo o distrito.”

A opinião dos prefeitos diverge no tocante à questão do adensamento populacional do Distrito de Braz Cubas, entretanto, é possível encontrar-se certa lógica na divergência já que o Prefeito Junji assumiu primeiro o executivo municipal e até então possivelmente a demanda reprimida de habitação a custos acessíveis na Zona Leste de São Paulo tenha efetivamente pressionado as famílias a deslocar-se para regiões onde os aluguéis ou preços de imóveis fossem menos onerosos. A tendência, por outro lado se fez no sentido dos meios de transporte e da existência de indústrias como coloca o Prefeito Bertaiolli. Pode-se ter ocorrido algumas variáveis do tipo, primeiro reduz-se o custo de habitação e depois procura-se um emprego mais próximo da moradia.

Atualmente o Distrito de Braz Cubas conta com o distrito industrial denominado Vila São Francisco que pela proximidade com a estação ferroviária e às linhas urbanas e intermunicipais de ônibus tende aumentar a busca por moradia naquela região da cidade.

O adensamento vem se mantendo e em função disto há proposta municipal de

construção de hospital no bairro no sentido de reduzir os problemas naturais de atendimento de saúde uma vez que, salvo uma única exceção, todos os hospitais encontram-se instalados no distrito sede, independente de serem públicos ou privados.

7) No período de 1991 a 1998 muitas indústrias encerram suas atividades no município. Existe uma causa ou causas específicas para a perda destes postos de trabalho ou isto se deu por reflexo de uma conjuntura nacional no mesmo período?

**PREFEITO JUNJI:**

“No meu entender, alguns fatores foram causadores do encerramento de atividades industriais em Mogi naquele período. Repetirei a escalada inflacionária (até 1994). E acrescentarei: preponderantemente, a globalização. Ou seja, a incapacidade da indústria nacional de competir com os produtos estrangeiros. Muitas indústrias encerraram atividades em função de leis trabalhistas muito exigentes ao setor patronal, impostos elevadíssimos e em grande número, crédito com juros estratosféricos e a falta de qualificação profissional comparativamente aos países desenvolvidos. Tudo, somado ao câmbio favorável às importações – valorização da nossa moeda após o Plano Real. Outras multinacionais deixaram o Brasil, transferindo suas fábricas para países onde o custo-benefício apresentava-se mais favorável em razão de aspectos como carga tributária e mão de obra. Aliás, cabe destacar que ainda padecemos desses males. E, lamentavelmente, as imprescindíveis reformas de ordem tributária, trabalhista e previdenciária não foram concretizadas neste País.”

**PREFEITO BERTAIOLLI**

Eu não saberia dizer exatamente nesta década de 90, o que gerou tantas perdas de atividades em Mogi das Cruzes, mas, pelo que eu vi no seu trabalho mesmo, não é uma exclusividade de Mogi das Cruzes. O Brasil passou na década de 90 por uma grande instabilidade econômica. Planos e mais planos tentando conter a inflação, enfim, é um período um tanto nebuloso do ponto de vista econômico e financeiro do país. Talvez isso tenha contribuído ou seja a principal razão pela qual sofreu no processo industrial, Mogi das Cruzes faz parte deste contexto. Eu não saberia precisar então, eu não vejo uma causa da cidade para que isso tenha acontecido exclusivamente na cidade. O segmento de tecelagem sofreu na década de 90 por causa das importações, mas, nós não temos no caso de Mogi nenhuma tecelagem grande...

Com relação à questão do fechamento de empresas industriais em Mogi das Cruzes notamos que ambos os dirigentes municipais não atribuem causa local a tais circunstâncias, pois, tratou-se de um período de ajustes da economia do país como um todo e segundo eles nesses pontos não haveria ações locais que fossem capazes de neutralizar tais efeitos.

De qualquer forma o prefeito Junji informou que até 2000 não haviam políticas públicas para estimular negócios na cidade e esta associação de uma conjuntura nacional



negativa com a inexistência de fatores neutralizantes de âmbito local certamente tornou os fechamentos mais sérios devido a não haver reposição de postos de trabalho para dar continuidade a distribuição de massa de salários. Como não se tem informação segura das causas de cada encerramento de atividade em indústrias locais não é possível afirmar que se houvesse políticas municipais isto poderia ser evitado, mas, considerando-se que tempo de instalação de empresas no segmento da indústria é o mais demorado de todos, devido à necessidade de grande área construída, de licenciamentos ambientais, ao iniciar ações após a perda de uma indústria leva um tempo considerável até outra iniciar sua operação e durante este longo período a mão-de-obra teria que colocar-se em outras empresas localizadas em outras cidades.

8)A partir de 1999 notou-se uma recuperação dos postos de trabalho na indústria. Assim sendo quais foram, as políticas públicas que contribuíram para este fato ou teria isto acontecido também por influência de alguma conjuntura ou vantagem de âmbito nacional?

**PREFEITO JUNJI:**

Uma parte desta pergunta já foi respondida na questão anterior: a estabilidade da moeda. É importante destacar que, até o ano 2000, apesar da moeda estável, as estruturas fundamentais dos setores produtivos estavam totalmente deterioradas por causa do período de alta inflação. Por isso, impulsionadas pela estabilidade da moeda, a partir de 1999, as empresas brasileiras começaram a se preparar com aquisição de equipamentos, modernização operacional, adequação administrativa, investimentos em geral. Com certeza, a recuperação da indústria tem relação umbilical com a conjuntura econômica. Nos dois períodos do governo Fernando Henrique Cardoso, houve medidas de grande alcance desenvolvimentista. Além da estabilidade da moeda, houve a privatização de estatais inoperantes que eram apenas cabides de empregos e a moralização dos órgãos públicos por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta legislação foi crucial para reduzir o déficit público – um dos fatores responsáveis pela instabilidade econômica que, aliás, ensaia o retorno nas mãos do governo petista sob as rédeas do desejo estatizante e do inchaço da máquina pública, marcado pela espantosa contratação de funcionários sem concurso público que desqualificam os serviços e custam caro.

**PREFEITO BERTAIOLLI:**

É Óbvio que a cidade faz parte do contexto estadual e portanto do contexto nacional. Se o país vai bem, o cenário que se apresenta para que o município se desenvolva é um cenário positivo. Se o país tem problemas estruturais, principalmente ligados à economia, à inflação, o cenário que se apresenta para o município é um cenário negativo. Nesse cenário que começa a ser positivo a partir do final da década de 90 com a estabilidade econômica, com a potencialização de crescimento, esse cenário positivo se estende a todos municípios, não só a Mogi das Cruzes. Em condições de

igualdade diferencia-se as políticas públicas municipais de incentivo à geração de emprego. Então, nós temos no estado de São Paulo, nesse novo milênio, de 2000 para cá, um cenário positivo e aí a diferenciação das políticas públicas municipais que fazem com que o crescimento de Mogi das Cruzes seja maior do que uma outra cidade. Por exemplo, Mogi das Cruzes tem uma logística privilegiada, a infraestrutura de estradas, ferrovias, e de aeroportos é muito melhor em Mogi comparado a outros municípios. A proximidade com o maior centro consumidor do país que é a cidade de São Paulo é um dos fatores que possibilita o desenvolvimento em detrimento a outros municípios. E aí vai para as características municipais, políticas públicas agressivas de doação de áreas, de abertura de pólos industriais, ao mesmo tempo uma capacitação profissional sendo Mogi das Cruzes um pólo acadêmico com duas Universidades, uma Faculdade, com colégios técnicos, enfim uma cidade que se prepara para esse crescimento. Então nós temos um cenário positivo a partir de 2000, com o estabelecimento em Mogi das Cruzes de Condomínios Industriais, como em 1996, o Distrito de César de Souza com uma vocação industrial que não existia. Então uma política agressiva estabelecida pela prefeitura de Mogi das Cruzes, na década de 90, especificamente em 1995 e 1996, aonde, fez uma opção pelo crescimento industrial de Cezar de Souza. Hoje, nós temos lá vinte e tantas indústrias instaladas, mais de 1000 empregos gerados e isto é uma política que diferencia-se no momento de escolha de uma empresa optar pelo seu investimento, entre a cidade A, B, C ou D. São os critérios de desempate: localização, estrutura municipal, participação em incentivos municipais e, mão-de-obra qualificada. A política de desenvolvimento industrial que consistiu na criação de condomínios industriais, na expansão de áreas industriais, num primeiro momento, na doação de lotes industriais, na qualificação de mão-de-obra, enfim uma cidade aberta para este crescimento. O benefício fiscal é estipulado quase que pontualmente. Uma grande empresa para se instalar necessita e negocia uma política de incentivo municipal. Esse incentivo para uma indústria pode ser uma doação de um terreno, pode ser a liberação de um imposto por determinado período de tempo, pode ser a contribuição com uma mão-de-obra qualificada. Hoje, Mogi das Cruzes estabelece políticas de incentivo absolutamente pontuais, de acordo com a necessidade de cada empresa que vá se instalar, porque essas necessidades não são iguais.

A fala de ambos os prefeitos coloca o cenário nacional como base para uma ação coordenada no nível do município. Sendo o cenário positivo a partir de 1995/96 a criação das áreas industriais, vem conforme demonstram os dados levantados recuperando os empregos perdidos em períodos anteriores na indústria, lembrando sempre que a capacidade de absorção de mão-de-obra da indústria moderna é menor do que das antigas indústrias. É nítida a preocupação dos dirigentes locais com a conjuntura nacional, pois, não é difícil compreender que numa situação de estagnação da economia, mesmo com recursos locais os investidores estariam desestimulados a arriscar seu patrimônio nesta ou em outra cidade. Outro fator que pode competir com o empreendedorismo é a falsa idéia de alta remuneração nos investimentos de capital nas instituições financeiras, o que ocorria durante o período de inflação alta.

9) Nota-se que o crescimento populacional de Mogi das Cruzes segue uma tendência exponencial enquanto que o crescimento da indústria (Gráfico 2) ainda permanece limitado a recuperar a posição do início dos anos 1990. Isto estaria demonstrando uma menor vocação à indústria no Município em detrimento do crescimento de outros segmentos de negócio?

#### **PREFEITO JUNJI**

Não concordo. Mesmo porque (empregos diretos do Caged). Mogi das Cruzes é reconhecida pelo Ministério do Trabalho como um dos municípios que mais geraram empregos no País, de 2001 a 2008: cerca de 115 mil, entre diretos e indiretos. Considerando estes números oficiais do Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, além do crescimento industrial destacado no contexto estadual e nacional, Mogi das Cruzes tem registrado vertiginosa expansão das atividades de serviços, o que, inclusive, impulsiona outros setores, como o segmento de profissionais liberais – antes empregados ou informais – que passou a engrossar o quadro empresarial oficial. Diferentemente da sua afirmação, o IBGE constata que Mogi das Cruzes tem apresentado menor índice de crescimento da sua densidade populacional, em relação aos outros municípios do Alto Tietê.

#### **PREFEITO BERTAIOLLI**

É exatamente isto, Mogi das Cruzes se qualificou como uma cidade múltipla. Esta na verdade é a grande vantagem da cidade de Mogi das Cruzes. As crises demoraram e vão demorar cada vez mais para chegar a Mogi e se ela chegar Mogi vai sair dela primeiro. Porque nós temos uma multiplicidade de segmentos econômicos na cidade, a agricultura de Mogi é forte? Sim, é uma agricultura forte. Mesmo não sendo mais o cinturão verde da Grande São Paulo em área de plantação, nós somos os maiores produtores de flores, de folhosas, nos somos os maiores produtores de caqui, os maiores exportadores de orquídea, de pêssego, ainda, também de cogumelo. Enfim, Mogi das Cruzes é uma cidade agrícola forte. Nós temos uma prestação de serviço que gera milhares e milhares de empregos. Hoje, uma das maiores geradoras de emprego da nossa cidade, 35186 empregos gerados. Além disso nós temos a indústria, que se multiplica e diversifica e gera empregos, puxando um comércio que pólo de região. Então nós temos hoje, dentro dos quatro setores da economia, representados em nossa cidade com expressividade. Nós não temos nenhum segmento econômico em Mogi apagado. Nós temos uma multiplicidade que faz com que Mogi das Cruzes seja uma cidade economicamente forte.

10) Nota-se que o total de empregos mostra uma tendência exponencial de crescimento, o que se assemelha ao crescimento da população visto no gráfico anterior. Pelos dados colhidos nota-se a mesma tendência nas atividades de Serviços (Gráfico 3), enquanto que as demais atividades como a indústria, o comércio, a agricultura e a construção civil demonstram-se estáveis ou com crescimento modesto em relação aos serviços. Isto significaria uma mudança de vocação da cidade ou há políticas públicas que poderão estimular um novo ciclo de

crescimento na indústria local?

#### **PREFEITO JUNJI**

Poucos municípios da Região Metropolitana de São Paulo têm áreas para implantação de médias e grandes indústrias como Mogi das Cruzes, dotada do Distrito Industrial do Taboão. Este local poderá receber, nos próximos dez anos, 100 indústrias com área média de 150 mil metros quadrados, cada uma. Isto traz a expectativa de geração de, no mínimo, 50 mil postos diretos de trabalho na indústria. O crescente setor de prestação de serviços será estimulado, inclusive, pela expansão industrial. Consequentemente, com a geração de exponencial de empregos, o setor de construção civil – já extremamente empregador nos últimos oito anos – terá também um avanço gigantesco. Junto com ele, um comércio ainda mais robustecido. Tão somente a atividade de verduras e legumes não deverá registrar expansão. O cultivo de hortaliças manterá a tendência de ser fortemente substituído – a exemplo do que já ocorre nos últimos dez anos – pela produção de orquídeas, flores e plantas ornamentais. Motivo: são itens produzidos em áreas menores, livres de intempéries climáticas graças ao cultivo em estufas e com preço unitário final no mercado muito maior que o das hortaliças.

#### **PREFEITO BERTAIOLLI**

O Prefeito respondeu esta questão juntamente com a questão anterior

Analisando a fala dos dois prefeitos observamos que a postura municipal não é de fazer de Mogi das Cruzes uma cidade tipicamente industrial e sim uma cidade com opções de negócios em todos os segmentos o que segundo o entendimento deles torna o município menos vulnerável em tempos de crise e mais produtiva em tempos de prosperidade. Este modelo de desenvolvimento teve início com o plano de gestão participativa no primeiro governo de Junji Abe e permanece em prática de forma que os canais de comunicação com o poder público fica aberto a todos os segmentos de negócios da cidade e aos seus órgãos de representação.

A existência desta multiplicidade de segmentos em convívio harmônico associado às facilidades oferecidas para regularização de negócios no que tange aos registros municipais também tem servido para desestimular a atividade informal já que atualmente o titular de firma individual encontra também vantagens previdenciárias se mantiver seu negócio na formalidade. Visando garantir ainda a preservação dos negócios regulares no âmbito da cidade são praticadas sistematicamente fiscalizações e apreensões de objetos falsificados (piratas) ajudando a preservar as marcas como patrimônio e o comércio local com a minimização da concorrência desleal.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As leis 5266 de 24/09/2001 (ANEXO I) e 5928 de 26/10/2006 (ANEXO II) estabelecem benefícios para estimular a instalação e formação de novas empresas no município, assim como a expansão das existentes.

Ambas as leis estabelecem duas linhas de ação representada pela isenção de tributos e do chamado Benefício Patrimonial que representa a Doação de Terrenos mediante projeto que demonstre vantagens sociais e ambientais como geração de empregos, agregação tecnológica e atitude ambiental adequada.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social ao longo do tempo houve outras leis as quais estão no momento sintetizadas nestas duas versões mais recentes.

Analisando a lei de 2001, percebe-se uma intenção do legislador em estabelecer uma proporção entre as dimensões de terra doadas e o número de empregos a gerar.

Diz o Art. 4º. da Lei5266/01:

“Os terrenos eventualmente doados pelo município deverão garantir, ao fim dos primeiros dois anos de operação do empreendimento, uma quantidade de empregos definida, como ordem de grande, pela relação 1 e ½ (um e meio) funcionário por cem metros quadros, respeitadas as especificidades de cada ramo empresarial.”

Naturalmente este artigo tornava-se de difícil cumprimento, pois, a depender do segmento de negócios as áreas de terreno, assim com as áreas construídas têm relações diferentes com a quantidade de pessoas envolvidas no trabalho. Uma oficina de costura, por exemplo, tem muitas costureiras em suas máquinas em pequenas áreas de trabalho, enquanto que uma empresa que opera com produtos minerais necessita de grandes pátios de matérias primas nos quais haverá proporcionalmente muito menos trabalhadores.

Na própria redação do artigo se contradizia ao encerrar com “respeitadas as especificidades de cada ramo empresarial”. Possivelmente essa foi uma das causas desta regra ter sido extinta na edição da Lei atual (Lei 5928/06)

Outro ponto interessante que havia na Lei antiga (Lei 5266/01) era uma lista enorme

de obrigações para serem cumpridas pelas empresas com pequenas variações entre as exigências para as empresas de médio e grande porte e as micro e pequenas empresas, que nem sempre eram cabíveis no ramo de negócio ou na região em que se estabeleceriam conforme se vê na transcrição a seguir:

Art. 7º. Para obter algum dos benefícios referidos nesta lei, as empresas deverão formalizar sua adesão baseada em três políticas empresariais:

- I - integração com a comunidade local;
- II - investimento no treinamento de seus funcionários; e
- III - investimento na modernização da empresa.

§ 1º. Para as médias e grandes empresas, a adesão a que se refere este artigo, consubstancia-se no comprometimento formal da implementação das seguintes medidas:

- I – Contratação preferencial de mogianos;
- II – Preferência de compras para fornecedores de Mogi das Cruzes;
- III - manutenção de creche para funcionários ou apoio a creche do bairro;
- IV - contratação de menores e portadores de deficiência física indicados pelo órgão competente da Prefeitura;
- V - reserva de um percentual de vagas para maiores de 45 anos;
- VI - contratação de profissional de saúde, colocando-o, ao menos dois dias por semana, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde para serviços nos bairros;
- VII - disposição seletiva do lixo produzido para doação dos itens comercializáveis a entidades assistenciais do Município;
- VIII - adoção de atleta mogiano;
- IX - adoção compartilhada de uma escola do bairro para manutenção predial;
- X - oferecimento de estágios remunerados para estudantes mogianos universitários ou de escolas técnicas locais na proporção de um estagiário para cada 35 funcionários;
- XI - decoração de ambientes da empresa com obras de artistas e artesãos de Mogi das Cruzes;
- XII - exposição em ambientes sociais da empresa de produtos mogianos do setor de Agronegócios;
- XIII - intensa arborização do terreno empresarial com espécies arbóreas da Mata Atlântica, especialmente aquelas adequadas ao abrigo e à alimentação de pássaros;
- XIV - curso de inglês básico para seus funcionários operacionais e administrativos;
- XV- curso básico de informática para seus funcionários operacionais e administrativos;
- XVI- manutenção de microcomputador conectado à Internet para pesquisas e consultas de funcionários em seus horários de folga, na proporção de um equipamento para cada 30 funcionários;
- XVII - adoção de programa de participação progressiva dos funcionários nos lucros da empresa;
- XVIII- oferecimento, uma vez por mês a seus funcionários, em horário de almoço (Dia do Lanche), de espetáculos artísticos (teatro, música, dança,...) encenados por artistas mogianos;
- XIX - aplicação de, no mínimo, 3% do lucro declarado anual em projetos de desenvolvimento tecnológico de interesse da empresa, priorizando o envolvimento das Universidades e escolas técnicas locais;
- XX - obtenção da certificação de qualidade ISO 9.000.

§ 2º. Para as micro e pequenas empresas, a adesão a que se refere este artigo, consubstancia-se no comprometimento formal da implementação das seguintes medidas:

- I - contratação preferencial de mogianos;
- II - preferência em compras para fornecedores de Mogi das Cruzes;
- III - contratação de menores e portadores de deficiência física indicados pelo órgão competente da Prefeitura;
- IV - reserva de um percentual de vagas para maiores de 45 anos;
- V - disposição seletiva do lixo produzido para doação dos itens comercializáveis a entidades assistenciais do Município;
- VI - adoção compartilhada de uma escola do bairro para a manutenção predial;
- VII - decoração de ambientes da empresa com obras de artistas e artesãos de Mogi das Cruzes;
- VIII - exposição em ambientes sociais da empresa de produtos mogianos do setor de agronegócios;
- IX - intensa arborização do terreno empresarial com espécies arbóreas da Mata Atlântica, especialmente aquelas adequadas ao abrigo e à alimentação de pássaros;
- X - noções básicas de inglês para seus funcionários operacionais e administrativos;
- XI - noções básicas de informática para seus funcionários operacionais e administrativos;
- XII - manutenção de microcomputador conectado à Internet para pesquisas e consultas de funcionários em seus horários de folga, na proporção de um equipamento para cada 30 funcionários;
- XIII - adoção de programa de participação progressiva dos funcionários nos lucros da empresa;
- XIV - oferecimento, uma vez por mês a seus funcionários, em horário de almoço (Dia do Lanche), de espetáculos artísticos (teatro, música, dança,...) encenados por artistas mogianos, em combinação com outras empresas vizinhas;
- XV - obtenção da certificação de qualidade ISO 9.000.

§ 3º. Todas as medidas relacionadas nos parágrafos anteriores deverão estar plenamente implementadas no prazo de 2 (dois) anos após início das operações da empresa em Mogi das Cruzes.

§ 4º O teor de qualquer das medidas anteriormente relacionadas, só poderá ser alterado por solicitação expressa e concordância documentada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Económico e Social.

Iniciando pela análise das obrigações requeridas das médias e grandes empresas, conforme se pode observar o item I se torna fraco em termos de política de emprego já que não determina a proporção entre trabalhadores residentes na cidade e os de outras procedências.

No item II vemos uma ingerência no processo de gestão das empresas já a escolha dos fornecedores decorre de qualidade, preço, prazo de pagamento, logística de regularidade de fornecimento, etc. Mas, como se colocou o termo preferência, não haveria como fiscalizar o cumprimento de tal obrigação.

No item III no que se refere à creche, embora a medida tenha caráter social, já há

legislação de outro nível que regulamenta o assunto. O mesmo ocorre no item IV no qual já existe lei federal determinando percentual de vagas para os portadores de deficiência.

No item VI temos a necessidade de contratação de profissional da saúde do trabalho determinadas por legislação específica de nível federal com base no grau de risco da empresa e seu número de funcionários. Desta forma cada unidade industrial deveria ter os profissionais por tempo superior ao determinado pela legislação de Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho para poder ceder, no caso médico e enfermeiros para prestar serviço em local diverso do contratual.

No item IX nota-se uma ingerência na organização do espaço da empresa ao exigir decoração com obras de artistas locais.

No item XVII que trata da participação progressiva da participação dos empregados nos lucros da empresa, também se trata de matéria regulamentada por legislação específica e que demanda acordo com o Sindicato representativo da Categoria Econômica.

No caso das micro e pequenas empresas as obrigações aparecem de forma atenuada, mas, se assemelham ao teor acima exposto.

Depois de tantas exigências de cumprimento de obrigações encontra-se o §4º., que flexibiliza a regra permitindo a prática diferenciada mediante concordância da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

No sistema da lei atual (5928/2006) estes itens podem ser analisados para concessão conforme o tipo e dimensões da empresa a se instalar e não uma obrigação generalizada sobre a qual se teria que fazer concessões. Inverteu-se o raciocínio entre exigir para conceder relaxamentos da exigência, para, formalizar um projeto específico de lei de doação para exigir o efetivo cumprimento.

Na lei atual (5928/06) ficam melhor resolvidas algumas questões como o dimensionamento da participação de trabalhadores da cidade em cada empresa:



“I – A contratação de mão-de-obra aproveitando pessoas residentes no Município de Mogi das Cruzes, na proporção de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento), salvo por justificativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, da que utilizar para o total de serviços a serem desenvolvidos pelo estabelecimento, excluídas da contabilização as funções de diretoria e de técnicos especializados. (Lei 5928/06 Art. 7º. §1º. – item I)”

Outro ponto importante da Lei atual trata da questão do Faturamento da empresa:

As empresas favorecidas por algum benefício previsto na presente lei deverão efetuar em Mogi das Cruzes a totalidade do faturamento dos empreendimentos instalados no Município, bem como o recolhimento de todos os encargos devidos (Lei 5928/06 – Art. 9º.)

Este artigo visa evitar que empresas que possuem mais de uma unidade, executem seu processo produtivo na cidade e façam suas vendas através de outra unidade localizada em outro município, de forma que tanto os impostos municipais como a participação do município nos tributos estaduais e federais se evadam.

A Lei atual regulamenta o processo e estabelece proporções de benefícios de caso de expansão das empresas já existentes concessão de benefícios para novas empresas, desta forma não há benefício apenas para as novas empresas, mas, para todas que vislumbrem possibilidade de expandir seus negócios na cidade.

Os benefícios, tanto de doação de lotes como de isenção de tributos municipais estão atrelados sempre à necessidade de haver um projeto que demonstre que haverá aumento substancial de faturamento e do número de empregados.

Diante deste projeto as equipes técnicas da prefeitura fazem a análise e com o aval das diversas secretarias envolvidas o projeto é encaminhado para aprovação quando se transforma numa lei específica para cada caso de doação ou isenção. Desta forma a lei que aqui analisamos representa a regra geral que regulamenta o processo destas políticas públicas, entretanto, em se tratando de patrimônio público cada doação ou isenção requer, segundo os técnicos a votação e sanção de uma lei para cada caso que leva à assinatura de um acordo de compromissos, o que dá permissão à fiscalização e até a possível reversão no caso do descumprimento total ou parcial dos compromissos assumidos pela empresa.

Segundo os técnicos isto se faz necessário para garantir que o bem público tenha a correta aplicação com base nas obrigações firmadas entre o beneficiário e a prefeitura.

As obrigações são fiscalizadas pela prefeitura através da secretaria de desenvolvimento econômico que acompanha o prazo de início de obra, de contratação dos empregados e da manutenção da existência da empresa no local.

Esta condição de fiscalização e verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas se estende muitas vezes por mais de uma década para ser concedida a liberação final do lote doado.

Quaisquer desvios ou vícios de uso como a sublocação, terceirização ou outra forma de colocar em operação outra empresa no local, assim como a falta do cumprimento dos prazos dará lugar a uma ação de “reversão”, de forma que o lote volta para o patrimônio público e pode voltar a ser doado e no caso da isenção de tributos a suspensão do benefício e a cobrança dos períodos vencidos com as devidas correções.

Ocorre, entretanto, que como se pode observar na tabela a seguir, mesmo antes da atual legislação já foram concedidos lotes para empresas, sendo que grande parte delas já se encontra em funcionamento, outras em instalação e, haverá ainda um problema estratégico a se constatar que refere-se às empresas que obtiveram seus lotes e não edificaram seus negócios, portanto, não geraram as necessárias oportunidades de trabalho. Neste caso são objetos de ações de reversão impetradas pela prefeitura através da sua Secretaria de Assuntos Jurídicos.

É importante lembrar, por outro lado, que não basta em tese construir o imóvel industrial, mas, também operá-lo. Desta forma não é permitido, ao menos durante os anos em que a empresa deve cumprir “obrigações” com a prefeitura a sub-locação da área construída ou não, para outra empresa de ramo idêntico ou diverso.

A Tabela 11 a seguir mostra as concessões feitas pela prefeitura ao longo dos anos:

**TABELA 11**  
**EMPRESAS QUE RECEBERAM ÁREAS POR DOAÇÃO**  
**E ENCONTRAM-SE EM FUNCIONAMENTO**

ANO	EMPRESA	ÁREA m <sup>2</sup>	RAMO	INVEST.R\$	FAT/ANO R\$	FUNC.
1972	Freskito Produtos Alimentícios LTDA.	5.039,28	Produtos Alimentícios	Não Informado	Não Informado	n/inf.
1984	FreioBus Equip. Rod.(suc.AP Equip. Indl)	11.185,20	Freios e Equipamentos	Não Informado	Não Informado	150
1988	Equipamentos NGK Rinnai Ltda.	43.946	Aquecedores e Fornos Elétricos	2.000.000	20.000.000	220
1988	Totofio Têxtil Ltda.	53.682,94	Têxtil	Não informado	Não informado	208
1992	Placterm Ind. e Com. Ltda.	16.160	Plásticos	200.000	1.500.00	86
1994	Empresa Mogiana de Auto Peças – EMAPE LTDA.	4.322,49	Auto-Peças	250.000	1.200.000	9
1994	Engesig Ind. e Com. Ltda.	27105	Sinalização Automotiva	1.500.000	15.000.000	250
1994	Imerys do Brasil	14.520,81	Mineração	Não informado	Não informado	n/inf
1995	ANCHORTEC Ind. e Com. LTDA(Antiga Fosco/Fosroc)	15.045	Materiais de Isolamento e Lã de Rocha	Não Informado	52.000.000	189
1996	Placo do Brasil LTDA	95.219,39	Gesso Acartonado	Não Informado	160.000,00	115
1996	Dubel Ind. Eletrônica	8.780,76	Eletrônica	500.000	4.000.000	24
1997	Inal S/A.	29.200,98	Aços Laminados	70.000.000	150.000.000	341
1997	General Motors do Brasil	427.442,735	Estamparia	150.000.000	297.000.000	500
1998	Itália Office	7.000	Ind. Com. de Móveis	468.000,00	5.400.000	56
1998	SERCON	13.383,77	Aparelhos Médicos e Hospitalares	Não informado	Não informado	200
1998	Sercom Ind. e Com. de Aparelhos Médico-Hospitalares	13.383	Equipamentos Médico-Hospitares	1.500.000	10.000.000	230
1999	C.T.A. Ind. Com. Imp. Exp. Ltda.	7.774	Produtos Naturais e Cosméticos	200.000	1.400.000	50
1999	MN Própolis	10.451	Produtos de Mel e Derivados	Não informado	3.500.000	26
2000	Slotter Ind.	10.177,95	Embalagens	Não informado	Não informado	98
2000	Incl. de Alim. Biscosul Ltda. "Nutrella"	41.219	Panificados Industriais	300.000	800.000	507
2001	Tecnocurva	9.910,30	Autopeças	2.500.000	5.800.000	232
2001	R.F.P. LTDA	5002,00	Usinagens	300.000	660.000	104
2001	Maxlove	8.251,34	Cosméticos	1.500.000	16.000.000	128
2001	Deskaplás	5.000	Descartáveis	18.000	3.000.000	60
2001	Allergic Center	2.041,20	Laboratório Farmaceutico	600.000	133.000	50
2002	Arrumando a Casa Ltda.	2.734,47	Móveis	250.000	400.000	50
2002	TuboPeças	10.000,00	Metalúrgica	500.000	6.000.000	120
2002	Carbinox	20.669,81	Metalúrgica	4.000.000	12.000.000	232
2003	Microfilter	1.440,68	Metalúrgica	2.000.000	3.200.000	13
2003	CETAL S/C Ltda.	10.200,00	Análises Ambientais	2.500.000	2.000.000	17
2004	CSP Esferas	2.194,20	Metalurgia		3.600.000	29
2004	Regina C. C. Chagas ME (Presépios Regina)	2.984,47	Artesanato	150.000,	520.000	9
2005	Valtra do Brasil	3.888,32	Tratores	Não informado	Não informado	714
2005	Embalatec Industrial Ltda.	15735	Embalagens de Madeira	450.000	12.000.000	150
2006	Tropical Fresh (GAIA)	12.000	Alimentos	2.676.433	6.000.000	260
2007	MAGNO Peças	50.500	Metalúrgica	2.300.000	18.000.000	300
	<b>TOTAL</b>	<b>1.017.594,30</b>		<b>246.662.433</b>	<b>649.773.000</b>	<b>5727</b>

**Fonte:** Elaborada pelo autor com base nas Fichas de Controle da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 12/03/2010

Ao analisarmos a Tabela 11 podemos constatar que há um processo de concessão de lotes muito antigo na cidade, porém, na falta de um projeto ou de uma legislação específica ocorria de forma ocasional e esporádica.

A intensificação desta política ocorreu gradativamente a partir do ano de 1992, possivelmente devido à percepção dos dirigentes locais das situações econômicas do país, mas, passa a demonstrar resultados mais perceptíveis a partir de 2001, período em que houve mudança no estilo política do executivo com uma proposta de gestão participativa e um plano de governo assim construído pelo então prefeito eleito Sr. Junji Abe.

De acordo com informações disponíveis na Enciclopédia Virtual Wikipédia<sup>39</sup>

Junji Abe foi o primeiro prefeito de Mogi das Cruzes a governar a cidade por dois mandatos consecutivos. Em 2000, ele foi eleito com 90.612 votos. Em 2004, a população reconheceu o trabalho desenvolvido durante o seu primeiro mandato. Depois de um período de estagnação, a cidade voltara a crescer e se destacava, segundo instituições de alta credibilidade, como a Fundação Getúlio Vargas, Fundação Seade e Ministério do Trabalho, como um dos municípios mais pujantes do País. Resultado: Junji foi reeleito em primeiro turno, com 102.689 votos.

O prefeito Junji Abe inovou no estilo de governar a Cidade. Implantou o conceito de gestão descentralizada, integrada e participativa. Com autonomia, planejamento criterioso, esforços conjugados e participação popular, os setores do Poder Público Municipal garantiram maior agilidade e eficiência à Administração.

Desenvolvimento – A implementação de tantos programas que melhoraram a qualidade de vida do mogiano só foi possível graças ao desenvolvimento econômico de Mogi das Cruzes. Cumprindo à risca o PGP, a administração Junji Abe implantou a Política Municipal de Desenvolvimento. Envolve, entre outros preceitos, legislação específica para atração de empresas e expansão das existentes, com incentivos fiscais, doações de áreas a pequenas e médias empresas, programas de formação e capacitação profissional, instalação da primeira unidade do Banco do Povo na Cidade e a implantação da Intec – Incubadora Tecnológica. Tudo, em plena sinergia com instituições públicas, entidades classistas e universidades.

Certamente para viabilizar esta nova proposta política de atração de empresas para a cidade, fez-se necessário uma “reforma” geral em todos os serviços e recursos disponíveis na cidade que dependem do governo municipal como transportes, segurança, educação, educação profissional.

O processo de fomento aos novos negócios encontra-se em funcionamento na gestão atual (2009-2012) sob a direção do prefeito Marco Aurélio Bertaiolli que foi vice de seu

---

<sup>39</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Junji\\_Abe](http://pt.wikipedia.org/wiki/Junji_Abe), consulta em 18/03/2010.

antecessor e portanto, já se encontrava envolvido com as propostas de avanço traçadas para a cidade.

A Tabela 12 a seguir, demonstra a existência de uma série de empresas que foram beneficiadas com as concessões estabelecidas na Lei vigente e encontra-se ainda em processo de construção de seus estabelecimentos.

**TABELA 12**  
**EMPRESAS QUE RECEBERAM ÁREAS POR DOAÇÃO**  
**E ENCONTRAM-SE EM IMPLANTAÇÃO**

ANO	EMPRESA	ÁREA m <sup>2</sup>	RAMO	INVEST.US\$	FAT/ANO R\$	FUNC. PREV.
1988	Coml. e Construtora NOVER Ltda.(A8)	26.143,37	Construção	Não Informado	Não Informado	n/inf
1988	Coml. e Construtora NOVER Ltda. (A9)	34.036,80	Construção	Não informado	Não informado	n/inf
2001	Proenvase	1.516,38	Máquinas e Equipamentos	240.000,00	175.000,00	10
2002	DAG	9.587,25	Química		2.300.000,00	70
2003	ARV	1.373,94	Máquinas de Embalagens e Peças.	500.000,00	6.500.000,00	65
2003	José Calos Tavares Furtado ME	1.997,95	Serralheria	70.000,00	150.000,00	10
2004	FVR Ind. e Com. de Fixação	5.002	Metais e Plásticos	1.000.000,00	6.500.000,00	36
2004	F MAIA	1.303,43	Industrial	100.000,00	1.800.000,00	25
2005	Multiperfil Grasser	10.000,00	Metalúrgica	350.000,00	18.000.000,00	130
2005	ALLA BRASIL	2.014,65	Metalúrgica	250.000,00	2.000.000,00	40
2007	VERMONT	281.625,34	Saneamento e Hidráulica	2.900.000,00	3.600.000,00	40
2007	BBR	10.000,00	Alimentício	500.000,00	12.000.000,00	110
2007	Interflex	5.000,00	Artefatos de Borracha	500.000,00	2.100.000,00	50
2007	Carvalho Ind. e Com.	15.000,00	Madeira	800.000,00	6.600.000,00	100
2007	NAW	2.400,00	Transformados	470.000,00	2.350.000,00	28
	<b>Totais</b>	<b>407001,11</b>		<b>7.680.000,00</b>	<b>64.075.000,00</b>	<b>714</b>

**Fonte:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 12/03/2010

Ao analisarmos a Tabela 12 percebemos a existência de empresas que, por razões diversas ainda não concluíram suas obras. Algumas como é o caso da Comercial e Construtora Nover Ltda. conseguiram ampliar seu prazo através de expedientes da justificativa para não reverter os lotes ao patrimônio público municipal.

Outras justificaram seus atrasos diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e estabeleceram novos contratos. A grande maioria encontra-se, de

acordo com aquela Secretaria, dentro dos prazos legais que foram negociados à época da concessão.

Dessas duas tabelas já se faz possível fazer algumas avaliações pertinentes ao propósito deste estudo.

A primeira delas é que o proposto no Art. 4º. da lei 5266/01 onde se lê que:

Os terrenos eventualmente doados pelo município deverão garantir, ao fim dos dois primeiros anos de operação do empreendimento, uma quantidade de empregos definida, como ordem de grandeza, pela relação 1 e ½ (um e meio) funcionário por cem metros quadrados, respeitadas as especificidades de cada ramo empresarial.

Se o próprio teor do texto já se contradizia na sua última oração, a prática demonstrou que as aplicações de área são na verdade muito superiores a tal expectativa. Se tomarmos, por exemplo, como melhor e mais garantido resultado as empresas já implantadas (Tabela 11) foram doados 1.188.389,38 m<sup>2</sup> de área que geraram 5727 empregos industriais, ou seja, foi gerado 1 (um) posto de trabalho para cada 207,51m<sup>2</sup> de área doada, enquanto que a expectativa do legislador é na mesma situação teriam sido gerados 3 (três) oportunidades de colocação neste mercado de trabalho.

A segunda percepção da conta de que para a cidade se tornar atraente, precisou de um processo de reforma e reestruturação de praticamente tudo que envolve o executivo municipal, ou seja não bastaria simplesmente doar um patrimônio inativo. Ao contrário fazia-se necessário tornar o espaço estrategicamente atraente para que os investidores decidissem colocar seu empreendimento nesta cidade. Em outros tempos, como se colheu da fala do Prefeito atual, muitas opções de instalação de empresas recaíram sobre São José dos Campos que na sua época teria criado também o cenário adequado à implantação de um parque industrial.

Visando demonstrar que o parque industrial da cidade não se formou apenas com base nos mecanismos de benefícios da prefeitura, temos a seguir na Tabela 13 exemplos de vários casos catalogados pela Delegacia Regional da CIESP que se instalaram na cidade, mesmo nos

períodos que havia certo isolamento da cidade em relação ao eixo São Paulo-Rio.

**TABELA 13**  
**EMPRESAS QUE INCIARAM ATIVIDADES EM 1976 E 1994**  
**SEM DOAÇÃO DE ÁREAS.**

<b>EMPRESA</b>	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL</b>	<b>RAMO</b>	<b>FUNDAÇÃO</b>	<b>FUNC.</b>
Wessanen (Bols do Brasil Ltda.)	Fabricação de Bebidas	Alimentício	20/07/1976	97
Rud Correntes Industriais Lrda.	Correntes Industriais	Metalúrgico	29/03/1978	104
De Carlo Peças Ltda.	Usinagem	Metalúrgico	01/01/1980	75
Diatom Mineração Ltda.	Beneficiamento de Minérios	Mineração	22/11/1982	79
Mafes Equipamentos Agrícolas Ltda.	Fabricação de Implementos Agrícolas	Metalúrgico	03/08/1983	25
Mogitex Ind. e Com. de Confecções	Confecção em Índigo	Confecções	01/04/1986	119
Oxifer Ind. e Com. de Ferro e Aço	Serviços de Oxicorte	Metalúrgico	27/06/1986	5
Mult Tec Ind. e Com. Ltda.	Usinagem e Caldeiraria	Metalúrgico	01/07/1986	30
Placterm Ind. e Com. de Plásticos e Isolantes	Materiais Plásticos e Isolantes Térmicos	Plásticos	01/08/1986	20
Abdala Eng <sup>a</sup> . e Construções Ltda.	Construção Civil	Construção Civil	08/06/1988	35
Excell S/A. Tubos de Aço	Tubos de Aço sem Costura	Metalúrgica	20/10/1988	220
Fofita Produtos Descartáveis	Guardanapos de Papel	Papeleiro	06/09/1989	7
JCL Ind. e Com. de Cabos de Aço Ltda..	Fabricação de Fios e Cabos de Aço	Metalúrgico	01/10/1989	19
Engephone Eng <sup>a</sup> . e Telecomunicações Ltda.	Prestadora de Serviços em Telecomunicações	Prestação de Serviços	11/10/1990	7
Ind. e Com. Promassa Ltda.	Fabricação de Mistura para Pães e Sorvetes	Alimentício	01/04/1991	17
Massamia Ind. e Com. de Massas Ltda.	Fabricação de Massas Caseiras	Alimentício	06/12/1991	30
Mogifrigor Ind. e Com. Ltda.	Equipamentos de Refrigeração e Instalações Comerciais	Metalúrgico	03/02/1992	49
Brasil Alfa Com. e Serviços Ltda.	Produtos Pneumáticos, Câmaras de Borracha	Produtos Pneumáticos	21/06/1994	89
<b>Total de Empregos</b>				<b>1027</b>

**Fonte:** CIESP – Delegacia Regional de Mogi das Cruzes, 29/04/1997

É possível encontrar, como é o caso da empresa “Placterm” que iniciou na cidade sem benefícios fiscais e mais adiante foi beneficiada com doação de lote ou outra vantagem

municipal.

De maneira geral, o cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social apresenta atualmente 236 estabelecimentos classificados como industriais, ressalvando sempre o que já foi citado neste estudo quanto às empresas que encerram suas atividades de não formalizam tal condição junto aos órgãos competentes.

Como vimos até este ponto, as políticas públicas se revelaram ao longo do tempo eficazes no sentido de promover a atração de investidores para colocar seus empreendimentos na cidade em estudo.

Mas, como já citamos ao analisar os aspectos das leis que regulamentam o sistema de doação de lotes e de benefícios fiscais, há contratos, que são firmados para garantir que os beneficiários realmente cumpram as “obrigações” pactuadas para que se produzam efetivamente os efeitos que são em primeira instância a geração de certo número de postos de trabalho, mas, evidentemente a operação de um estabelecimento industrial será polarizadora para a expansão do comércio e da prestação de serviços.

Do lado do investidor, este por sua vez esta a mercê de contingências econômicas e de questões mercadológicas na sua linha de produtos de forma que há em todo empreendimento um risco inerente.

Apesar dos planos e das previsões de receitas muitas vezes o empresário se depara com a negativa de um financiamento de bens de produção, de crises setoriais, muitas vezes oriundas do descompasso entre produção local e importações e por fim até as crises que enxugam o meio circulante pela redução do poder de compra de salários.

Diante de situações deste tipo, a iniciativa mais comum será a de interromper o processo de construção ou mesmo de expansão chegando muitas vezes ao encerramento das atividades.

Nestas situações o poder público está garantido por questões contratuais e vai através



de seus serviços jurídicos promover a recuperação do lote doado, procedimento este que se convencionou chamar de “reversão”. Devido a demandar de expedientes de justiça o processo pode ser relativamente lento, mas, ao seu final o lote volta ao patrimônio público e pode atender a outra empresa que tenha interesse na cidade.

**TABELA 14**  
**LOTES EM REVERSÃO OU REVERTIDOS PARA PREFEITURA**

ANO	EMPRESA	ÁREA M2	RAMO	INVEST.	FATURAM.	FUNC. PREV.
1979	Mabesa do Brasil/Indresco/Dry pers	65.045,32	Fraldas descartáveis	Não informado	Não informado	n/inf.
1984	Kubota Equip.Ferrov.	23.914,32	Sapatos de Freio	Não informado	Não informado	n/inf
1984	Freio Auto Equip.	8.535,78	Autopeças	Não informado	Não Informado	n/inf
1984	Freiobras Ind. e Com. Ltda	6.465,02	Autopeças	Não informado	Não Informado	n/inf
1986	Apolotec Pneus/Tinturaria Mogi	51.050,08	Pneumáticos	Não informado	Não informado	n/inf
1986	Trefiltubos – Trefilação Mogi	94.012,72	Metalúrgica	Não informado	Não informado	n/inf
1987	Irajá Tintas Industriais	9.777,57	Tintas	Não informado	Não informado	15
1987	ECC do Brasil	25.146,64	Mineração	Não informado	Não informado	n/inf
1988	Revon Ind. Com.	126.824,42	Enga./Constr.	Não informado	Não informado	n/inf
1988	Eiag	187.833,51	Armazéns Gerais	Não informado	Não informado	n/inf
1988	Empreiteira Verno	49.064,94	Construção	Não informado	Não informado	n/inf
1991	Perez Ind. Metalúrgica Ltda.	30.967	Auto-peças	400.000	5.000.000	50
1993	Limpadora Santa Efigênia	3.405,32	Limpeza	Não informado	Não informado	n/inf.
1993	Leon e Leon Enga. Ltda.	5.127,51	Construção	Não informado	Não informado	n/inf
1994	Estrutural Incorp.	10.065,33	Construção	Não informado	Não informado	n/inf
1995	Enterpa Engenharia Ltda.	281.625	Usina de Lixo Industrial	25.000.000	100.000.000	100
1995	Fábrica de Tintas Amy Ltda.	6.950	Tintas para Couro	700.000	1.200.000	80
1995	Enterpa Engenharia Ltda.	281.625	Usina de Lixo Industrial	25.000.000	100.000.000	100
2000	Brasil Pack Way Embalagens Ltda.	3.149	Sistemas Completos para Fechamento de Embalagens	300.000	800.000	30
2000	Química Fina Ind. e Com.	22.512,94	Química	Não informado	Não informado	n/inf
2001	Modelação Nossa Senhora Ltda.	1.516,38	Metalúrgica	Não informado	526.000	30
2002	APS Telecom	1.516,38	Equip.Telecomunicação	Não informado	Não informado	n/inf
2002	Metal Gráfica Mogi Ltda.	41.881,89	Ind. Gráfica	Não informado	Não informado	n/inf
2002	Natair Esquadrias de Madeira	2.755,41	Ind. Esquadrias	Não informado	Não informado	n/inf
2003	Sigmattec Enga. E Manutenção Ltda.	3.279,18	Enga./Manut,	Não informado	3.142.000	60
2004	Branco Enga.Ind.Com. e Constr.	2.748,32	Ind.Prod. Constr.	600.000,00	2.100.000	48
2007	Deskarlab Com. Ltda.	5.002,00	Mat.Lab.	420.000	2.550.000	25
	<b>TOTAL</b>	<b>1.351.796,98</b>		<b>52.420.000,00</b>	<b>210.318.000,00</b>	<b>538</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 12/03/2010

Podemos notar que, a maior incidência de reversões ocorreu nos períodos mais antigos o que pode indicar que houve uma melhoria no processo de análise e contratos de concessão ao longo do tempo, pois, notamos que a própria legislação apresentou evolução ao longo do tempo.

É evidente que o processo de fiscalização e reversão tem como propósito também evitar o uso de bens públicos em processo especulativo ou de subutilização.

## CAPÍTULO III

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de investigação histórica da questão da industrialização demonstrou que esta, intensamente praticada no período da substituição de importações teve uma ruptura do nível de crescimento a partir de meados de 1980, o que pode ser refletido no PIB conforme demonstrado no Gráfico 1.

Certamente este macro-cenário estendeu sua influência a todos os municípios brasileiros com algum nível de industrialização de forma mais branda ou mais agressiva conforme a capacidade local e regional de neutralizar efeitos de crises ou conjunturas de âmbito nacional.

Embora a indústria brasileira tenha como investimentos iniciais o capital acumulado no período do Café, à medida que os anos se passaram esta teve se sustentar-se baseada na sua própria autonomia.

As pesquisas bibliográficas levantadas ao início deste estudo dão conta de que, de fato o Brasil teve um período de industrialização pesada entre 1949-1959, ou seja, no período pós-guerra até o período do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubtschek.

Posteriormente os naturais ajustes da economia trataram de regular a oferta e a demanda, de sorte que mesmo se operando com a intenção de substituir importações os mesmos bens não encontraram aqui o mesmo poder de penetração no mercado que nos países de origens, o que se explicaria pela nítida diferença de distribuição de renda entre as nações ditas desenvolvidas e o Brasil, então em estágio de desenvolvimento.

Durante longos anos devido aos altos índices inflacionários o custo do capital representou uma importante barreira para os “entrantes” nacionais no mercado e durante o período de governos militares, devido à relativa instabilidade democrática poucos capitais estrangeiros chegariam ao país.

Na questão específica da indústria ocorre também a necessidade de qualificação profissional que deveria acompanhar o mesmo ritmo da tecnologia que se instalava, entretanto, na falta de tal sincronia, ao longo do tempo caracterizou-se o desemprego dos não-qualificados, especialmente nos períodos mais recentes com o rompimento das barreiras protecionistas à entrada de tecnologias a partir dos anos 1990.

O período deste estudo situou-se numa posição em que os idos da substituição de importações já tinha se superado e a busca era de um crescimento sustentado e a transferência de tecnologias não era mais de tecnologias obsoletadas na origem, mas, da possibilidade de instalar-se aqui em nosso país tecnologias equivalentes àquelas disponíveis nas matrizes das multinacionais. Por isso, com intuito de aproximar destas tecnologias muitas empresas nacionais firmaram parcerias, então denominadas “joint-ventures” para manter sua capacidade competitiva através do recebimento de tecnologias mais avançadas e produtivas.

Dentro de nosso enfoque, o processo de redemocratização e o advento da Constituição Federal de 1988 trouxe novos papéis aos municípios que passaram a receber mais recursos das esferas federais e estaduais, mas, passaram em contrapartida a assumir compromissos na condução de serviços diversos à população nas questões de saúde, de educação, etc.

Estes compromissos municipais chamaram atenção para uma mudança do perfil dos executivos locais, de forma que estes deveriam tornar-se gestores e empreendedores, assemelhados aos gestores que operam na iniciativa privada. Isso passou a ocorrer, pois, embora a Constituição tenha criado novas formas de distribuição dos recursos arrecadados, na mesma ou maior proporção criou compromissos para os Srs. Prefeitos o que não se pretende apurar neste estudo, entre outros motivos, pela própria falta de informações detalhadas a respeito.

Com relação ao porte do município, de acordo com estudos da CEDEPLAR<sup>40</sup>, os

---

<sup>40</sup> Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional de Minas Gerais

municípios foram classificados inicialmente conforme a sua população, até 20 mil habitantes, de 20 a 100 mil habitantes e de mais de 100 mil habitantes. Dentro deste divisão por população foram estabelecidas quatro classes de A a D, sendo a classe A com alto nível de concentração de riqueza pela população, a classes B com bons padrões sócio-econômicos e bastante diversidade de cidades, incluindo-se aí muitas capitais do nordeste e centro-oeste, a classe C, com maior homogeneidade e certa predominância de classe operária e a classe D representando uma grande maioria dos municípios com baixa concentração de renda.

O Estudo, publicado sob o título de “Tipologia das Cidades” (2009, p. 17) apresenta entre as cidades com mais de 100 mil habitantes na região sudeste, apenas 10 cidades na classe A, 57 cidades na classe B, 43 cidades na classe C e 3 cidades na classe D.

A classificação demonstra que a cidade de Mogi das Cruzes se situa nas classes “B” e “C” (op.cit. p. 160, 161) o que indica que, embora não haja no município alta concentração de renda, que pode ser característica comum das grandes capitais, há razoável nível de geração de riqueza apropriada pela parte da população que se enquadra na Classe “B” e uma parcela representativa de operariado que se enquadra na Classe “C”.

Esta informação, de certa forma atualiza nossa informação da Tabela 3 na qual se observa que 66%, aproximadamente 2/3 da população encontrava-se na classe “B” e “C”, independente dos critérios de categorização de classe econômica da época terem sido os utilizados na Pesquisa Origem-Destino de 1996.

O fato da pesquisa atual (CEDEPAR) enquadrar a cidade nas classes “B” e “C”, pode significar que houve inclusive melhoria no nível de renda da população. O posicionamento do município o coloca entre os 69 municípios do Estado classificados como Classe “B” e entre os 42 municípios classificados como Classe “C” num Estado que possui 645<sup>41</sup> municípios no total.

---

<sup>41</sup> Dados do IBGE atualizados em 20/03/2010

Nos procedimentos para levantamento dos dados para elaboração deste estudo foram de as informações da Prefeitura de Mogi das Cruzes uma vez que durante o período do estudo foi elaborado o Sumário da Dados do Município com base na Pesquisa de Origem e destino.

Estes dados associados ao mapeamento fornecido pela área de Geo-Processamento permitiu uma visão bastante ampla do objeto de estudo carecendo posteriormente de outros levantamentos empíricos e teóricos para embasar nossas conclusões.

Embora frustrada a iniciativa primeira de elaborar-se um amplo levantamento através das indústrias instaladas, prosperou a oitiva dos prefeitos onde se encontrou respostas para as questões básicas desta investigação, ou seja, embora em princípio se objetivasse conhecer o lado empírico das questões sob a ótica da iniciativa privada, isto só se concretizou sob a ótica da gestão pública.

É importante, entretanto, considerar-se também a visão de estudos recentes. De acordo com trabalho publicado pelo Observatório das Metrópoles (Bógus; Pasternak, 2009) foi elaborado um estudo cuja base foi um sistema de hierarquização social com a combinação de variáveis censitárias (renda, ocupação, escolaridade) baseado no censo de 2000, que determinou oito categorias de análise: Elite dirigente (empresários e dirigentes do setor público e privado), Elite intelectual (profissionais liberais, autônomos, professores universitários e profissionais estatutários do nível superior), Pequena burguesia (pequenos empregadores e pessoas com ocupações artísticas), Camadas Médias (trabalhadores de escritório, supervisão, técnicos, profissionais de saúde, segurança, justiça e correios), Proletariado Terciário (trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados e não especializados), Proletariado Secundário (operários da indústria moderna, operários da indústria tradicional, operários de serviços auxiliares e operários da construção civil), Trabalhadores da Sobrevivência (ambulantes, empregados domésticos e biscateiros), Trabalhadores agrícolas (trabalhadores das ocupações agrícolas com renda inferior a 20

salários mínimos). A síntese destes eixos levou ao estabelecimento de cinco tipos de municípios que são:

**Tipo popular:** Com maior densidade elevada de trabalhadores da sobrevivência, trabalhadores agrícolas e trabalhadores da construção civil, incluindo-se nesta categoria o **Município de Mogi das Cruzes**, além de Arujá, Cotia, Embu-Guaçu, Guararema, Itapeirica, Juquitiba, Mairiporã, Suzano e Vargem Grande.

**Tipo operário tradicional:** Com densidades relativas e elevadas do proletariado terciário, secundário e da sobrevivência com destaque para os trabalhadores da indústria tradicional. Incluiu-se nesta categorias os municípios de Embu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Rio Grande da Serra e Santa Izabel.

**Tipo operário industrial:** com maior densidade de trabalhadores da indústria moderna e expressiva participação de trabalhadores auxiliares. Incluiu-se neste grupo as cidades de Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires e Taboá da Serra.

**Tipo elite industrial:** Cidades com densidade alta de elite dirigente, elite intelectual, trabalhadores da indústria moderna e participação representativa da pequena burguesia e das categorias médias. Incluiu-se nesta categorias os municípios de Santo Andre, São Bernardo, São Caetano e Santana do Parnaíba.

**Tipo Agrícola:** Maior densidade de trabalhadores ligados à lavoura e trabalhadores da sobrevivência. Apenas dois dos trinta e oito municípios classificaram-se neste tipo: Biritiba-mirim e Salesópolis.

Conforme podemos observar, o censo da época deste estudo classificatório ainda não permitiu observar-se a cidade objeto deste estudo com características industriais o que pode ser justificado, pois, como está demonstrado no Gráfico 3 ano de 2000 os postos de trabalho

na indústria como um todo (os dados do SEADE não fazem distinção entre indústria tradicional e moderna) representava apenas 26% do total de empregos formais da cidade e esta proporção relativa ainda reduziu-se para 23% em 2007 já que as ocupações de serviços tiveram maior incremento, ainda que pese a indústria ter aumentado seus postos de trabalho em 39% entre 2000 e 2007.

Com relação à busca pela resposta sobre a questão da mobilidade e da densidade demográfica alta no distrito de Braz Cubas (Tabela 2) Bógus; Pasternak (2009, p.31) esclarecem que:

A presença da estrada de ferro ajuda a explicar a localização da moradia das camadas populares, uma vez que esse meio de transporte possibilita o deslocamento para outras áreas da metrópole, onde haja oferta de trabalho ou emprego. O trem interliga municípios ao norte, como Caieiras, Franco da Rocha, e Francisco Morato; a oeste como Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira e Itapevi. Em direção do sudeste, passa por São Caetano do Sul, Santo André; em direção ao porto de Santos, passa por Mauá e Ribeirão Pires. No sentido Leste, a caminho do Rio de Janeiro, atravessa Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Guararema. A rede ferroviária metropolitana, embora precária e insuficiente, ainda é garantidora da mobilidade do espaço da metrópole para a população de baixa renda.

Em relação à malha de transportes da Grande São Paulo é importante ressaltar que embora ainda insuficiente para as dimensões da população já ocorreram algumas melhorias, especialmente nas interligações de forma que já é possível combinar vários destinos ferroviários com intersecções de metrô e ônibus. Isto reforçando a constatação dos autores aumentou a mobilidade e naturalmente no caso de Braz Cubas que é um distrito serviço por trens e ônibus entre Mogi das Cruzes e São Paulo e se caracterizando também como um dos mais antigos pólos industriais da cidade parece natural ter acumulado uma maior densidade populacional. Outro fator que pode ter tornado atraente o bairro para fixação de moradia é que a maior parte dele está localizado em cotas elevadas em relação à ferrovia e o nível do Rio Tietê.

Mesmo com tais atrativos de acordo com Bógus; Pasternak (2009) Mogi das Cruzes e portanto, seus distritos não figuravam até o 2000 entre os municípios com mais de 30% de imigrantes, proporção está que somente será possível averiguar num próximo censo.



Tem sentido, entretanto, quando observamos a tendência dos processos migratórios e do desenvolvimento se estabelecer gradativamente dos municípios mais próximos para os mais distantes do pólo que é a capital. Vários antigos distritos de Mogi das Cruzes ao longo do tempo tiveram sua emancipação política tais como Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano dado ao seu nível de desenvolvimento e alguma condição de sustentabilidade. Note-se que o mesmo nível de desenvolvimento industrial não ocorreu ainda com os ex-distritos de Salesópolis, Guararema e Biritiba-mirim que ainda mantém maior foco na produção agrícola.

A este ponto do estudo é importante ressaltar que os fator que condicionou a expansão do município e sua ocupação ao longo do tempo não foi inicialmente a ferrovia que só chegou na segunda metade do século XIX e sim o fato da Estrada “Velha” São Paulo-Rio cortar o município no sentido leste-oeste. O advento da ferrovia melhorou as condições de mobilidade de pessoas, mormente as de baixa renda, entre a cidade e a capital, entretanto, não podemos esquecer que o modal de transportes de cargas básico na região, assim como no restante do Brasil é rodoviário. Desta forma se a ligação entre São Paulo e o Rio de Janeiro (então capital federal) condicionou o crescimento da cidade durante décadas, mas, a construção da Rodovia Presidente Dutra promoveu um isolamento que só se resolveu quanto foi construída uma Rodovia (Mogi-Dutra) para recolocar a cidade em condições de escoar sua produção e receber matérias-primas e insumos. Isto pode ter criado uma condição de cidade dormitório durante algum tempo para os cidadãos que residiam em Mogi das Cruzes, mas, não encontravam mais ocupação na cidade. Com a Rodovia Mogi-Dutra a cidade voltou a apresentar condições logísticas para instalação de indústrias e de escoamento da produção agrícola do então cinturão verde de São Paulo como era conhecida.

Bógus; Pasternak (2009) mostram em 2000 para Mogi das Cruzes uma taxa de ocupação entre 78,5% e 82% com uma renda média de 4 a 5,5 Salários Mínimos, sendo que

35% da população teria renda de até 1 Salário Mínimo, 38% teria renda de 1 a 3 Salários Mínimos e 27% teria renda acima de 3 Salários Mínimos. Neste período já havia se iniciado o processo de recuperação, ainda em curso.

Com relação à questão territorial, aparentemente, pelo fato da cidade contar com 721 km<sup>2</sup> de área, a segunda maior só perdendo para a Capital, poderíamos inferir que o município disporia de espaços físicos imensos para decidir quanto à sua aplicação, se agrícola, se industrial ou outra. Entretanto, 49% (358km<sup>2</sup>) da área do município está localizada em áreas de proteção de mananciais e outros 4,8% (35km<sup>2</sup>) de áreas agriculturáveis ou que poderiam receber condomínios industriais tiveram de ser alagados para formação de represas que fornecem água para a Grande São Paulo, de forma que a área que pode ser ocupada é poucos quilômetros maior do que o município de Cotia.

Esta área alagada, então ocupada por produção agrícola fez com que o município perdesse a condição de cinturão verde de São Paulo com representativa redução de produção agrícola, embora ainda seja grande produtor de frutas em especial o caqui, folhosas em geral e flores com predomínio de orquídeas.

Ainda assim, a partir dos anos 1990 a necessidade dos licenciamentos ambientais tornou ainda mais difícil a ocupação das áreas para as atividades industriais, já que, atividades consideradas perigosas não podem estar próximas ao distrito sede ou áreas de maior densidade habitacional e outras exigências que não fazem parte do mérito deste estudo.

Se por um lado foi importante compreender as questões da conjuntura nacional, das tendências locais e sua semelhança, por outro lado sentiu-se falta de uma melhor fonte de informação que dê conta de explicar as causas específicas do encerramento de atividades de cada unidade industrial e, lamentavelmente percebeu-se que muitas empresas, pessoas jurídicas registradas nos órgãos oficiais, nem sequer registram o fim de suas atividades, por questões que já declinamos anteriormente. Certamente a análise das causas permitiria ao

menos algum esboço do julgamento quanto a qualidade das soluções e políticas aplicadas. Muitas informações resumem-se a histórias orais e comentários de pessoas isoladas que souberam por terceiros de algum motivo que não se pode considerar pela insegurança das fontes.

Em síntese o que se pode observar é que de fato até meados do ano 2000 a indústria esteve perdendo posições ou recuperando muito pouco. Os políticos locais falam em década perdida ao avaliar o período de 1990 a 2000, pois, durante este período provavelmente não se sabia muito bem se os planos traçados levariam a resultados reais ao longo do tempo.

Partindo para a visão dos políticos através da fala dos prefeitos, iniciamos pelo período 2001 a 2008 no qual o prefeito Sr. Junji Abe, ex-deputado estadual pela cidade deu início a uma nova modalidade de gestão pública no município através da gestão participativa. Este prefeito, com origens na produção agrícola e na representação desta categoria através da idéia da gestão participativa montar e conduzir um plano de governo que promoveu transformações na cidade de forma a torná-la atraente para seus cidadãos, e mais, especialmente para os empreendedores que tinham a cidade como uma das alternativas de localização de seus negócios. A partir deste período o executivo municipal passou a operar de uma forma mais profissionalizada e com maior transparência divulgando atos, resultados, e outras informações no próprio saguão do prédio da prefeitura. A reeleição é uma indicativa da aprovação da sociedade local para o seu governo.

No mandato seguinte foi eleito o Prefeito Marco Aurélio Bertaioli, com origem na atividade de comércio e sua representatividade através da Associação Comercial e ex-vice do prefeito anterior. Naturalmente a proposta seria dar continuidade ao processo até então aprovação pelo eleitorado local e, assim vem sendo feito, embora cada um mantenha o seu estilo próprio.

Em ambos os casos o secretariado foi formado com base nas lideranças locais com

adequado domínio das pastas que iriam conduzir .

A fala dos prefeitos pode se considerar um dos pontos fortes deste estudo porque uma coisa é comentar a gestão como expectador, a outra é ouvir de quem executa e vivencia de fato do dia a dia da administração pública. Talvez caiba aqui estabelecer a diferença entre os papéis do legislativo e do executivo. O primeiro cria as leis e fiscaliza a ação do executivo e segundo cumpre as leis e cuida de toda a operacionalização do município. O tempo de tomada de decisão é naturalmente diferente entre um e outro, pois, o executivo deve tomar muitas vezes decisões imediatas enquanto que o legislativo, não menos importante, decide coletivamente através das votações que demandam de agenda específica.

No município objeto do estudo para que as ações do executivo fossem eficazes houve a necessidade de aprovações diversas da Câmara de Vereadores, pois, toda a questão aqui tratada envolveu a concessão de parte do patrimônio público para empresas privadas.

Certamente sendo a preocupação principal do estudo a questão da indústria observou-se na fala dos prefeitos, especialmente do prefeito Bertaioli a questão de não estabelecer vocação única para o município, pois, segundo ele se assim for as possibilidades de crescimento são maiores e a fragilidade fica reduzida num período de recessão por alguma razão. Desta forma o entendimento é que Mogi das Cruzes não é uma cidade de vocação exclusivamente industrial, promovendo a expansão do segmento de serviços, de comércio e mantendo com as áreas ainda disponíveis um destacado papel na atividade agrícola.

Por outro lado percebeu-se que para o município, o período da alta expansão industrial não foi tão frutífero como para outras regiões, pois, foi neste período que se construiu a Rodovia Presidente Dutra que isolou logisticamente a cidade do eixo São Paulo-Rio.

Ambos os prefeitos concordaram que o período a partir de 1980 foi de reduções assim como no restante do país, cuja retomada para cidade de forma mais perceptível iniciou-se a partir dos anos 2000 com a nova Rodovia Mogi-Dutra e o fim do período de inflação alta e

outras dificuldades para as empresas.

Da mesma forma ambos os prefeitos concordaram em afirmar que no período que se poderia iniciar a retomada na década de 1990 surgiram com maior força as leis ambientais restringindo e as atividades econômicas e a as áreas possíveis de ocupação.

Diante disto podemos comentar que cidades que ficaram às margens da Rodovia Presidente Dutra como é o caso de Guarulhos e São José dos Campos tiveram a oportunidade de industrializar-se antes das restrições ambientais, ainda que tenham que ter se adaptado posteriormente, pois, normalmente as leis não retrocedem para impedir o funcionamento do que já está instalado, mas, pode impedir a instalação daquilo que ainda não existe no local.

Uma afirmação importante do prefeito Junji foi que até 2000 não haviam ações diretas do poder público para impulsionar o crescimento empresarial na cidade, desta forma ele demonstra não crer que a migração para o município, se houve tenha sido causada pela oferta de empregos. Possivelmente a questão da ferrovia sendo o transporte da população de baixa renda seja a melhor explicação. O prefeito Junji credita a mudança para o município no período passado, quando não havia colocações no mercado ao menor custo da moradia, mas, o prefeito Bertaioli acrescenta que sendo Braz Cubas um distrito de característica industrial pode ter havido sim tal influência.

Para os prefeitos, a desativação das indústrias locais entre 1991 e 1998 deveu-se à instabilidade econômica que prejudicou o país como um todo e que o início da recuperação se deu exatamente pela estabilização da moeda, mas, também pela moralização dos órgãos públicos através da Lei de Responsabilidade Fiscal que foi crucial para reduzir o déficit público. Desta forma o cenário tornou-se mais favorável ao desenvolvimento.

Quanto à questão do crescimento exponencial da população e o crescimento mais tímido da indústria, ficou claro que, não sendo a vocação única da cidade o importante é fazer com que o total da oferta de empregos siga a mesma tendência da população, o que vem

ocorrendo tendo em vista o crescimento das atividades de serviços demonstrada no Gráfico 3.

Após a fala dos prefeitos, analisando as Leis de incentivo à formação e instalação de novas empresas foi possível perceber uma evolução e amadurecimento no processo de análise e concessão de benefícios fiscais, especialmente no principal deles que é a doação de terrenos para construção de indústria e atividades assemelhadas.

A lei vigente de 2006 é mais simples, entretanto, mais objetiva ao cuidar da oferta real de empregados no prazo contratado minimizando justificativas quanto à impossibilidade de cumprimento de uma série de regras que estabelecia a Lei de 2001.

É sempre importante lembrar que as leis existentes regulamentam o processo, mas, cada caso representa um processo completo analisado por diversas secretarias municipais para em caso positivo ser votada pela Câmara dos Vereadores uma lei específica para cada concessão, isto porque as necessidades das empresas e as possibilidades de concessão são diferentes caso a caso. Pode exemplificar, temos o caso da “General Motors” que tem como regra que a rua onde se instala a fábrica deve ter o nome da fábrica. Embora isto não tenha um custo específico, não se pode mudar ou atribuir um nome a uma rua sem votação pelos Vereadores. Outras empresas necessitam de algum nível de infra-estrutura ou serviço como terraplanagem e movimentação de terra, ampliação de linhas telefônicas, etc.

As Tabelas 11, 12e 14 mostram que foram feitas doações de terrenos para indústrias antes da legislação regulamentadora, portanto antes de 2001, ou mesmo se havia uma lei esta não foi localizada. Em termos quantitativos foram cedidos 42 lotes industriais entre 1972 e 2000, sendo que entre estas concessões apenas 20 são empresas em funcionamento. Outras 20 jamais construíram qualquer empreendimento e entraram no processo de reversão de áreas para devolver o patrimônio à prefeitura e 1 com 2 lotes de 1988 conseguiram através da justiça prazo para construir ainda seus empreendimentos depois de 20 anos passados sem gerar nenhum emprego.

A partir da existência da legislação o processo de doação passou a ser melhor regulamentado de forma a reduzir os insucessos de sorte que após 2001 foram doados 36 lotes industriais entre os quais 16 têm empresas em funcionamento, 13 estão em obras e apenas 7 não cumpriram as obrigações firmadas e encontram-se em processo de reversão para devolver o patrimônio à prefeitura.

Como diz o próprio texto legal, o propósito das leis (anterior e atual) é estimular a instalação e formação de novas empresas, de forma que a doação de áreas ou outros benefícios fiscais não podem ser o único fator a definir a localização das empresas na cidade.

Como o prefeito coloca em sua fala, há um conjunto de vantagens que deve tornar a cidade atraente, tais como facilidade de escoamento da produção, disponibilidade de mão-de-obra qualificada devido à existência de escola profissionalizante (SENAI), escolas técnicas diversas, inclusive uma estadual (E.T.E. Presidente Vargas), uma Faculdade de Tecnologia Estadual (FATEC), uma Faculdade e duas Universidades, custos de implantação adequados, comércio representativo, programas de saúde pública de boa qualidade, etc.

Devido a todas as condições constatamos que, além do informado pela delegacia local da CIESP (Tabela 13) consta atualmente do cadastro mobiliário da prefeitura 236 empresas classificadas como indústria, número este que mesmo considerando possíveis desativações não formalizadas é bem superior ao número de doações não revertidas que representa 51 lotes.

Este conjunto de informações nos leva a crer que a gestão pública, especialmente a municipal, tem realmente um papel importante na geração de empregos na indústria como elemento polarizador, mas, também nos demais segmentos de negócios como serviços, comércio, agricultura, turismo, etc.

As políticas públicas envolvidas vão de encontro à necessidade de se criar um cenário favorável aos empreendimentos e isso passa pela qualidade do sistema viário, dos sistemas de transporte disponíveis, dos sistemas educacionais instalados, da proximidade ou facilidade de

acesso aos grandes centros de consumo, dos programas de saúde da família, da mulher, da criança, do idoso, dos programas habitacionais e outras formas de urbanização organizada.

Havendo este cenário favorável é necessário também que o cenário nacional seja propício, com baixas taxas inflacionárias, com sistemas de financiamento de bens de produção, com boa estabilidade política.

Havendo estas coincidências de ambos os cenários, local e nacional tornam-se possíveis as expansões que, podem ser estimuladas pela concessão de benefícios através da prefeitura, dependendo evidentemente da disponibilidade de patrimônio que possa ser disposto a serviço do crescimento da cidade.

Para avaliarmos a eficácia da política de doação de lotes podemos observar que conforme demonstra a Tabela 11 foram doados 1.017.594,30m<sup>2</sup> os quais geraram 5727 empregos diretos o que representa a geração de um emprego para cada 177,68m<sup>2</sup> doados.

Evidentemente tal prática somente teve sentido porque a prefeitura dispunha deste patrimônio. Em relação às áreas do município deduzindo-se as áreas de proteção de mananciais e as áreas alagadas ainda restam 328km<sup>2</sup> (328.000.000m<sup>2</sup>). As áreas doadas representaram apenas 0,3% da área utilizável do município de houve uma representativa geração de empregos.

Estas áreas pertencentes à prefeitura, especialmente quando localizadas próximas a rodovias ou ferrovias, como é o caso de Mogi das Cruzes, se não tivessem aplicação definida estariam naturalmente sujeitas num momento futuro a invasões como foi o caso do denominado Distrito Industrial de Vila São Francisco em Braz Cubas em cuja área limítrofe à ferrovia houve invasão e se constituiu na favela “Vila Estação” que agora requer procedimentos públicos de urbanização para que os seus habitantes tenham as condições aceitáveis de moradia (vide figura 6) e bloqueios físicos para evitar sua expansão.

Diante podemos concluir que as terras devem ser planejadamente ocupadas para que



possam gerar massa de salário para as famílias e sustentabilidade para empresas e governo.

FIGURA 6 – OCUPAÇÃO IRREGULAR EM VILA S. FRANCISCO



Fonte: Foto tirada pelo autor

Segundo Silva (1999), a sociedade pode participar de um processo democrático junto ao poder público com o intuito de decidir sobre os caminhos a serem adotados. O desafio deste modelo participativo é sistematizar os anseios da população via coordenação governamental intersetorial envolvendo, portanto, profissionais das diversas áreas do poder público local. Desta forma, esta evolução requer em si a democratização das relações internas do próprio governo.

A experiência de Mogi das Cruzes representa um importante avanço no modelo de gestão pública, no sentido de planejar e organizar a ocupação do solo e estimular o crescimento da cidade com a geração de vantagens para as pessoas e organizações. Ao longo do tempo também ganha o poder público com a ampliação de sua receita de impostos e taxas que podem se transformar em melhores serviços aos munícipes.

Por outro lado, sentimos em Mogi das Cruzes, embora possuindo duas Universidades, a falta de um Instituto de Pesquisa que organizasse estes resultados de modelos de gestão pública para estendê-los a outros municípios e regiões, em especial a Região do Alto Tietê na qual se insere a cidade.

Esperamos que este estudo represente mais um passo na reflexão das questões de estudo das dinâmicas urbanas e regiões com ênfase no papel da gestão pública local.

## BIBLIOGRAFIA

- ABE, Junji. **Esboço político**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Junji\\_Abe](http://pt.wikipedia.org/wiki/Junji_Abe), consulta em 18/03/2010.
- ARRETCHE, Marta, RODRIGUES, Vicente, et all. **Descentralização das políticas sociais no Brasil**. São Paulo : FUNDAP : FAPESP : Brasília : IPEA, 1999
- BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. (Org.) **Tipologia das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2009
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. Campinas : Ed. Unicamp, 1985.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo : Difel, 1975
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.
- Cidadão Mirim Mogiano – Conheça Mogi**. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO DE MOGI DAS CRUZES, 2001
- DAVIS, K. **“A urbanização da humanidade”**, In : Cidades, a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro : Zahar, 1972
- FEIJÓO, José Valenzuela. **Mais-valia, acumulação e estagnação**. IN Revista Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, n.6, p.74-98, junho 2000.
- FIORI, José Luiz. **A globalização e a novíssima dependência**. IN Fiori, José Luiz. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro : Insight, 1995
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992
- MUNFORD, L. **A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas**. 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo : Martins Fontes-UNB, 1982.
- PORTER, Michel E. **Vantagem Competitiva: Criando e sustentando o desempenho superior**. Rio de Janeiro : Elsevier, 1989
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES. **Cidadão Mirim Mogiano**. Coordenação Arqta. Virgínia M. Boucault Pasquali. Mogi das Cruzes, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES. **Plano Diretor do Município 1999-2005**.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES. **Sumário de Dados**. Mogi das Cruzes, 2001
- REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500/1720**.

São Paulo : Pioneira, 1968.

SILVA, Gustavo Tavares da. **Políticas públicas e intersectorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado.** IN Cadernos Metrópole, n.º. 19, Observatório das Metrópoles. São Paulo : EDUC, 1999

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 5<sup>a</sup> ed. São Paulo : Brasiliense, 1978.

SJOBERG, G. “**A origem e evolução das cidades**” In: Cidades, a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro : Zahar, 1972.

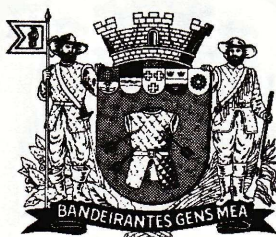
**Sumário de Dados – Mogi das Cruzes – 2001.** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** 4<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1975.

TINEU, Rogério. **A desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo e seus efeitos sobre as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba no período de 1990 a 2005.** IN 1º. Simpósio de Pós-graduação em Geografia do Estado de São Paulo. Rio Claro : UNESP, 2008

## ANEXO I

Lei 5928 de 2006 – Benefícios para formação de novas empresas.



## Município de Mogi das Cruzes

**LEI Nº 5.928, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006**

Estabelece benefícios para estimular a instalação e a formação de novas empresas no Município de Mogi das Cruzes, assim como a expansão das já existentes, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES,**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O Poder Executivo poderá conceder, respeitadas as exigências e condições desta lei, das disposições hierarquicamente superiores, da Lei Orgânica e mediante aprovação legislativa para cada caso, os seguintes benefícios para estimular a instalação e formação de novas empresas e a expansão das já existentes no Município de Mogi das Cruzes:

- I** – doação de terrenos municipais;  
**II** – isenção de tributos municipais, por período determinado.

compreendendo:

- IPTU;

Imóveis;

municipais.

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;  
 b) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);  
 c) Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens;  
 d) Taxas de Licença;  
 e) Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas

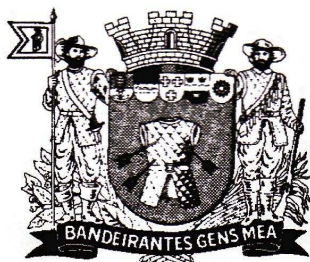
**§ 1º** Para os fins desta lei, considera-se expansão empresarial a alteração tecnológica ou física que resulte em elevação substancial do faturamento bruto e do número de empregos na atividade desenvolvida, conforme os seguintes parâmetros:

**I** - isenção parcial de até 25% (vinte e cinco por cento) do tributo devido no caso de o aumento do número de empregos diretos gerados situar-se entre 10% (dez por cento) e 19,99% (dezenove inteiros e noventa e nove centésimos por cento);

**II** - isenção parcial de até 50% (cinquenta por cento) do tributo devido no caso de o aumento do número de empregos diretos gerados situar-se entre 20% (vinte por cento) a 49,99% (quarenta e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento);

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*





## Município de Mogi das Cruzes

### LEI Nº 5.928/06- FLS. 02

**III** - isenção parcial de até 100% (cem por cento) do tributo devido no caso de o aumento do número de empregos diretos situar-se em patamar superior a 50% (cinquenta por cento).

**IV** - isenção parcial de até 10% (dez por cento) no pagamento de tributo devido, no caso de contratação de alunos matriculados na rede pública de ensino, desde que esses contratados correspondam a no mínimo 5% (cinco por cento) do total de empregados da empresa.

**§ 2º** A isenção de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU atingirá somente a área ao investimento descrito no projeto, incidindo lançamento sobre a área excedente do mesmo imóvel.

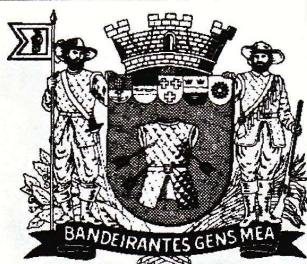
**Art. 2º** Os benefícios previstos no artigo 1º poderão ser concedidos pelo Poder Executivo, a critério deste, examinado o interesse maior do Município, desde que cumpridas as condições estabelecidas nesta lei e no respectivo regulamento.

**Art. 3º** A análise e a avaliação do Poder Executivo sobre o interesse do Município na concessão dos benefícios solicitados pela empresa interessada considerarão, necessariamente, os seguintes aspectos:

- I** - geração de empregos em Mogi das Cruzes;
- II** - faturamento bruto;
- III** - histórico empresarial; referências;
- IV** - solidez financeira e patrimonial;
- V** - investimentos a serem realizados no Município;
- VI** - mobilização de fornecedores locais;
- VII** - agregação tecnológica;
- VIII** - empreendedorismo;
- IX** - estratégia ambiental;
- X** - atitude empresarial, visão do papel social da empresa.

**Art. 4º** Os terrenos eventualmente doados pelo Município, conforme estabelecido no artigo 1º, I, desta lei, deverão garantir, ao fim de 2 (dois) anos do início de funcionamento da empresa, a quantidade de empregos apresentados na proposta.

**Art. 5º** A isenção de tributos municipais que alude o art. 1º desta lei, eventualmente concedidos, não poderá ultrapassar o período máximo de 10 (dez) anos, à exceção dos casos em que fique demonstrado o interesse público a concessão de prazo maior.



## Município de Mogi das Cruzes

**LEI N° 5.928/06 – FLS. 03**

**Art. 6º** O benefício patrimonial, por meio da doação de terrenos e o benefício fiscal, mediante isenção de tributos municipais, não poderão ocorrer cumulativamente, salvo no que tange ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, incidente sobre a construção de unidade industriais.

**Art. 7º** Para obter algum dos benefícios referidos nesta lei, as empresas deverão formalizar sua adesão baseada em três políticas empresariais:

- I** - integração com a comunidade local;
- II** - investimento no treinamento de seus funcionários;
- III** - investimento na modernização da empresa.

**§ 1º** A adesão a que se refere o *caput* deste artigo, consubstancia-se no comprometimento formal da implementação das seguintes medidas:

**I** - contratação de mão-de-obra aproveitando pessoas residentes no Município de Mogi das Cruzes, na proporção de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento), salvo por justificativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, da que utilizar para o total dos serviços a serem desenvolvidos pelo estabelecimento, excluídas da contabilização as funções de diretoria e de técnicos especializados;

**II** - preferência de compras no comércio de Mogi das Cruzes.

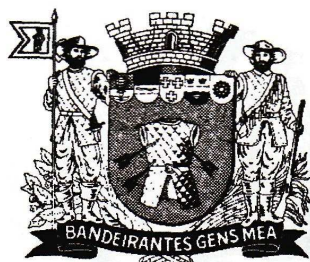
**§ 2º** Todas as medidas relacionadas neste artigo deverão estar plenamente implementadas no prazo de 2 (dois) anos, após o início de funcionamento da empresa no Município de Mogi das Cruzes.

**Art. 8º** Os benefícios desta lei somente serão concedidos a pessoas jurídicas regularmente inscritas nos órgãos federais, estaduais e municipais pertinentes e inteiramente regulares e quites com todas as obrigações e procedimentos legais, fiscais e regulatórios exigidos para sua plena operação.

**Art. 9º** As empresas favorecidas por algum benefício previsto na presente lei deverão efetuar em Mogi das Cruzes a totalidade do faturamento dos empreendimentos instalados no Município, bem como o recolhimento de todos os encargos devidos.

**Art. 10.** As providências relativas aos empreendimentos apoiados por algum dos benefícios previstos na presente lei deverão obedecer ao seguinte cronograma mínimo:





## *Município de Mogi das Cruzes*

**LEI N° 5.928/06 – FLS. 04**

**I** - entrada do projeto na Prefeitura até 60 (sessenta) dias após a aprovação da doação do terreno ou da isenção de tributos pela Câmara Municipal, para tanto juntando os protocolos de entrada na Vigilância Sanitária, na CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental, no Corpo de Bombeiros e no SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto;

**II** – entrega na Prefeitura até 120 (cento e vinte) dias após a entrada do projeto, dos comprovantes de aprovação definitiva do empreendimento nos órgãos relacionados no inciso I;

**III** – início da construção até 180 dias após a aprovação do projeto na Prefeitura;

**IV** – início da operação da unidade empresarial, até 18 (dezoito) meses, após aprovação dos projetos na Prefeitura.

**Parágrafo único.** A eventual prorrogação dos prazos estabelecidos neste artigo só será possível mediante solicitação expressa e justificada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e por ela aprovada.

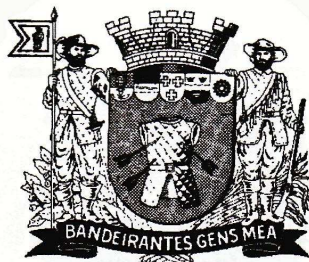
**Art. 11.** Em referência ao benefício promovido por meio da doação de terreno municipal, a donatária fica obrigada a manter em atividade pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos a operação empresarial objeto do benefício, não podendo, neste período, transferir, alugar ou ceder, de qualquer modo ou a qualquer título, o imóvel doado a terceiros, sob pena de reversão da área ao patrimônio municipal.

**Parágrafo único.** Qualquer alteração empresarial, seja em seu processo produtivo, seu conteúdo tecnológico, suas relações interempresariais e comerciais, sua razão jurídica e demais aspectos que possam implicar em modificações de qualquer disposição acordada anteriormente com a Prefeitura e ou estabelecida nesta lei, somente poderão ser implementadas mediante solicitação documentada dirigida ao Prefeito Municipal e por ele autorizada.

**Art. 12.** Os benefícios fiscais, eventualmente concedidos, serão automaticamente suspensos e, os terrenos doados, automaticamente reincorporados ao patrimônio municipal, de pleno direito, incluindo as benfeitorias neles implantadas, tão logo se verificarem uma das seguintes situações:

*[Handwritten signatures and initials]*





## Município de Mogi das Cruzes

**LEI Nº 5.928/06 – FLS. 05**

**I** - constatação de impropriedade em qualquer das informações sobre a empresa e sobre o empreendimento para o qual foi solicitado o benefício, prestadas pela empresa à Prefeitura Municipal por meio dos vários documentos a ela fornecidos ou dirigidos;

**II** - verificação do não cumprimento integral de qualquer medida ou providência acordada entre a empresa e a Prefeitura e prevista na presente lei;

**III** - interrupção das operações totais ou parciais da empresa por 90 dias/ano, contínuos ou não, sem motivo plenamente justificado, comunicado e aceito anteriormente pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo único.** No caso dos benefícios fiscais, constatada alguma das situações descritas neste artigo, além de sua imediata suspensão, a empresa beneficiada deverá providenciar o imediato ressarcimento das isenções até então concedidas, devidamente atualizadas e conseqüente inscrição em Dívida Ativa do Município.

**Art. 13.** A empresa beneficiada deverá apresentar projeto social, indicando as entidades devidamente regularizadas e inscritas no Cadastro Municipal, voltado para a educação, saúde e/ou esporte, como contrapartida do benefício recebido.

**Parágrafo único.** O projeto a que alude o *caput* deverá ser apresentado anualmente ao Poder Executivo, até o término do primeiro bimestre de cada exercício, durante a vigência do cumprimento do benefício concedido.

**Art. 14.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social fiscalizará anualmente o cumprimento dos encargos assumidos pela beneficiária.

**Art. 15.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

**Art. 16.** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação, podendo implementar a adoção das medidas julgadas necessárias à sua efetiva execução.



## Município de Mogi das Cruzes

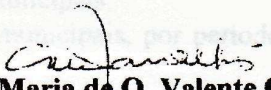
### LEI Nº 5.928/06 – FLS. 06

**Art. 17.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 5.266, de 24 de setembro de 2001.

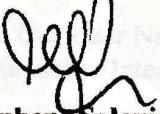
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES,**  
em 26 de outubro de 2006, 446º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

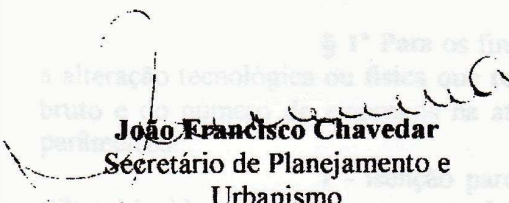
  
**Prefeito Municipal**


  
**José Maria Coelho**  
Secretário de Administração

  
**Elen Maria de O. Valente Carvalho**  
Secretária de Assuntos Jurídicos

  
**Aroldo da Costa Saraiva**  
Secretário de Controle e Estratégias

  
**Rubens Solovjevas**  
Secretário de Desenvolvimento  
Econômico e Social

  
**João Francisco Chavedar**  
Secretário de Planejamento e  
Urbanismo

  
**Alexandre Ripamonti**  
Secretário de Finanças

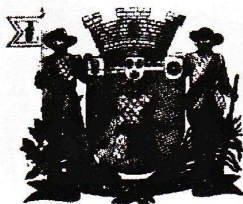
Registrada na Secretaria Municipal de Administração -  
Departamento de Administração e publicada no Quadro de Editais da Portaria  
Municipal na mesma data supra.

SMA/rose



## ANEXO II

Lei 5266 de 2001 – Benefícios para implantação de empresas.



*Município de Mogi das Cruzes*

**LEI N° 5.266, DE 24 DE SETEMBRO DE 2001**

(Estabelece benefícios para estimular a instalação e a formação de novas empresas no Município de Mogi das Cruzes, assim como a expansão das já existentes, e dá outras providências).

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI DAS**

**CRUZES,**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono

a seguinte lei:

**Art. 1°** O Poder Executivo poderá conceder, respeitadas as exigências e condições desta lei, das disposições hierarquicamente superiores, da Lei Orgânica e mediante aprovação legislativa para cada caso, os seguintes benefícios para estimular a instalação e a formação de novas empresas e a expansão das já existentes no Município de Mogi das Cruzes:

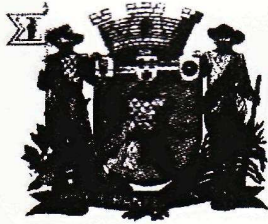
- I – doação de terrenos municipais;
- II - apoio em serviços de terraplenagem e de infraestrutura urbana para a instalação do empreendimento;
- III – isenção ou redução de tributos municipais, por período determinado, compreendendo:
  - a) - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
  - b) - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
  - c) - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis,
  - d) - Taxas;
  - e) - Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas municipais.

**Parágrafo único** - Para os fins desta lei, considera-se expansão empresarial a alteração tecnológica ou física que resulte em elevação substancial do faturamento bruto e/ou do número de empregos na atividade desenvolvida.

**Art. 2°** Os benefícios previstos no artigo anterior poderão ser concedidos pelo Poder Executivo, a critério deste, examinado o interesse maior do Município, desde que cumpridas as condições estabelecidas nesta lei e no respectivo regulamento.

**Art. 3°** A análise e a avaliação do Poder Executivo sobre o interesse do Município na concessão dos benefícios solicitados pela empresa interessada considerarão, necessariamente, os seguintes aspectos:

- I - geração de empregos em Mogi das Cruzes;
- II - faturamento bruto;
- III - histórico empresarial; referências;



## Município de Mogi das Cruzes

**LEI N° 5.266/01 – FLS. 02**

- IV - solidez financeira e patrimonial;
- V - investimentos a serem realizados no Município;
- VI - mobilização de fornecedores locais;
- VII - agregação tecnológica;
- VIII - empreendedorismo;
- IX - estratégia ambiental;
- X - atitude empresarial, visão do papel social da empresa.

§ 1º Os benefícios concedidos serão financeiramente dimensionados, entendendo-os como um estímulo adicional a uma decisão empresarial já amadurecida logicamente, e têm como objetivo prático consolidar definitivamente a referida decisão e acelerar a implantação do empreendimento no Município.

§ 2º De acordo com o disposto no parágrafo anterior os benefícios de que trata a presente lei representam investimentos que a sociedade faz, através da Municipalidade, frente a um calculado e pretendido retorno social.

Art. 4º Os terrenos eventualmente doados pelo Município deverão garantir, ao fim dos primeiros dois anos de operação do empreendimento, uma quantidade de empregos definida, como ordem de grandeza, pela relação 1 ½ (um e meio) funcionário por cem metros quadrados, respeitadas as especificidades de cada ramo empresarial.

Art. 5º A isenção ou a redução de tributos municipais eventualmente concedida não poderá ultrapassar o período máximo de 10 (dez) anos.

Art. 6º O benefício patrimonial, por meio da doação de terrenos, e o benefício fiscal, mediante a concessão de isenção ou redução de tributos municipais, não poderão ocorrer acumulativamente.

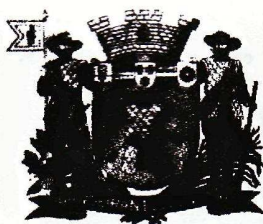
Art. 7º Para obter algum dos benefícios referidos nesta lei, as empresas deverão formalizar sua adesão baseada em três políticas empresariais:

- I - integração com a comunidade local;
- II - investimento no treinamento de seus funcionários; e
- III - investimento na modernização da empresa.

§ 1º Para as médias e grandes empresas, a adesão a que se refere este artigo, consubstancia-se no comprometimento formal da implementação das seguintes medidas:

- I - contratação preferencial de mogianos;
- II - preferência em compras para fornecedores de Mogi das Cruzes;





## Município de Mogi das Cruzes

### LEI Nº 5.266/01 – FLS. 03

III - manutenção de creche para funcionários ou apoio a creche do bairro;

IV - contratação de menores e portadores de deficiência física indicados pelo órgão competente da Prefeitura;

V - reserva de um percentual de vagas para maiores de 45 anos;

VI - contratação de profissional de saúde, colocando-o, ao menos dois dias por semana, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde para serviços nos bairros;

VII - disposição seletiva do lixo produzido para doação dos itens comercializáveis a entidades assistenciais do Município;

VIII - adoção de atleta mogiano;

IX - adoção compartilhada de uma escola do bairro para manutenção predial;

X - oferecimento de estágios remunerados para estudantes mogianos universitários ou de escolas técnicas locais na proporção de um estagiário para cada 35 funcionários;

XI - decoração de ambientes da empresa com obras de artistas e artesãos de Mogi das Cruzes;

XII - exposição em ambientes sociais da empresa de produtos mogianos do setor de Agronegócios;

XIII - intensa arborização do terreno empresarial com espécies arbóreas da Mata Atlântica, especialmente aquelas adequadas ao abrigo e à alimentação de pássaros;

XIV - curso de inglês básico para seus funcionários operacionais e administrativos;

XV - curso básico de informática para seus funcionários operacionais e administrativos;

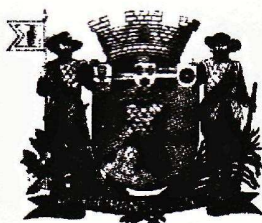
XVI - manutenção de microcomputador conectado à Internet para pesquisas e consultas de funcionários em seus horários de folga, na proporção de um equipamento para cada 30 funcionários;

XVII - adoção de programa de participação progressiva dos funcionários nos lucros da empresa;

XVIII - oferecimento, uma vez por mês a seus funcionários, em horário de almoço (Dia do Lanche), de espetáculos artísticos (teatro, música, dança,...) encenados por artistas mogianos;

XIX - aplicação de, no mínimo, 3% do lucro declarado anual em projetos de desenvolvimento tecnológico de interesse da empresa, priorizando o envolvimento das Universidades e escolas técnicas locais;

XX - obtenção da certificação de qualidade ISO 9.000.



## Município de Mogi das Cruzes

**LEI Nº 5.266/01 – FLS. 04**

§ 2º Para as micro e pequenas empresas, a adesão a que se refere este artigo, consubstancia-se no comprometimento formal da implementação das seguintes medidas:

- I - contratação preferencial de mogianos;
- II - preferência em compras para fornecedores de Mogi das Cruzes;
- III - contratação de menores e portadores de deficiência física indicados pelo órgão competente da Prefeitura;
- IV - reserva de um percentual de vagas para maiores de 45 anos;
- V - disposição seletiva do lixo produzido para doação dos itens comercializáveis a entidades assistenciais do Município;
- VI - adoção compartilhada de uma escola do bairro para manutenção predial;
- VII - decoração de ambientes da empresa com obras de artistas e artesãos de Mogi das Cruzes;
- VIII - exposição em ambientes sociais da empresa de produtos mogianos do setor de Agronegócios;
- IX - intensa arborização do terreno empresarial com espécies arbóreas da Mata Atlântica, especialmente aquelas adequadas ao abrigo e à alimentação de pássaros;
- X - noções básicas de inglês para seus funcionários operacionais e administrativos;
- XI - noções básicas de informática para seus funcionários operacionais e administrativos;
- XII - manutenção de microcomputador conectado à Internet para pesquisas e consultas de funcionários em seus horários de folga, na proporção de um equipamento para cada 30 funcionários;
- XIII - adoção de programa de participação progressiva dos funcionários nos lucros da empresa;
- XIV - oferecimento, uma vez por mês a seus funcionários, em horário de almoço (Dia do Lanche), de espetáculos artísticos (teatro, música, dança, ...) encenados por artistas mogianos, em combinação com outras empresas vizinhas;
- XV - obtenção da certificação de qualidade ISO 9.000.

§ 3º Todas as medidas relacionadas nos parágrafos anteriores deverão estar plenamente implementadas no prazo de 2 (dois) anos após início das operações da empresa em Mogi das Cruzes.

§ 4º O teor de qualquer das medidas anteriormente relacionadas, só poderá ser alterado por solicitação expressa e concordância documentada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

*(Handwritten signatures and a circled question mark)*





## Município de Mogi das Cruzes

**LEI Nº 5.266/01 – FLS. 05**

**Art. 8º** Os benefícios desta lei somente serão concedidos a pessoas jurídicas regularmente inscritas nos órgãos federais, estaduais e municipais pertinentes e inteiramente regulares e quites com todas as obrigações e procedimentos legais, fiscais e regulatórios exigidos para sua plena operação.

**Art. 9º** As empresas favorecidas por algum benefício exposto na presente lei deverão efetuar em Mogi das Cruzes a totalidade do faturamento dos empreendimentos instalados no Município, bem como o recolhimento de todos os encargos devidos.

**Art. 10** As providências relativas aos empreendimentos apoiados por algum dos benefícios previstos na presente lei deverão obedecer ao seguinte cronograma mínimo:

I - entrada do projeto na Prefeitura: até 60 (sessenta) dias após a aprovação da doação do terreno ou da isenção ou redução de tributos pela Câmara Municipal; para tanto juntando os protocolos de entrada na Vigilância Sanitária, CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental, Corpo de Bombeiros e no SEMAE – Serviço Municipal de Águas e Esgotos;

II - entrega na Prefeitura até 120 (cento e vinte) dias após a entrada do projeto, dos comprovantes de aprovação definitiva do empreendimento nos órgãos relacionados no inciso anterior;

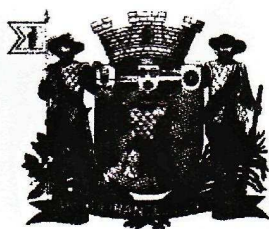
III - início da operação na nova unidade empresarial até 18 (dezoito) meses após a aprovação do projeto pela Prefeitura.

**Parágrafo único** – O eventual dilatamento dos prazos estabelecidos neste artigo só será possível mediante solicitação expressa e justificada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e por ela aprovada.

**Art. 11.** Em referência ao benefício promovido por meio da doação de terreno municipal, a donatária fica obrigada a manter em atividade pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos a operação empresarial objeto do benefício, não podendo, neste período, transferir o imóvel doado a terceiros, seja a que título for.

**Parágrafo único** – Qualquer alteração empresarial, seja em seu processo produtivo, seu conteúdo tecnológico, suas relações interempresariais e comerciais, sua razão jurídica e demais aspectos que possam implicar em modificações de qualquer disposição acordada anteriormente com a Prefeitura e ou estabelecida nesta lei, somente poderão ser implementadas mediante solicitação documentada ao Prefeito Municipal e por ele autorizada.





## Município de Mogi das Cruzes

**LEI N° 5.266/01 – FLS. 06**

**Art. 12.** Os benefícios fiscais de que trata a presente lei perdurarão enquanto não for reduzida a percentagem sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços – ICMS atribuída ao Município de Mogi das Cruzes, na forma prevista pelo inciso IV, Artigo 158, da Constituição Federal.

**Art. 13.** Os benefícios fiscais, eventualmente concedidos, serão automaticamente suspensos e, os terrenos doados, automaticamente reincorporados ao patrimônio municipal, de pleno direito, incluindo as benfeitorias neles implantadas, tão logo se verifique uma das seguintes situações:

- I - constatação de impropriedade em qualquer das informações sobre a empresa e sobre o empreendimento para o qual foi solicitado o benefício, prestadas pela empresa à Prefeitura Municipal por meio dos vários documentos a ela fornecidos ou dirigidos;
- II - verificação do não cumprimento integral de qualquer medida ou providência acordada entre a empresa e a Prefeitura e/ou prevista na presente lei;
- III - interrupção das operações totais ou parciais da empresa por 90 dias/ano, contínuos ou não, sem motivo plenamente justificado, comunicado e aceito anteriormente pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo único** – No caso dos benefícios fiscais, constatada alguma das três situações descritas neste artigo, além de sua imediata suspensão, a empresa beneficiada deverá providenciar o imediato ressarcimento das isenções até então desfrutadas, com os acréscimos financeiros legais, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis e inscrição na Dívida Ativa do Município.

**Art. 14.** O monitoramento de todos os aspectos envolvidos nas três situações descritas no artigo anterior será realizado pelo Grupo de Monitoramento Empresarial, especificamente criado por decreto municipal para este fim.

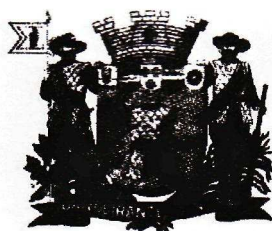
**Art. 15.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

**Art. 16.** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação, podendo implementar a adoção de medidas julgadas necessárias à sua efetiva execução.

**Art. 17.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis n° 4.080, de 11 de outubro de 1993 e n° 5.030, de 23 de março de 2000.

*[Handwritten signatures of the Mayor and Council Members]*

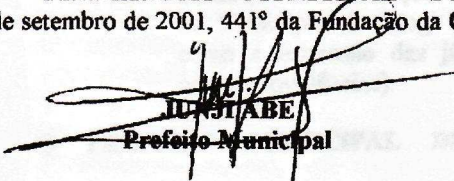





*Município de Mogi das Cruzes*

**LEI N° 5.266/01 – FLS. 07**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**, em 24 de setembro de 2001, 441º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

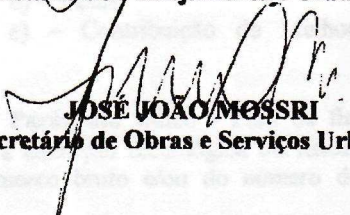
  
**IDINEIDE**  
Prefeita Municipal

  
**JOSE MARIA COELHO**  
Secretário de Administração

  
**EDUARDO AUGUSTO MALTA MOREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

  
**ÁLVARO RODRIGUES DOS SANTOS**  
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Social

  
**JOÃO FRANCISCO CHAVEDAR**  
Secretário de Planejamento e Urbanismo

  
**JOSÉ JOÃO MOSSRI**  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada na Secretaria de Administração - Departamento Administrativo e publicado no Quadro de Editais da Portaria Municipal em 24 de setembro de 2001.

SMA/rose

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)